

Revista de LETRAS

Vol. 36(2) - jul./dez. 2017

Revista dos
Departamentos de
Letras Vernáculas,
Letras Estrangeiras
e Literatura, do
Centro de
Humanidades
da UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ



Revista de LETRAS

ORGANIZADORA

Maria Elias Soares

COMITÊ EDITORIAL

Maria Elias Soares, Fernanda Coutinho

Luana Ferreira de Freitas

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA DE LETRAS

- ABUËNDIA PADILHA PINTO**
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
abuendia@elogica.com.br
- BENJAMIN ABDALA JR.**
Universidade de São Paulo (USP)
benjaminjr@terra.com.br
- EDUARDO KENEDY**
Universidade Federal Fluminense (UFF)
edu.kenedy@gmail.com
- EDWIGES MARIA MORATO**
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
edwigesmorato@hotmail.com
- ENEIDA LEAL CUNHA**
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
eneidalealcunha@uol.com.br
leal@ufba.br
- ERMELINDA FERREIRA ARAÚJO**
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
ermelindaferr@uol.com.br
- GERMANA ARAÚJO SALES**
Universidade Federal do Pará (UFPA)
gmaa.sales@gmail.com
- LECI BORGES BARBISAN**
Pontifícia Univ. Católica do R.G. do Sul (PUC/RS)
barbisan@puers.br
- LETÍCIA MARIA SICURO CORRÊA**
Pontifícia Univ. Católica do R.G. do Sul (PUC/RS)
lscorre@puc-rio.br
- JOÃO AZENHA JÚNIOR**
Universidade de São Paulo (USP)
azenha@usp.br
- JOSÉ LUIZ FIORIN**
Universidade de São Paulo (USP)
jolufi@uol.com.br
- LEONOR SCLAR-CABRAL**
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
lsc@th.com.br
- MARCIA ARBEX**
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
marphi@larnet.com.br
- MARCUS MAIA**
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
maiamarcus@gmail.com
- MARIA ARMANDA MARTINS DA COSTA**
Universidade de Lisboa (UL)
armandacosta@letras.ulisboa.pt
- MARIA DAS GRAÇAS SOARES**
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
gracasrodrigues@gmail.com
- MARIA DO SOCORRO SILVA DE ARAGÃO**
Universidade Federal do Ceará (UFC)
acaragao@terra.com.br
- MARIA ESTHER MACIEL**
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
memaci@uol.com.br
- MARIA EDUARDA GIERING**
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
eduardajg@gmail.com
- MARIA HELENA MIRA MATEUS**
Universidade de Lisboa (UL)
mhm@ip.pt
- MARIA HELENA DE MOURA NEVES**
Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Araraquara)
mhmneves@uol.com.br
- MARILIA FERREIRA**
Universidade Federal do Pará (UFPA)
mariliaferreira1@gmail.com
- MARLI FANTINI SCARPELLI**
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
marlifan@terra.com.br
- ÓSCAR LOUREDA**
Universidade de Heidelberg (UH)
oscar.loureda@iued.uni-heidelberg.de
- ROLAND WALTER**
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
walter_roland@rotmail.com
- SOLANGE COELHO VEREZA**
Universidade Federal Fluminense (UFF)
svereza@uol.com.br
- SUELI CRISTINA MARQUESI**
Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)
sueli.marquesi@cruzeirosul.edu.br
- TÂNIA SARMENTO-PANTOJA**
Universidade Federal do Pará (UFPA)
nicama@ufpa.br
- TELISA FURLANETTO GRAEFF**
Universidade de Passo Fundo-RS
telisagraeff@yahoo.com.br - telisa@upf.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

REITOR

Prof. Henri de Holanda Campos

VICE-REITOR

Prof. Custódio Luis Silva de Almeida

PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Prof. Manuel Antônio de Andrade Furtado Neto

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Profa. Márcia Maria Tavares Machado

PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Profa. Marilene Feitosa Soares

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Prof. Cláudio de Albuquerque Marques

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Prof. Almir Bittencourt da Silva

CENTRO DE HUMANIDADES

DIRETORA

Vlândia Maria Cabral Borges

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

A/C da Profa. Maria Elias Soares

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Av. da Universidade, 2683 – Bloco 125 – Campus do Benfica

60020-181 – Fortaleza - Ceará

e-mail: mariaelias.ufc@gmail.com

APRESENTAÇÃO/Presentation

- Maria Elias Soares (UFC), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC),
Mariza Angélica Paiva Brito (UNILAB) (*Organizadoras*) 5

SOBRE INTERTEXTUALIDADES ESTRITAS E AMPLAS*About intertextualities strong and wide*

- Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Maria da Graça dos Santos Faria (UFMA),
Ana Paula de Lima (IFPI) 7

APELO A UM EXTERIOR: AS ALUSÕES COMO ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS*The appeal to an exterior: allusions as argumentative strategies*

- Mariza Angélica Paiva Brito (UNILAB), Maria Dayanne Sampaio Falcão (UNILAB),
José Elderson de Sousa Santos (UNILAB) 23

**O AMOR COMO ARGUMENTO: UMA ANÁLISE TEXTUAL DE GÊNEROS
PRODUZIDOS POR SUICIDAS***The love as an argument: a textual analysis of genders written by people who have
committed suicide*

- Evandro de Melo Catelão (UTFP) 36

**DO PATHOS RETÓRICO À ‘EMPATIA RABATELIANA’: ARGUMENTAÇÃO
EMOCIONADA EM TEXTOS/DISCURSOS POLÊMICOS***From rhetorical Pathos to ‘rabatelian empathy’: emotional argumentation within
polemical texts/discourses*

- Rosalice Pinto (UNLisboa), Suzana Leite Cortez (UFPE) 51

**REDISCUINDO O PRINCÍPIO DE CONSTRUÇÃO NEGOCIADA DOS
OBJETOS DE DISCURSO***Rediscovering the principle of negotiated building of speech objects*

- Valdinar Custódio Filho (UECE) 63

UM ESTUDO SOBRE CLASSIFICAÇÕES DE TIPOS DÊITICOS*A study on classification of deictic types*

- Alena Ciulla (UFRGS), Mayara Arruda Martins (UFC) 78

DÊIXIS E PRAGMÁTICA: UM ESTUDO DA LINGUAGEM EM CONTEXTO*Deixis and pragmatics: a language study in context*

- Suelene Silva Oliveira (UECE), Franklin de Oliveira Silva (UEPI) 91

**REFERENCIAÇÃO E MULTIMODALIDADE: REVISITANDO OS PROCESSOS
DE RECATEGORIZAÇÃO E ENCAPSULAMENTO***Referenciation and multimodality: revisiting the recategorization and
encapsulation processes*

- Silvana Calixto de Lima (UEPI) 101

RECATEGORIZAÇÃO POR NOME PRÓPRIO NOS PROCESSOS REFERENCIAIS*Recategorization by proper names in referential processes*

- Mônica Magalhães Cavalcante, Maiara Soares 115

REFERÊNCIA OPACA, MANIPULAÇÃO DE PONTOS DE VISTA E TEXTUALIDADE*Opaque reference, manipulation of points of view and textuality*

- Tradução: Anaximandro Amorim (Univ. LORAINÉ), Rivaldo Capistrano Júnior (EFES) 127

POLÍTICA EDITORIAL

1. *A Revista de Letras* é uma publicação semestral, aberta a colaboradores do Brasil e do exterior, e publica trabalhos originais de pesquisadores (doutores), vinculados a Instituições de Ensino Superior, nas áreas de Letras e Linguística. Trabalhos de mestrados ou doutorandos somente serão aceitos quando em coautoria com seu orientador. Esses trabalhos podem estar na forma de artigo, ensaio, debate, ou retrospectiva (estado da arte). Ao encaminhar o texto, o autor declara, automaticamente, que não o submeteu a outra publicação periódica ou coletânea e autoriza expressamente a sua publicação. Desse modo, a responsabilidade legal relativa às informações veiculadas nos textos recai sobre os articulistas.
2. Os originais deverão ser dirigidos à *Revista de Letras*, de acordo com as normas para publicação, diretamente a qualquer dos membros do Comitê Editorial, nos endereços indicados nas chamadas para publicação.
3. Os artigos serão submetidos a dois pareceristas, que poderão aprovar sua publicação imediata ou sugerir reformulações. Caso não sejam aprovados, os originais não serão devolvidos.
4. A revista pode ser reproduzida parcialmente ou no todo, desde que citada a fonte.

Revista de Letras, v. 1 -; 1978 -

Fortaleza. Edições da Universidade Federal do Ceará.

V. semestral

Órgão oficial dos Departamentos de Letras Vernáculas, de Letras Estrangeiras e de Literatura, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará.

1 - Letras - Periódico

2 - Linguística - Periódico

I - Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades.

Departamento de Letras Vernáculas, de Letras Estrangeiras e de Literatura.

e-ISSN 2358-4793

CDU: 351.854(05)

Este número da *Revista de Letras da UFC* apresenta artigos resultantes de pesquisas em Linguística Textual, especialmente produzidos pelo Grupo de Pesquisa em Linguística (Prottexto), criado em 2001 e composto por docentes e discentes da Universidade Federal do Ceará, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e de outras instituições de Ensino Superior do país.

O Prottexto alia-se aos pesquisadores brasileiros que vêm construindo um programa investigativo com características peculiares e significativas, entre as quais se encontram o investimento numa abordagem plenamente interdisciplinar, a ênfase na perspectiva sociocognitivo-discursiva e a preocupação constante com o diálogo entre teoria e práticas de ensino-aprendizagem. Desse modo, as pesquisas aqui apresentadas têm como principal objetivo contribuir para a solidificação da Linguística Textual praticada no Brasil.

O artigo de abertura deste número, *Sobre intertextualidades estritas e amplas*, de Mônica Magalhães Cavalcante, Maria da Graça dos Santos Faria e Ana Paula Lima de Carvalho discute o quadro analítico de Genette ([1982]2010), que faz um esboço das relações de diálogo entre textos, gêneros e estilos. Também apresenta sugestão para o redimensionamento das categorias, no intuito de dar conta da descrição, sob a ótica da Linguística Textual, das ocorrências manifestadas também em textos multissemióticos, bem como os casos das relações difusas do que as autoras chamam, genericamente, de intertextualidades, em sentido amplo e em sentido estrito.

Verificar os fenômenos dêiticos numa perspectiva pragmática é o principal objetivo de Suelene Silva Oliveira e Franklin Oliveira Silva, no artigo intitulado *Dêixis e pragmática: um estudo da linguagem em contexto*. Os autores procuraram definir dêixis e, nesse contexto, refletir acerca dos processos referenciais. Apresentam ainda a tipologia da dêixis e suas funções. O artigo culmina com uma análise em que são verificados os casos de dêiticos temporais e espaciais híbridos (apontam e retomam), com destaque para as ocorrências em que o dêitico, embora não mencionado por uma expressão do enunciado, seja recuperado pelo processo de cooperação entre os participantes da situação comunicativa.

Apelo a um exterior – as alusões como estratégias argumentativas intitula o texto de Mariza Angélica Paiva Brito, Maria Dayanne Sampaio Falcão e José Elderson de Souza Santos. Nele os pesquisadores focam a alusão como uma heterogeneidade mostrada que, embora não assinalada tipograficamente, apresenta outras marcas que podem apontar para o texto-fonte, para aspectos conhecidos de uma obra ou ainda para temática largamente noticiada na mídia. Os autores analisam, em postagens de gêneros diversos veiculados na rede social Facebook e Instagram, partindo da hipótese de que as alusões são estratégias persuasivas.

Valdinar Custódio Filho, em seu artigo *Rediscutindo o princípio de construção negociada dos objetos de discurso*, pensa o princípio da negociação e seus redimensionamentos, em razão das esferas discursivas em que seja considerado. Assim, o autor analisa textos nessas esferas com o intuito de mostrar a negociação não exclusivamente como construção colaborativa e consensual, mas como proposta de entendimento do projeto de dizer do outro e tomada de decisão quanto a este projeto, assumindo que tal decisão pode encaminhar para a construção de outros traços de sentido sobre os referentes pretendidos.

Do pathos retórico à ‘empatia rabateliana’: argumentação emocionada em textos/discursos polêmicos traz as reflexões de Rosalice Pinto e Suzana Leite Cortez acerca da argumentação

emocionada em textos que circulam nos *media* sobre um tema de natureza polêmica: *discriminação nas Artes*. As autoras indicam que as representações dos PDVs identificados mostram a empatia e o teor emocionado dos textos analisados, contribuindo para que o texto cumpra a sua visada argumentativa.

Evandro de Melo Catelão apresenta, em *O amor como argumento: uma análise textual de gêneros produzidos por suicidas*, os resultados obtidos com o modelo de análise textual/discursiva adaptado de Adam (2011), utilizado em gêneros produzidos por suicidas (cartas e bilhetes), que tinham como motivação o amor, ou amor não correspondido como causa para a morte autoinfligida. Na utilização do modelo, identificou-se que os gêneros produzidos por suicidas constituem uma atividade sociodiscursiva materializada por um formato escrito, trazendo, na maior parte dos casos, crenças e imagem de um eu discursivo conservador e religioso.

As reflexões acerca do fenômeno da dêixis constituem a tônica do artigo *Um estudo sobre classificações de tipos dêiticos* de Alena Ciulla e Mayara Arruda Martins. As autoras investigam duas diferentes propostas de classificação de tipos dêiticos, identificando os critérios de que partem. Tais reflexões integram o objetivo maior de compor um quadro de tipos dêiticos, conforme critérios homogêneos de classificação. Um dos problemas já identificados nesta empresa, segundo as autoras, é que alguns tipos se sobrepõem, ou não atendem rigorosamente a esses critérios.

A ampliação do campo de pesquisa da Linguística de Texto no intuito de incluir em seu rol de objetos de análise os textos multimodais é o mote do artigo de Silvana Maria Calixto de Lima, *Referenciação e multimodalidade: revisitando os processos de recategorização e encapsulamento*. O texto apresenta algumas reflexões advindas de estudos sobre a aplicação das categorias de análise da LT aos textos verbo-imagéticos, particularmente no que concerne à atividade de referenciação. A autora nos brinda com a análise de sete exemplares de textos verbo-imagéticos para descrever a configuração das categorias de recategorização e encapsulamento.

A discussão em torno do nome próprio ganha nova perspectiva no artigo *Recategorização por nome próprio nos processos referenciais*, de Mônica Magalhães Cavalcante e Maiara Sousa Soares. Nele, as autoras buscam analisar o fenômeno da recategorização por nome próprio nos processos referenciais de modo a observar como este pode colaborar para a condução argumentativa do texto na apresentação e nas retomadas recategorizadoras dos referentes. Apresentam, também, a análise de duas crônicas jornalísticas descrevendo como o modo de apresentação e as sucessivas retomadas anafóricas dos referentes por nome próprio podem auxiliar na orientação argumentativa do texto.

Este número da Revista de Letras traz ainda o texto *Referência opaca, manipulação de pontos de vista e textualidade*, de Denis Apothéloz, em tradução realizada por Anaximandro Amorim e Rivaldo Capistrano Júnior. O artigo, originalmente publicado em língua francesa, aborda o problema da opacidade referencial – originariamente descrita e discutida no quadro da lógica da filosofia da linguagem – na perspectiva da análise do discurso. Mostra que as expressões referenciais opacas são associadas à manipulação dos pontos de vista e que diferentes categorias de opacidade são distinguidas em função do tipo de conteúdo explorado para produzir um efeito de opacidade.

Esperamos que este número da Revista de Letras da Universidade Federal do Ceará contribua para a disseminação do conhecimento e estimule novos pesquisadores a enveredarem pelas trilhas de sentidos que somente os textos podem criar.

Maria Elias Soares
Mônica Magalhães Cavalcante
Mariza Angélica Paiva Brito
(Organizadoras)

SOBRE INTERTEXTUALIDADES ESTRITAS E AMPLAS

ABOUT INTERTEXTUALITIES STRONG AND WIDE

Mônica Magalhães Cavalcante*, **Maria da Graça dos Santos Faria****
Ana Paula Lima de Carvalho***

RESUMO

Este artigo discute o quadro analítico de Genette ([1982]2010), esboço das relações de diálogo entre textos, gêneros e estilos, e apresenta uma sugestão para o redimensionamento das categorias, a fim de dar conta de descrever, sob a ótica da Linguística Textual, as ocorrências manifestadas também em textos multissemióticos, bem como os casos das relações difusas do que estamos chamando genericamente de intertextualidades, vistas em sentido amplo e em sentido estrito.

Palavras-chave: Intertextualidades. Estritas. Amplas.

ABSTRACT

This paper reviews Genette's proposal ([1982]2010) on the relation of the dialogue found among texts, genres and styles, and proposes to broaden Genette's former categories, aiming to describe, relying on the text linguistics' theory, the attested occurrences also in multi-semiotic texts, as well as the cases of diffused relations that we generically label as intertextualities, which are explained in the base of their broad and strict senses.

Keywords: *Intertextuality. Broad sense. Strict sense.*

* Professora Associada II da Universidade Federal do Ceará e bolsista de produtividade em pesquisa 2.

** Professora Associada II da Universidade Federal do Maranhão.

*** Professora de Língua Portuguesa no ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal do Piauí

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, abordaremos o fenômeno da intertextualidade, que, originariamente filiado à teoria literária, interessa sobremaneira à Linguística Textual em virtude de sua produtividade para a construção e produção de sentidos nos textos.

Os trabalhos pioneiros em torno do tema consideraram especialmente as relações entre textos literários, verbais. Nosso interesse, entretanto, é estender o olhar para gêneros variados, multissemióticos, discutindo categorias analíticas, de maneira a torná-las suficientemente eficazes para recobrir situações intertextuais diversas. Para tanto, partiremos do marco que sustenta nossa proposta, qual seja, Genette ([1982]2010), responsável pelo mais completo esboço das relações que põem em diálogo qualquer relação entre textos, gêneros e estilos. Genette denominou essas relações “secretas ou manifestas” de “transtextuais”, por serem relações que iam “além dos textos”, ou seja, além da relação entre textos específicos. Seu estudo, inscrito no arcabouço teórico estruturalista, elegeu a forma como principal critério para definir as diversas formas de manifestação dos fenômenos, embora também estabeleça critérios funcionais produtivos, concentrados em três regimes: lúdico, satírico e sério.

Este artigo discute as categorias analíticas do quadro genettiano e apresenta uma sugestão, proposta na tese em andamento de Carvalho (2018), do que estamos chamando genericamente de *intertextualidades*, vistas em sentido *amplo* e em sentido *estrito*.

1 AS TRANSTEXTUALIDADES

Neste item, explanamos brevemente a tipologia das relações transtextuais de Genette ([1982], 2010, p. 10), para quem a *transtextualidade* é “tudo o que o coloca [o texto] em relação, manifesta ou secreta, com outros textos”. Trata-se, como se nota, de um conceito acentuadamente abstrato, intangível. Para lidar com ele, o autor, então, definiu cinco categorias de relações transtextuais, seguindo uma “ordem crescente de abstração, implicação e globalidade” (GENETTE (2010, p. 12), quais sejam: intertextualidade paratextualidade, metatextualidade, arquitekstualidade e hipertextualidade.

O termo **intertextualidade**, na proposta genettiana, apresenta um caráter bastante restritivo, contrastando com o modo como Kristeva (1974)¹ o definiu. Genette limita a categoria de *intertextualidade* a “uma relação de copresença entre dois ou vários textos, isto é, [...] como presença efetiva de um texto em outro” (GENETTE, 2010, p. 12). Nos tipos de intertextualidade,² o autor inclui: a *citação* (com aspas, com ou sem referência), forma mais explícita e literal; a *alusão*, menos explícita e menos literal, exigindo maior percepção do leitor para que se dê a (re)construção do sentido planejado; e o *plágio*, empréstimo literal, não declarado e, portanto, a forma menos explícita dessas relações de copresença.

¹ Encontra-se em Kristeva (1974, p. 64) a concepção seminal de intertextualidade, segundo a qual “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é a absorção e transformação de um outro texto”. Para a autora, apoiada no pressuposto do dialogismo bakhtiniano, qualquer texto é sempre um conjunto, muitas vezes inconsciente, de outros textos. Assim, o que se admite como relação intertextual pode não ser recuperável ou perceptível, mas estar subjacente a todo o texto ou a partir dele.

² “A intertextualidade é [...] o mecanismo próprio da leitura literária. De fato, ela produz a significância por si mesma, enquanto que a leitura linear, comum aos textos literários e não literários, só produz o sentido” (RIFFATERRE, Michael apud GENETTE, 2010, p. 13). Segundo Genette, o estudo de Riffaterre é mais amplo que o seu, e a intertextualidade, assim como a transtextualidade genettiana, é a própria literariedade.

Citação e alusão se diferenciam formalmente. A citação se define por uma transcrição exata e explicitamente marcada (verbo *dicendi*, dois pontos, aspas, itálico, recuo de margem, fonte reduzida) de um texto original; a alusão, por sua vez, realiza-se por remissão indireta, incorpora-se ao texto sutilmente, podendo apresentar modificações formais no texto-fonte, ou se dar apenas por expressões referenciais. Quanto mais popularmente for conhecido o texto aludido, mais facilmente será recuperada a alusão.

Vejamos os exemplos:

(1)

Conheço muitas pessoas que estão envelhecendo mal. Desconfortavelmente. Com uma infelicidade crua na alma. Estão ficando velhas, mas não estão ficando sábias. Um rancor cobre-lhes a pele, a escrita e o gesto. São críticos azedos, aliás estão ficando cítricos sem nenhuma doçura nas palavras. Estão amargos. Com fel nos olhos.

[...]

Bilac dizia que a gente deveria aprender a envelhecer com as velhas árvores. Walt Whitman tem um poema onde vai dizendo: “Penso que podia viver com os animais que são plácidos e bastam-se a si mesmos”.

Em (1), temos um trecho da crônica *Envelhecer: com mel ou fel?*, de Affonso Romano de Sant’Anna, no qual se verifica uma citação de Walt Whitman, escritor norte-americano considerado o pai da Revolução americana. Sant’Anna utiliza o recurso não de forma marginal, como epígrafe, mas o integra em seu texto como um argumento de autoridade em função da ideia que defende acerca do processo de envelhecimento.

(2)

[...]

Brada em um assomo
O sapo-tanoeiro:
“A grande arte é como
Lavor de joalheiro
Ou bem de estatuário.
Tudo quanto é belo,
Tudo quanto é vário,
Canta no martelo”

[...]

Temos, no exemplo (2), um fragmento do poema *Os sapos*, de Manuel Bandeira. Conforme observamos, há, pelas expressões “lavor de joalheiro”, “é belo”, “canta no martelo”, alusões ao poema *Profissão de fé* de Olavo Bilac, no qual há exaltação da arte de escrever.

A **paratextualidade**, por sua vez, é definida por Genette como “uma mina de perguntas sem respostas” (p. 14). Trata-se da relação existente entre o texto propriamente dito e o que considera como paratexto, a saber, os elementos que rodeiam ou acompanham marginalmente o texto: “título, subtítulo, intertítulo, prefácios, posfácios, advertências, prólogos, etc.; *release*, orelha, capa [...]” (GENETTE, 2010, p. 13). Conforme apontamos, o autor privilegia a forma, no caso, o aspecto disposicional para nortear sua classificação.

Já a **metatextualidade** se define por uma relação de avaliação/comentário/crítica entre um texto e outro, de modo que o primeiro comente o segundo, “sem necessariamente citá-lo (convocá-lo), até mesmo, em último caso, sem nomeá-lo” (p. 15). O exemplo prototípico para esse tipo de relação é a crítica literária, já que todas as reflexões de Genette se voltam para textos literários.

A **arquitextualidade**, por seu turno, é o tipo transtextual “mais abstrato e mais implícito” (GENETTE, 2010, p. 15), dado pelo vínculo entre o texto e o seu estatuto genérico. Trata-se da classificação taxonômica, explícita ou não, em que se pode enquadrar um texto. Esse tipo de relação transtextual é produtiva, sobretudo, para a literatura, uma vez que é prática recorrente no campo literário a inscrição do texto em um dado gênero (romance, contos, poesias etc.). Há casos em que se verifica a autodeclaração do gênero no próprio título da obra, como em *Odes* de Ricardo Reis, fato que, por si só, não assegura uma correspondência entre o texto e um gênero. Compete, pois, ao público, ao leitor ou ao crítico a determinação da etiqueta genérica.

Genette (2010), por fim, assim define a **hipertextualidade**: “toda relação que une um texto B (que chamarei hipertexto³) a um texto anterior A (que, naturalmente, chamarei hipotexto) do qual ele brota de uma forma que não é a do comentário” (p. 16). Percebemos, pelo excerto, o cuidado em estabelecer distinção entre a metatextualidade e a hipertextualidade, uma vez que ambas resultam da derivação de um texto em outro(s). Enquanto a primeira reflete caráter de descrição (ou análise) de um texto, a segunda decorre de alterações de forma e/ou conteúdo operadas sobre o texto original ou, ainda, aponta para a admissão de um modelo para construção de outro texto.

O autor aponta duas formas de hipertextualidade: a transformação e a imitação. A **transformação** comporta os procedimentos por meio dos quais se opera a passagem de um texto específico a outro. Admitem-se, nesse processo, alterações de estilo ou do gênero literário, desde que não se percam elementos semânticos, isto é, modificações drásticas de conteúdo pertinentes ao texto original. Genette exemplifica a transformação simples com *Ulisses* – derivada da *Odisseia* – que transpõe a ação da obra grega para a Dublin do século XX, altera o estatuto genérico do poema épico para o de romance de fluxo de consciência e conserva os elementos do hipotexto, de modo que permanece evidente o diálogo entre as obras.

Já por **imitação**, compreende-se a abstração – a partir de um texto específico ou de um conjunto de textos com características estruturais comuns – de um paradigma genérico tomado, então, como modelo para um sem número de hipertextos. Cabe ressaltarmos, neste ponto, que nem sempre o parâmetro imitado é o estilo. Para exemplificar, Genette (2010) retoma *Odisseia*, segundo ele imitada em *Eneida*, obra na qual se dá uma história que, embora distinta, mantém características formais e temáticas, de uma epopeia. O autor assume, então, a epopeia como adâmica.

Evidentemente, não escaparia a Genette a observação de que, na prática, todo texto sempre imita outros textos do mesmo gênero de que releva, o que aponta para uma relação constitutivamente dialógica, própria não apenas dos textos literários. A fim, pois, de não esvaziar o conceito, o autor estabelece que a hipertextualidade deverá ser tratada por marcas tangíveis. Assim, afirma: “abordarei, portanto, aqui, a hipertextualidade, salvo exceção, por sua vertente mais clara: aquela na qual a derivação do hipotexto ao hipertexto é ao mesmo tempo maciça (toda uma obra B deriva de toda uma obra A) e declarada, de maneira mais ou menos oficial” (GENETTE, 2010, p. 22).

Após a decisão metodológica de descrever e analisar a hipertextualidade por suas evidências, Genette elenca os subtipos hipertextuais. Começando pela paródia, o autor adota a noção de desvio como a essência desse “gênero”.⁴ Nessa perspectiva, classifica como tal mesmo a citação literal deslocada de seu contexto original. Em suas palavras, “a forma mais rigorosa da paródia, ou paródia mínima, consiste, então, na apreensão literal de um texto conhecido para dar-lhe um significado

³ Os termos “hipertextualidade” e “hipertexto” pensados por Genette não têm quaisquer relações com os termos homônimos encontrados nos estudos de Linguagem e Tecnologia.

⁴ O termo “gênero” aparece em Genette (2010) sem qualquer relação com o que se toma por gênero textual/discursivo.

novo, jogando com a essência e se possível com as próprias palavras” (GENETTE, 2010, p. 33). Isso significa que, embora um texto seja literalmente transcrito, sua inserção em novo contexto discursivo, por si só, já desconfigura o sentido original.

Genette (2010) pondera, ainda, que sob o termo paródia também se abrigam alterações maiores do que a simples recontextualização: usamos a paródia “para designar ora a deformação lúdica, ora a transposição burlesca de um texto, ora a imitação satírica de um estilo” (p. 36). Por essa razão, postula a necessidade de demarcar fronteiras entre os casos, o que realiza por força de reforma terminológica e taxonômica. Neste ponto, adota outro critério que não o formal: marca-se a dicotomização de hipotextos compostos por transformação/imitação com **função satírica** e com **função não satírica**.

As transformações de caráter não satírico foram designadas como *paródia*, enquanto as transformações satíricas, isto é, que operam rebaixamento ou vulgarização, foram designadas como *travestimento*. Também foram contempladas as transformações mais complexas, que envolvem imitação de estilo ou de gênero. O pastiche seria uma imitação sem caráter depreciativo, enquanto a charge se apresentaria marcada por traço de sátira.

Merece destaque a reflexão posterior acerca dos riscos de uma classificação simplificada, dicotômica. Genette (2010) considera, em tempo, as práticas localizadas no meio termo: transformações que, de um lado, modificam os textos originais para além da transformação semântica, afetando-lhes a essência, sem, contudo, manifestar o propósito depreciativo que caracteriza o travestimento. Da mesma forma, também nas imitações haveria ocorrências intermediárias no contínuo.

Sob o prisma dessa reconfiguração classificatória, os termos paródia e pastiche, inicialmente empregados para designar, respectivamente, transformações e imitações neutras, não satíricas, passaram a recobrir transformações e imitações de traço funcional lúdico. Em outras palavras, recobriram as ocorrências que registram alterações semânticas (transformação) e estilísticas (imitação) significativas, mas não grotescas. Os casos pretensamente ‘neutros’, por assim dizer, de transformação e imitação foram, então, nomeados como transposição e forjação.

Convém assinalar que o regime (sério, lúdico e satírico), na proposta de Genette (2010), define-se formalmente pela comparação entre o hipotexto e o hipertexto, empreendida a partir das marcas que indiciam a relação intertextual, e não pelos propósitos planejados (ou não) pelo locutor para o texto. A seguir, apresentamos o quadro que sistematiza as relações hipertextuais definidas por Genette (2010):

QUADRO 1 – Quadro geral das práticas hipertextuais

Relação \ Regime	Lúdico	Satírico	Sério
Transformação	PARÓDIA	TRAVESTIMENTO	TRANSPosição
Imitação	PASTICHE	CHARGE	FORJAÇÃO

Fonte: Genette, 2010, p. 40.

2 SOBRE INTERTEXTUALIDADES ESTRITAS E AMPLAS

Compreendemos a intertextualidade como fenômeno textual-discursivo que abriga, de forma mais ou menos explícita, as relações entre textos, gêneros e estilos. Nossa definição assume o (co)texto como unidade de análise, do qual se devem aferir marcas tangíveis, relacionadas a conteúdos, formas e/ou estilos de outros textos ou autores, capazes de indiciar o fenômeno. Em nosso entendimento, a intertextualidade pode se estabelecer por remissões de diversos tipos, tais como ao léxico, a estruturas fonológicas, a estruturas sintáticas, ao gênero, ao estilo, ao tom, dentre

outras. Nessa perspectiva, importa, antes, a copresença de textos, parâmetros genéricos ou de estilo(s) de autor(es), que pode ou não ser reconhecida pelo interlocutor.

Pleiteamos que, constitucionalmente, a **intertextualidade** se subdivida em duas formas distintas,⁵ embora não excludentes: i) **estrita**, dada pela copresença (inserção efetiva de um texto em outro) ou pela transformação/derivação de um texto específico ou de partes dele em outro texto; e ii) **ampla**, dada não pela marca de copresença de um texto específico em outro, mas por uma marcação menos facilmente apreensível, porque mais difusa e relativa a conjuntos de textos: por indícios alusivos à forma composicional de um padrão de gênero; ao estilo de um autor deduzido de vários de seus textos; ou a uma temática particular divulgada por diversos textos. O que dá um caráter amplo a essa intertextualidade é o fato de o diálogo não se dar entre textos individuais e de essa ligação acontecer por mecanismos de alusão a traços de composição de gênero, de estilo de autor ou de tema de textos.

Assinalamos a importância de compreender que o texto não se resume a um produto material, mas a um processo comunicativo complexo, pautado na interação, resultante da integração entre elementos da materialidade e outros fatores de diferentes ordens (situacionais, cognitivos, socio-culturais e interacionais). Como decorrência dessa compreensão, admitimos como texto os mais variados artefatos sociossemióticos,⁶ comunicativos e interativos, desde que se apresentem como: i) unidades completas de sentido, definidas pela existência de um tópico a ser desenvolvido, conforme postulam Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) e ii) unidades de comunicação, em consonância com Bakhtin (2011)⁷ e Miranda (2010).⁸

Não nos parece embargo tratar a intertextualidade a partir do cotexto, mesmo quando o que se retoma é o estilo de autor ou um determinado parâmetro genérico, considerando que tanto forma quanto estilo apresentam particularidades manifestadas no plano da expressão, isto é, na materialidade. Ademais, tomamos gênero e texto como verso e anverso, como elementos de pressuposição recíproca.

Assumimos que, *constitucionalmente*, as intertextualidades podem ser estritas ou amplas. *Formalmente*, apenas as intertextualidades estritas subdividem-se em casos de copresença e derivação. Quanto ao aspecto *funcional* – que atravessa todos os recursos intertextuais – não nos limitamos ao caráter de convergência (função séria) ou divergência (lúdico-satírico) que marca o recurso intertextual em relação ao texto-fonte ou ao parâmetro genérico retomado, como procedeu Genette (2010).⁹

Em nossa perspectiva, as funções das intertextualidades ultrapassam os limites formais. Acreditamos que elas têm a ver, sim, com a intencionalidade, com a tentativa de influenciar o outro e, por isso, são argumentativas. Considerando o jogo de repetição de um texto original, ou de uma

⁵ Retomamos o trabalho de Nobre (2014), que redefiniu os termos ampla e estrita.

⁶ Os estudos que tratavam dos textos multimodais ou verbo-imagéticos pautavam-se pelos pressupostos da Semiótica Social – à luz da Gramática do Design Visual, de Kress e van Leeuwen (1996, 2006), os quais compreendem que as imagens são estruturas sintáticas e, portanto, suscetíveis à mesma análise dada à linguagem – ou da Análise Crítica do Discurso. Atualmente, porém, já se verificam trabalhos filiados à Linguística Textual, como o Cavalcante e Custódio-Filho (2010); Custódio-Filho (2011), Forte (2013), Nobre (2014), entre outros.

⁷ Conforme Brait (2016, p. 16), “o tradutor brasileiro dos textos reunidos sob o título *Estética da criação verbal*, Paulo Bezerra, afirma que, em russo, o termo implica constitutivamente *enunciação* e *enunciado*, ou seja, o processo e o produto [...]”. A autora considera legítima, portanto, a equiparação terminológica entre *texto*, *enunciado* e *enunciação*.

⁸ A autora define texto, a partir de Bronckart, como unidade situada, finita e autossuficiente. Assinala, porém, no esteio de Bakhtin, que o traço da autossuficiência não significa que texto se apresenta fechado em si mesmo, visto que está em constante interação com o exterior.

⁹ Remetemos o leitor ao trabalho de Nobre (2014), no qual o autor define parâmetros (constitucional, formal e funcional) para a análise da intertextualidade.

forma de gênero, ou de uma forma de estilo ou de uma temática, seguimos o que afirma Gignoux (2005), segundo a qual todo recurso intertextual é, em última instância, lúdico. Mas, então, o que distinguiria as funções intertextuais? Defendemos que o lúdico serve tanto à finalidade humorística, quanto à crítica-apreciativa, ou à expositivo-informativa – as quais podem se excluir ou não, e sofrer algumas predeterminações do gênero, do tipo de situação interativa em que se encontram, do tipo de suporte ou de mídia. Nessa perspectiva, admitimos aqui que o que marca a categoria da paródia é seu caráter humorístico, mobilizado para fins diversos.

Dito isso, passaremos a apresentar as categorias que vislumbramos como uma reorganização do quadro de Genette (2010), adotado por força de sua complexidade, produtividade e nomenclatura já consagrada.

2.1 INTERTEXTUALIDADES ESTRITAS

Definimos como estritas as relações nas quais se verifica o diálogo entre textos específicos, ou porque existem partes de um texto presentes em outro, ou porque um texto sofreu modificações e se transformou em outro. Esse tipo de intertextualidade pode se dar de duas formas: i) pela relação de copresença, isto é, de inserção efetiva de partes de um texto em outro e ii) pela relação de derivação ou transformação, isto é, pela alteração em um texto específico, de forma que se modifique algum aspecto (forma, estilo ou conteúdo), sem que se percam elementos essenciais (semânticos) do texto-fonte.

2.1.1 Relações de copresença

Como subtipos de intertextualidades estritas, propomos três possibilidades estruturais de um texto repetir-se em outro por copresença: por citação literal; por parafraseamento de conteúdos; por alusão (uma menção indireta). Vejamos:

a) citação (com ou sem referência)

Forma geralmente mais explícita (marcada por verbo *dicendi*, dois pontos, aspas, itálico, recuo de margem, fonte reduzida) e sempre literal. Cumpre notar que, mesmo sem evidências tipográficas, o recurso não se descaracteriza, pois o que de fato o define é o caráter literal da passagem incorporada. Como já afirmamos, alguns textos podem presumir a recuperação do intertexto, a despeito da ausência de marcas explícitas, pois veiculam elementos amplamente conhecidos e partilhados em dada cultura.

b) parafraseamento

Embora a paráfrase não apareça na proposta classificatória de Genette (2010), consideramos os parafraseamentos como recursos intertextuais de copresença bastante produtivos e recorrentes.

Fuchs (1985) observa que a retórica se apoderou do estudo desse recurso como processo de reformulação de partes de um texto-fonte, isto é, conteúdos de um texto-fonte apareciam sob outra forma em um outro texto. Sob essa ótica, reformular implica interpretação: identificar a significação de um texto e reconstruí-la em novo texto, reinscrevendo-a numa dada situação, num dado contexto.

Para a tradição clássica, parafrasear envolvia, então, procedimentos como o emprego de sinônimos, a troca de nomes simples por perífrase, uso de metáforas, produção de exemplos e comparações. A atividade parafrástica foi, assim, tomada como um recurso argumentativo para, por exemplo, tornar o discurso mais acessível aos interlocutores sem, contudo, despi-lo de elegância. No âmbito da lógica, por outro lado, a paráfrase foi concebida como equivalência semântica entre proposições.

Em Hilgert (2006), também temos a paráfrase como uma estratégia de construção textual situada entre as atividades de reformulação, por meio das quais novos enunciados remetem a enunciados anteriores, modificando-os parcial ou totalmente. Para o autor, as paráfrases sempre implicam algum deslocamento de sentido, concorrendo para a progressão de um texto. O caráter parafrástico, em sua visão, é construído no/pelo jogo da interação, o que nos permite afirmar que a paráfrase não é uma propriedade das formulações, mas uma estratégia cognitivo-discursiva, sempre marcada (de modo mais ou menos explícito) por reformulações de conteúdos.

Cumprir notar que o autor reflete, sobretudo, acerca do texto oral. Apesar disso, acreditamos ser possível estender suas postulações para quaisquer textos e mesmo para as relações entre textos distintos. Sumarizando, podemos dizer que a paráfrase, não obstante busque identidade referencial, opera com deslocamentos de sentidos, o que nos autoriza a pensar que não estamos diante de uma simples troca de palavras. E, nesse processo, os detalhes nunca são meros. A partir do que encontramos em Hilgert (2006), assumimos o parafraseamento, neste estudo, como uma operação de citação não literal, de repetição de conteúdos por outras formas de expressão. No gênero resumo, a paráfrase constitui a derivação do texto inteiro, por isso corresponde a um tipo de transposição (quando um texto se transforma em outro com finalidade não humorística).

Para fins de classificação, situamos a paráfrase entre as relações de copresença, por entendermos que não se costuma chamar de paráfrase a transposição de um texto inteiro. Outras denominações têm sido dadas a esses casos de derivação por transposição, como resumo, adaptação, tradução, cópia ou plágio, quando a cópia envolve questões legais e desonestidade.

c) alusão estrita: forma menos marcada e menos literal de mencionar um texto específico, apenas sugerindo-o por pistas formais. Trata-se de um recurso que exige maior percepção do leitor para que se dê a (re)construção do sentido planejado. Citação, parafraseamento e alusão estrita se diferenciam formalmente, uma vez que a primeira apresenta-se como transcrição exata de um trecho do texto original; a segunda, como repetição de conteúdos do texto-fonte sob uma outra forma de expressão; a terceira, como referência indireta, que se incorpora sutilmente. A alusão estrita favorece modificações formais no texto a que recorre, transformando-o para finalidades diversas, especialmente humorísticas ou crítico-apreciativas (FARIA, 2014).

Segue exemplo:

(3)
Vou-me embora pro passado
Vou-me embora pro passado
Lá sou amigo do rei
Lá tem coisas “daqui, ó!”
Roy Rogers, Buc Jones
Rock Lane, Dóris Day
Vou-me embora pro passado

[...]

Terei uma cama Patente
Daquelas do selo azul
Num quarto calmo e seguro
Onde ali descansarei
Lá sou amigo do rei
Lá, tem muito mais futuro
Vou-me embora pro passado.

Esse texto, do paraibano Jessier Quirino, desenvolve-se a partir da alusão ao poema de Manuel Bandeira *Vou-me embora pra Pasárgada*. O autor alterou minimamente o título e o verso inicial, procedimento que, por si só, já aponta para o texto modernista. Além disso, repete o verso “lá sou amigo do rei”, do texto-fonte. Conforme observamos, em última instância, teremos uma paródia do poema de Bandeira, pela qual podemos demonstrar a estreita relação entre copresença e derivação (FARIA, 2014). Como é possível notar, as categorias não se dão de maneira discretizada, estanque e excludente. Segue outro exemplo:

(4)



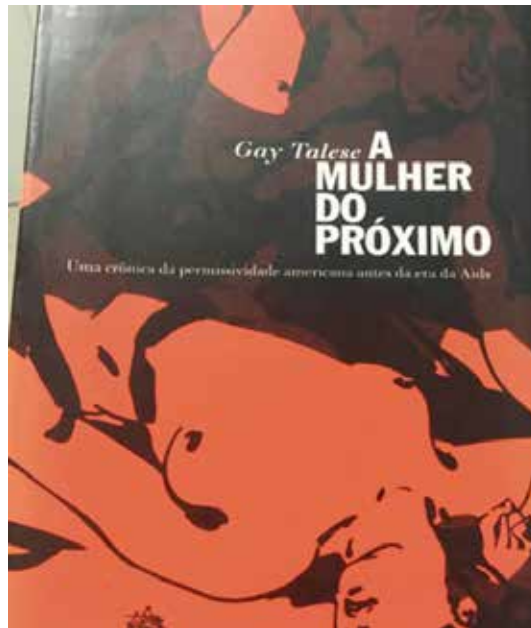
Fonte: <https://pbs.twimg.com/media/CjzYx5pVAAAqTao.jpg>

No cartaz que aparece na imagem, alude-se ao filme brasileiro “Que horas ela volta?”, o qual conta a história da pernambucana Val, empregada doméstica que se muda para São Paulo, a fim de proporcionar melhores condições de vida para a filha Jéssica. A alusão ajuda a compor o questionamento acerca do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, rotulado por seus apoiadores de golpe antidemocrático.

No exemplo que segue, vemos um caso em que a alusão se manifesta em um elemento paratextual¹⁰ (em termos genettianos), a saber, o título do livro, o qual alude ao décimo mandamento da lei mosaica.

¹⁰ Optamos por não incluir a paratextualidade como subtipo, uma vez que consideramos os elementos peritextuais (títulos, subtítulos, notas de rodapé, ilustrações, epígrafes, orelhas) como partes do próprio texto. Entendemos que o critério eleito por Genette (2010) para definir a paratextualidade, qual seja, o traço formal (disposicional) não constitui razão suficiente para separá-lo como categoria. Entendemos, sim, que poderão ocorrer relações de copresença nos elementos que se situam marginalmente, como verificamos no exemplo apresentado. Da mesma forma, podem aparecer nos títulos as inscrições arquitextuais, isto é, afirmações de filiação genérica. Quando, por exemplo, temos *Soneto de Fidelidade* ou *Poema de Sete Faces*, o caráter intertextual dessa indicação reside no fato de que classificar como soneto ou poema um determinado texto remete a outros textos inscritos nesses gêneros.

(5)



Fonte: https://http2.mlstatic.com/gay-talese-a-mulher-do-proximo-D_NQ_NP_7219-MLB5183563216_102013-F.jpg

Para a definição e a classificação dos subtipos de copresença, sobrepõe-se o critério formal. Assim, a citação apresenta-se como reprodução literal de um trecho original, a paráfrase como uma reescrita de trecho e a alusão como uma menção indireta, menos marcada e não literal. Formalmente, paráfrase e alusão se distinguem porque a paráfrase tem compromisso com a manutenção semântica do trecho eleito, devendo apresentar-se marcada pela referência ao texto-fonte, enquanto a alusão pode apenas se valer de elementos, segmentos de um texto-fonte ou apenas expressões referenciais notadamente intertextuais para remeter a um texto todo.

Mas, para além do critério formal, é possível afirmar que a citação, o parafraseamento e a alusão podem constituir recursos lúdicos para finalidades humorísticas, críticas, informativas, dentre outras. Vejamos o exemplo:

(6)



Fonte: <http://tresgarotasnacalcada.com.br/wp-content/uploads/2016/05/dilma-olha-ela.png>

Ao longo dos dois meses nos quais estive à frente da Câmara, Waldir Maranhão protagonizou medidas polêmicas e recuos no comando da Casa, dentre os quais se destaca a anulação, na manhã do dia 9 de maio de 2016, da votação em plenário da admissibilidade do processo de *impeachment* da presidenta, mesmo o processo já estando em análise no Senado. Na ocasião, circularam postagens com memes, como a apresentada acima, na qual Dilma Rousseff cita o bordão de Ana Paula Renault, participante do Big Brother Brasil que todos pensavam ter sido eliminada. Nesse caso, temos uma citação que viraliza nas redes sociais como um recurso lúdico de finalidade crítico-apreciativa. Por uma alusão ampla (intertextualidade não estrita), remete-se à situação de Dilma, retratada em inúmeros textos nas mídias, como alguém que se pensava eliminada de uma determinada disputa e, de repente, retorna.

Discutidos os fenômenos de copresença, passemos aos casos de derivação de um texto em outro texto inteiro.

2.1.2 Relações de derivação

Como categorias da derivação, propomos:

Paródias: transformações que operam desvios de forma e/ou conteúdo, bem como dos propósitos de um texto-fonte, sempre com finalidade humorística, podendo ou não apresentar outras finalidades, como a crítico-apreciativa. Defendemos que sejam abarcadas sob esse rótulo todas as transformações humorísticas que se distanciem do texto-fonte, desde as mais sutis até as que resultem em rebaixamento do estilo sério do texto original a um estilo mais vulgar ou satírico. Acreditamos que o rótulo de paródia já se apresenta cristalizado e se preste bem para comportar todas essas situações. Segue exemplo:

(7)



Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/73/9c/ac/739cac30730ea054705356c5d73aee64.jpg>

A célebre pintura *O grito*, do norueguês Edvard Munch, representando uma figura andrógina em momento de angústia e dor existencial, aparece parodiada por uma imagem de alguém angustiado por seu peso corporal no momento das festas de final de ano. Situação como essas são muito comuns nas redes sociais. O quadro *Monalisa* também é parodiado em incontáveis anúncios publicitários e *posts* com memes.

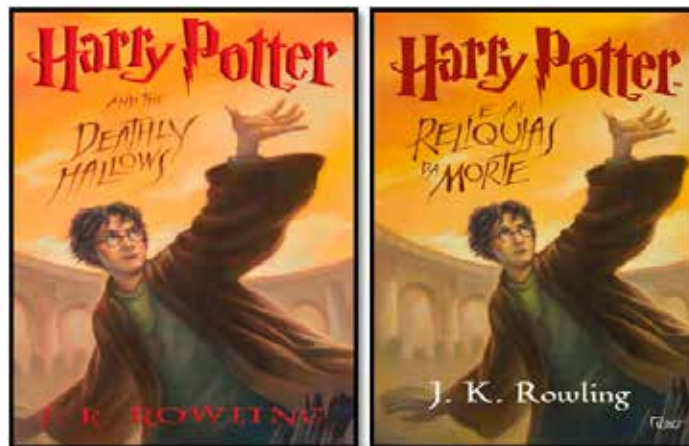
Esses exemplos confirmam que a intertextualidade é fenômeno verificável em diversos recursos semióticos. É perfeitamente possível empreender retomadas intrinsecamente intertextuais

de elementos linguísticos, imagéticos, melódicos etc. Cada criação semiótica pode desdobrar-se em inúmeras outras possibilidades criativas e a ligação intertextual pode se dar em diferentes graus, desde uma inspiração até a reprodução fiel de elementos.

b) Transposição: enquadram-se nesse subtipo todas as passagens genéricas e suas decorrentes adaptações. Nota-se, com frequência, que os textos se alimentam mutuamente. É comum a prática de transformação dos mais variados gêneros miméticos: romances, poemas narrativos, peças de teatro e longas-metragens, novelas e seriados de televisão, HQs etc. sofrendo adaptações que configuram a passagem genérica, preservando a essência semântica do texto original. Por força de procedimentos diversos (tradução, transestilização, transmodalização, versificação, práticas hiperestéticas, transformações quantitativas etc.), um texto-fonte pode ser reforçado e atualizado em diferentes contextos.

Teremos, então, uma transposição quando for operada uma transformação, cujo resultado mantenha proximidade do original, isto é, não haja efeito humorístico. Evidentemente, para que essa aproximação seja alcançada, serão mobilizados recursos de copresença, quais sejam, citação, alusão e parafraseamento. Ora, se estamos pleiteando um inventário de recursos intertextuais que se mostre aplicável a textos plurissemióticos, ocorre-nos que ninguém chamaria de *paráfrase* a passagem de um texto verbal para uma pintura, por exemplo. Parece-nos muito mais possível chamar essas passagens de retextualizações ou adaptações. Segue exemplo de transposição de um livro para um filme:

(8)



Fonte: <http://harrypotterfanzone.com/wp-content/2009/06/dh-us-jacket-art.jpg>
https://vignette4.wikia.nocookie.net/harrypotter/images/9/9d/Capa_Harry_Potter_e_as_Rel%C3%ADquias_da_Morte_%28livro%29.jpg/revision/latest?cb=20130101152519&path-prefix=pt-br

2.1.3 Metatextualidade

Os metatextos resultam de uma relação de comentário/crítica/avaliação. Um texto brota de outro com a finalidade de comentá-lo. Como exemplos, podemos mencionar as resenhas acadêmicas, a crítica literária etc.

Poderíamos estar tentados a incluir a metatextualidade entre os fenômenos de derivação, já que um texto inteiro origina outro. Entretanto, importa destacar que, para se configurar esse tipo de relação, a intertextualidade deveria transformar um texto-fonte, o que não é o caso. Por outro

lado, poderíamos pensar que a metatextualidade poderia figurar entre as intertextualidades amplas, mas ela nem imita forma de gênero ou de estilo, nem alude a textos diversos. O metatexto comenta um texto-fonte específico, por isso cremos que deva figurar entre as intertextualidades estritas. Frente a essa peculiaridade, pleiteamos que a metatextualidade passe a constituir uma terceira categoria de intertextualidade estrita, além das copresenças e derivações (transformações), uma vez que, por ela, será possível retomar o texto-fonte.¹¹

2.2 INTERTEXTUALIDADES AMPLAS

Conforme mencionamos, entendemos por intertextualidade ampla o diálogo tangível entre um texto e um conjunto de textos. Dá-se pela imitação de parâmetro(s) genérico(s) e/ou de estilo(s) de autor(es), bem como pelas alusões não a textos particulares. Esse tipo de intertextualidade se diferencia qualitativamente da intertextualidade estrita porque não é possível atribuir a intertextualidade a um único texto-fonte a que se recorreu. O processo de imitação abstrai um padrão não de um único texto, mas de um conjunto de textos. Do mesmo modo, as alusões amplas não convocam a memória de um texto específico, mas remetem difusamente a vários textos que abordaram determinada temática ou situação interacional.

Trata-se de um processo bastante produtivo para que se alcance um efeito persuasivo de função jocosa e/ou crítico-apreciativa. Esses casos são semelhantes aos de pastiche e charge, de Genette (2010), uma vez que ocorre a imitação de um texto sob o regime lúdico e/ou satírico. A grande distinção é que pastiche e charge (assim como toda a proposta de Genette) foram pensados para o domínio literário, ao passo que o que estamos defendendo não se restringe a esse domínio discursivo, tampouco reivindica a retomada de uma performance textual específica para que se assegure o status intertextual, como parece sugerir a proposta genettiana. Acreditamos, quanto a isso, que o que se imita, mesmo no pastiche ou na charge, é sempre o gênero e/ou estilo do autor e não uma performance textual propriamente dita, não obstante para alguns casos de textos literários seja possível apontar os textos adâmicos de determinados gêneros.

Quanto à forjação – que seria para Genette a imitação séria, recurso que consiste na reprodução e conseqüente perpetuação de um gênero – não nos ocorrem correspondentes não literários como o da epopeia, exemplo dado por Genette, os quais possam ser enquadrados como casos de “intergenericidade”. Isso porque a forjação seria a própria reprodução do gênero num texto novo, sem hibridismo. Por essa razão, estamos excluindo a categoria de forjação de nossa proposta investigativa.

Discutidos esses pontos, seguem os exemplos do que temos caracterizado:

(9)

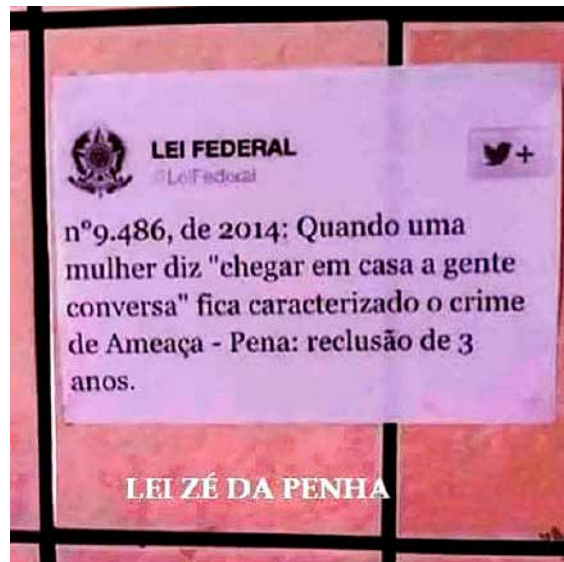


Fonte: <https://pics.me.me/g1-g1-da-depressao-menu-05-09-2016-10h38-atualizado-em-05-09-2016-20880705.png>

¹¹ Retomamos aqui os elementos epitextuais, como o paratexto por prefácios e posfácios. Defendemos que sejam categorizados como legítimos metatextos, na medida em que se prestam claramente a comentar um texto. E, embora possam ocupar o mesmo lócus do texto comentado, esses elementos podem constituir outros gêneros e circular autonomamente. Esses seriam casos em que se verifica o caráter não humorístico do metatexto. Contudo, a metatextualidade pode se dar também com finalidades humorísticas e/ou crítico-apreciativas, como se verifica nos comentários de notícias, muitas vezes carregados de sátiras e/ou humor ácido.

Na internet, encontramos *sites* especializados em imitar, com finalidades humorísticas e crítico-apreciativas, o estilo de certos gêneros. Os textos não são transformações de textos específicos, mas imitações do padrão genérico das notícias e reportagens de jornais. Da mesma forma, imita-se o estilo da escrita jurídica ou o gênero provérbio, como vemos a seguir:

(10)



Fonte: <https://pbs.twimg.com/media/CELBbhvWEAAJ3LD.jpg>

Também mencionamos aqui, no escopo das intertextualidades amplas, o fenômeno a que temos chamado de alusão ampla: trata-se da retomada não de uma referência a um texto específico, mas a um conjunto de textos ou a uma situação partilhada coletivamente em uma dada cultura. Vejamos um exemplo:

(11)



Fonte: <http://s2.glbimg.com/gJRq9TNSyPWnJVWrB8mceWGoVGg=/645x388/i.glbimg.com/og/ig/infoglobo1/f/original/2016/12/09/gol1o.jpg>

O anúncio de companhia aérea alude ao fato de que, em geral, os assentos nos aviões são bem próximos, o que causa desconforto aos passageiros, como se tem comentado em diversos textos. Isso fica sugerido pela maneira como os números das poltronas estão intrincados, à esquerda, que corresponde à oferta das concorrentes. Já na parte direita, apresentam-se as numerações espaçadas, configurando o conforto que a empresa anunciante oferece em suas aeronaves. Nota-se que não há retomada a um texto específico. Mas, provavelmente, inúmeros textos de reclamações acerca da disposição espacial dos assentos nos aviões devem ter sido contemplados para que esse anúncio fosse planejado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho constitui uma proposta de redimensionamento das categorias definidas por Genette (2010), para dar conta de descrever, sob a ótica da Linguística Textual, um fenômeno instigante e amplamente (re)visitado pelas mais distintas razões e perspectivas: as intertextualidades. Interessa-nos, sobretudo, torná-lo operacionalizável e com menos sobreposições. Sugerimos aqui categorias que deem conta da ampla variedade de textos multissemióticos e das relações difusas que se apresentam nas alusões amplas – todas reconhecidas popularmente como intertextuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1953], 2011.
- BRAIT, B. O texto nas reflexões de Bakhtin e do Círculo. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). *O texto e seus conceitos*. São Paulo: Parábola, 2016.
- CARVALHO, A. P. L. *Intertextualidades estritas e amplas*. 2018. 180 f. Projeto de tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. *Revista do GELNE*, Piauí, v. 12, n. 2, 2010. p. 56-71.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
- CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 2011. 330 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- FARIA, M. da G. dos S. *Relações intertextuais de copresença e de derivação em textos verbo-visuais: por uma abordagem didática*. Projeto de tese. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.
- FORTE, J. S. M. *Funções textual-discursivas de processos intertextuais*. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- FUCHS, C. A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação. Tradução de João Wanderley Geraldi. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 8, 1985, p. 129-134.

GENETTE, G. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Extratos traduzidos por Cibele Braga; Erika Viviane Costa Vieira; Luciene Guimarães; Maria Antônia Ramos Coutinho; Mariana Mendes Arruda; Mirian Vieira. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

GIGNOUX, A. C. *Initiation à l'intertextualité*. Paris: Ellipses, 2005.

HILGERT, J. G. Parafraseamento. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2006. v. 5.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading images: the grammar of visual design*. 2. ed. London; New York: Longman, 2006.

KRISTEVA, J. *Introdução à semântica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MIRANDA, F. *Textos e gêneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

NOBRE, K. C. *Critérios classificatórios para processos intertextuais*. 2014. 128 f. Tese (Doutorado em linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

APELO A UM EXTERIOR: AS ALUSÕES COMO ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS

THE APPEAL TO AN EXTERIOR: ALLUSIONS AS ARGUMENTATIVE STRATEGIES

Mariza Angélica Paiva Brito*, Maria Dayanne Sampaio Falcão**,
José Elderson de Souza Santos***

RESUMO

Neste trabalho, encaramos a alusão como uma heterogeneidade mostrada que, embora não seja assinalada por marcas tipográficas, apresenta outros tipos de marcação que podem apontar ou para trechos de um texto-fonte específico, ou para aspectos de uma obra que são de domínio público, ou ainda para uma temática amplamente noticiada na mídia, conforme Cavalcante e Brito (2011) e Faria (2014). Nossa hipótese básica é que as alusões são estratégias persuasivas. Refletimos aqui sobre as marcas de persuasão que as alusões podem desempenhar no texto, partindo da hipótese de que são estratégias argumentativas, portanto usadas de modo proposital, com objetivos bem definidos. Promovendo uma modificação complexa da significação, as alusões apontam diretamente para o surgimento de uma exterioridade no fio do texto e, por isso, assinalam um risco assumido que funciona como uma falta, criando no dizer o apelo a um exterior. Analisamos, em postagens de gêneros diversos veiculados na rede social Facebook e Instagram, as alusões como uma estratégia persuasiva. Para este estudo, as teorias convocadas foram as Heterogeneidades Enunciativas, de Authier-Revuz (1990, 2004, 2007); a Nova Retórica, de Perelman-Tyteca (2005) e a Teoria da Argumentação no Discurso de Amossy (2017). Authier-Revuz considera como intertextualidade alusiva apenas as ocorrências em que há claras indicações de um texto em outro texto, posição que não aceitamos inteiramente.

Palavras-chave: Heterogeneidade Enunciativa. Alusão. Estratégias Argumentativas.

ABSTRACT

In this paper, we face allusion as a shown heterogeneity that, although not signaled by typographic marks, presents other types of marks that can point out or to statements of a specific source text,

* Professora do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades e do Curso de Letras-Português da UNILAB; Pesquisadora da FUNCAP.

** Curso de Letras-Português. Bolsista de IC da FUNCAP/UNILAB.

*** Curso de Letras- Português. Bolsista de IC da FUNCAP/UNILAB.

or to aspects of a work that belongs to the public domain, or yet to a widely reported theme in the media, in accordance with Cavalcante and Brito (2011) and Faria (2014). Our basic hypothesis is that the allusions are persuasive strategies. Here we ponder about the marks of persuasion the allusions can perform in a text, assuming the hypothesis that they are argumentative strategies, therefore intentionally used, with well defined objectives. Promoting a complex modification of significance, the allusions point out directly to the emergence of an exteriority of the text and, for this reason, they mark an undertaken risk that works as an absence, creating in the phrase the appeal for an exterior. We analyzed, in posts from diverse genres disseminated in the social network Facebook and Instagram, the allusions as a persuasive strategy. For this study, the theories summoned were the Enunciative Heterogeneities, by Authier-Revuz (1990, 2004, 2007); the New Rhetoric, by Perelman-Tyteca (2005) and the Argumentation Theory in the Discourse by Amossy (2017). Authier-Revuz considers as allusive intertextuality only the occurrences in which there are clear indications of a text in another text, positioning that we do not entirely accept.

Key-words: Enuciative Heterogeneities. Allusion. Argumentative Strategies.

INTRODUÇÃO

Intertextualidade foi um termo cunhado por Julia Kristeva (1974) em sua obra *Introdução à Semanálise* – é caracterizado pela copresença de dois ou vários textos, ou seja, pela presença de um texto em outro, constituindo um “mosaico de citações” numa incessante rearticulação textual. Essa sempre foi uma questão relevante para os estudos linguísticos e, de forma especial, para a literatura, lugar teórico de onde provêm os estudos de Bakhtin (2000) sobre o dialogismo e sobre uma noção ampla de intertextualidade. O autor destaca o caráter constitutivamente dialógico da linguagem e sua natureza polifônica, exemplificando essa perspectiva a partir dos romances de Dostoiévski. Bakhtin postulava que todo texto derivava de outros anteriormente produzidos. O presente artigo lida com uma visão de intertextualidade mais comprovável. Por esta e por razões de ordem metodológica, utilizamos, nesta pesquisa, os pressupostos de Genette e seguidores sobre a intertextualidade por alusão, um dos fenômenos de copresença.

Genette (1982) propõe uma análise de como a intertextualidade ocorre dentro de um campo específico – estabelecendo as possíveis relações entre textos: “tudo que coloca em relação, manifesta ou secreta um texto com outros textos” (GENETTE, 1982, p. 10). Em sua obra *Palimpsestes*,¹ o autor tratou, de modo geral, os diálogos entre textos como *relações de transtextualidade*, ou seja, a transcendência textual, tudo o que põe em relação, ainda que “secreta”, um texto com outros e que inclui qualquer relação que vá além da unidade textual de análise. O autor subclasificou as transtextualidades em cinco tipos, dentre eles aquilo que chamou de *intertextualidade* “num sentido reduzido”.

Cavalcante, Brito e Zavam (2017) defendem uma noção de intertextualidade mais criteriosamente evidenciada por marcas intertextuais, que pode se dar em duas situações possíveis, não excludentes. A primeira é quando há um diálogo entre textos específicos, ou porque existem partes de um texto presentes em outro, ou porque um texto sofreu modificações e se transformou em

¹ Segundo Houaiss (2009), palimpsesto é um “pergaminho cujo texto primitivo foi raspado, para dar lugar a outro”.

outro. A segunda é quando há imitação entre gêneros do discurso, ou entre estilos de autores. Consideramos em nosso trabalho essas duas situações possíveis de intertextualidade e uma terceira, entre textos diferentes dentro de uma mesma temática.

Defendemos que a alusão é o fenômeno central mais importante dos processos intertextuais, uma vez que eles exigem mais elaboração, mais criatividade e mais erudição por parte do locutor, como mostraremos mais adiante. Partindo desse ponto, temos como objetivo discutir duas problemáticas principais: a alusão como um processo de heterogeneidade enunciativa constitutiva (AUTHIER-REVUZ); a alusão como uma estratégia argumentativa. Utilizaremos como exemplário textos de gêneros variados verbo-imagéticos.

1 A ALUSÃO – PALAVRAS TOMADAS DE EMPRÉSTIMO

Opera-se uma alusão quando se faz uma espécie de referência por pistas; não se diz claramente a que se está referindo, mas se fazem insinuações contextuais. Os dois processos, de alusão e de referência caminham juntos, em geral, pois, quando se faz referência direta a traços típicos de um texto, também se está aludindo ao texto como um todo, obviamente. As citações, as referências e as alusões se recontextualizam, para atender a propósitos diversos, por vezes satíricos, por vezes cômicos, por vezes nem uma coisa nem outra.

Para Faria (2014), as intertextualidades por copresença podem gerar um outro texto, transformado. Por isso, para a autora, as copresenças podem constituir estratégias para a construção da derivação intertextual, o caso em que um texto deriva outro porque nele se operaram transformações. Trata-se dos casos de transformações por paródias e por transposições sérias (que são as retextualizações, as adaptações, as traduções, dentre outros). As paródias e as adaptações acontecem, de fato, principalmente a partir de citações ressignificadas, de paráfrases, de referências e alusões também recontextualizadas. Havendo paródia ou transposição, elas vão conter pelo menos uma dessas copresenças: citações, paráfrases, referências e alusões.

Nas paródias, um texto incorpora o outro para provocar o riso, ou para ser simplesmente lúdico e/ou para criticar algo, ou mesmo para levar ao ridículo, como neste exemplo retirado de Forte (2013, p. 59),

(1)



Disponível em: <<http://santuariodosanimes.blogspot.com.br/2010/11/o-grito-do-homer.html>>

Em (1), temos uma transformação do texto-fonte, no caso, um texto verbo-imagético em que a manutenção do estilo é mantida X redundante . A paródia é elaborada pela transformação do famosíssimo quadro de Edvard Munch – “O Grito”. No lugar da figura fantasmática do autor, aparece o personagem Homer, dos Simpsons – um desenho animado americano, dirigido por Matt Groening, uma série de muito sucesso na TV americana.

Segundo Authier-Revuz (2007), a alusão é uma retomada não explícita de segmentos em sua linearidade, faz parte da *modalidade autonímica*, é um *desdobramento* – metaenunciativo – de um dizer que, em um determinado ponto, faz, ao mesmo tempo, uso das palavras para falar de “coisas”, e é, por isso, um retorno, em menção, a essas palavras tomadas como objeto. A alusão opera o conjunto das formas de modalização autonímica “de empréstimo”, assinalando localmente um “eu falo *aqui com palavras exteriores*”, é a marca separadora entre o exterior e o próprio das palavras que o enunciador escolheu em um processo de estabelecimento de fronteiras (AUTHIER-REVUZ, 2007, p. 8).

A autora exemplifica o seu ponto de vista com os seguintes exemplos:

- (2) É de desesperar: tu resolves um problema, tu retornas, e são sete cabeças que de novo crescem...
- (3) Eu sou corajoso, porém realista: vim, vi, ...fui vencido

Para Authier-Revuz, desses dois enunciados orais, apenas o segundo, que vem despertar a ideia do texto fonte, é uma alusão: “somente o segundo, despertando a ideia de Cesar, das *palavras* de César, situa-se em nosso campo de pesquisas, enquanto o primeiro, evocando a lenda da Hidra de Lerne, não pode nele se inscrever” (2007, p. 4).

Tomada nesse sentido estrito, a *alusão* conserva alguma coisa do seu sentido original, “jogo de palavras” (ainda ligado a sua origem, “*ludus*”): nas palavras que enuncia, o enunciador joga com a possibilidade de fazer ressoarem não outras palavras da língua, como no trocadilho ou no equívoco, mas palavras de outros dizeres, suscitando, através da sua voz, a música de uma outra voz. Authier-Revuz trata da alusão, como vemos, a partir de uma perspectiva de marcação polifônica.

1.1 ALUSÃO - MODALIZAÇÃO AUTONÍMICA DE EMPRÉSTIMO

A modalização autonímica é um fenômeno que consiste numa “configuração enunciativa da reflexividade metaenunciativa – a ‘modalização autonímica’ – da enunciação atravessada por sua autorrepresentação opacificante” (AUTHIER-REVUZ, 2007, p. 14), isto é, o signo, naturalmente, exerce uma função mediadora entre o homem e um conceito/coisa no mundo. Exercendo essa função, o signo, enquanto tal, se apaga, ou, em outras palavras, se torna transparente – no lugar de aparecer, deixa passar por si o conceito/coisa no mundo convocado por seu intermédio – não é, pois, objeto-de-presença na mente do sujeito-falante, não se corporifica enquanto materialidade (sonora ou gráfica), a não ser se tomado como objeto de estudo científico. No entanto, em momentos pontuais de uma enunciação, é possível observar que em

seu desenrolar, o dizer representa-se como não falando por si; o signo, em vez de preencher-lo [*ao dizer, ou dito de outro modo, em vez de preencher a enunciação*], transparente, no apagamento de si, de sua função mediadora, interpõe-se como real, presença, corpo – objeto encontrado no trajeto do dizer e que se impõe a ele como objeto –; a enunciação desse signo, em vez de se realizar “simplesmente”, no esquecimento que acompanha as evidências inquestionáveis, desdobra-se como um comentário de si mesma (AUTHIER-REVUZ, 2007, p. 14, grifo nosso).

O signo, surgindo como corpo na enunciação, exige que seja esclarecido, explicado, questionado, interpelado. Abandonando a transparência, mostra-se opaco e, portanto, carente de exposição de si mesmo.

A modalização autonímica é, portanto, o momento em que a linguagem falha em sua função de mediadora e deixa de realizar-se “simplesmente”, exigindo uma enunciação “complexa” na qual o signo é “desdobrado” sobre uma reflexão metalinguística: que signo foi usado? Em que sentido foi usado? Por que foi usado? Seu uso é suficiente? A palavra se aplica no contexto? Esse signo descreve a “coisa”? Você diria “isso” para se referir a essa “coisa”? Essas são algumas das reflexões realizadas pelos sujeitos-falantes (CAVALCANTE; BRITO, 2011).

Para Authier-Revuz, diferentemente daquilo que as teorias tradicionais tomam por alteridade, colocando-a como mecanismo da abordagem do outro na enunciação, seus princípios alteritários agregam tudo aquilo que torna a linguagem o ambiente do *não-um*, isto é, da ausência total de unicidade linguística, embora o enunciador conserve a ilusão de proteger-se contra o heterogêneo constitutivo da enunciação. Segundo a autora, “a modalização autonímica é vista como um ‘surgimento’ enunciativo do outro da linguagem – ao que eu dei o nome de não coincidência do dizer – onde entra em cena o jogo enunciativo **entre outros** e não exclusivamente ‘a linguagem dos outros’” (2007, p. 3). E complementa que

as imagens de pontos de não coincidência que suspendem o trajeto unificado do dizer dão lugar ao fato das não coincidência, as quais, desta forma, ganham corpo e são reconhecidas; ao mesmo tempo, entretanto, elas interpõem uma máscara, ilusão necessária, pelo caráter circunscrito (“o restante” sendo diferencialmente constituído como um) e controlado (por um enunciador, a partir de sua posição de sobrevoio metaenunciativo, ao dizer o que é o seu dizer) desses pontos de não coincidência representados; ou realizam uma reafirmação protetora do UM do dizer, de um modo imaginário absolutamente necessário, oposto à ameaça de dispersão, que faz pesar sobre a enunciação e o sentido o jogo das não coincidência inerentes nas quais eles se constituem, [...] e poderiam desfazer-se (AUTHIER-REVUZ, 2007, p. 4).

O jogo das não coincidência do dizer põe em risco a alusão na relação mesma que todo dizer apresenta com a sua exterioridade discursiva: risco escolhido pelo uso pontual da alusão, risco de estar submetido à exterioridade – à “alusividade” – própria do dizer e do sentido.

2 ALUSÃO – O LIMITE DA NÃO MARCAÇÃO

A alusão propriamente dita, para Authier (2007), corresponde à superação de um limite, através do seu grau zero de marcação na língua. No entanto, acreditamos que esse grau zero de marcação é apenas aparente, pois defendemos que sempre há uma marcação, conforme Brito (2010), originando-se inteiramente da interpretação.

Vejamos os exemplos:

(4)



(5) As malas do Geddel



(6) A nécessaire!!



(7) PF apreende também mala com dinheiro na casa de um professor!!!



Todos esses exemplos, (4), (5), (6) e (7), aludem a notícias que foram amplamente divulgadas na mídia quando a Polícia Federal encontrou, no apartamento de Geddel Vieira Lima, ex-ministro do Governo de Michel Temer e seu amigo pessoal, malas e malas de dinheiro, como mostra a figura (5) *As malas do Geddel!*

O exemplo (6) recategoriza como *nécessaire* a mala de dinheiro encontrada em posse de Rocha Loures, outro amigo pessoal do atual presidente do Brasil. O ex-deputado, Rodrigo Rocha Loures, foi flagrado, ao deixar um restaurante em São Paulo, levando uma mala de R\$ 500 mil, que lhe foi entregue pelo então executivo da JBS Ricardo Saud. O Ministério Público Federal, no Distrito Federal, ratificou a denúncia apresentada pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, atribuindo a Michel Temer e a Rodrigo Rocha Loures o crime de corrupção passiva no caso da entrega (flagrada em filmagem) da mala de R\$ 500 mil do Grupo J&F ao ex-assessor do presidente.

O exemplo (7) é uma paródia construída a partir da referência e da alusão a inúmeras notícias e fotos que foram divulgadas pela mídia. Mostra a mala encontrada na casa de um professor com uma cédula de dois reais. A paródia cumpre uma função satírica bem evidente, mostrando a desvalorização do professor em nosso país, enquanto os políticos chafurdam em um mar de corrupção e roubam milhões do povo.

Para Authier-Revuz (2007), a alusão só pode ser concretizada se ela for reconhecida pelo outro e só pode ganhar corpo *se* reconhecida. É uma aposta no outro-receptor para reconhecimento do terceiro-outro – “o já-dito presente em suas palavras” (p. 4). Para nós, a alusão acontece mesmo que nem todos a reconheçam, isso porque o sentido de um texto vai depender de vários fatores, dentre eles, o conhecimento de mundo e a erudição de cada um.

Segundo Authier-Revuz, a alusão funcionaria, então, como uma falta, criando no dizer o apelo a um exterior, por meio do questionamento que ali inscreve a diferença – o heterogêneo –, mas o apelo fica em suspensão dentro de um espaço interdiscursivo que permanece mudo. Desta forma, sem que produza qualquer resposta de similitude, a alusão não pode “ganhar corpo, deixando o receptor no desconforto de um dizer atravessado pelas sombras de um outro discurso cuja presença, não dita, ele percebe, mas lhe escapa, tornando-o incapaz de dar-lhe consistência – voz e forma” (p. 12).

3 ALUSÃO COMO CUMPLICIDADE

Para Authier-Revuz, o prazer da convivência alusiva é um mecanismo que está no cerne da alusão: “pondo à prova uma cultura partilhada, a alusão bem sucedida afirma e festeja “uma comunhão” (AUTHIER-REVUZ, 2007, p. 17). Reflitamos sobre como isso se dá no exemplo abaixo:

(8)



O exemplo (8) é um *post* que alude ao quadro *Te Quero de Volta*, dentro do programa *O melhor do Brasil*, com o Rodrigo Faro como apresentador. Este quadro pretende **juntar novamente casais** que por algum motivo se separaram, e um dos dois se arrependeu dessa decisão. Também alude a outro programa, o *Talk show Agora é tarde*, com Rafinha Bastos, traz entrevistas humoradas e leves na Band. Mas alude também, amplamente, a uma situação de tentativa fracassada de conquistar alguém.

A alusão, consoante Authier-Revuz (2007, p. 8), é um jogo:

Contando com o receptor, com a memória discursiva que lhe vai permitir o reconhecimento das palavras dos outros, dadas a entender em suas próprias palavras, o locutor, através do seu jogo de alusões, desenha a imagem do destinatário do seu dizer – daquele a quem ele se dirige.

A alusão é absolutamente hedonista, está a serviço de um sujeito que goza com sua produção. Vejamos mais um exemplo de alusão como hedonismo, cumprindo uma função de erudição:

(9)



No exemplo, veiculado em uma página do Facebook, temos uma alusão à frase feita “pau que nasce torto, morre torto”. Faz alusão também à música da banda baiana, *É o tchan...* “Segure o tchan – Pau que nasce torto nunca se endireita menina que requebra a mãe pega na cabeça...” Ou seja, o texto estabelece uma relação entre o preservativo masculino e a música baiana, o pau que nasce torto nunca se endireita... No entanto, com o preservativo Prudence, o “pau” se endireita. O pênis, órgão sexual masculino, é chamado popularmente de “pau”.

Vemos no exemplo (9) mais uma constatação de que a alusão é uma forma de exercício de erudição, é um jogo puramente hedonista que recorre a diversos tipos de conhecimento.

4 A ALUSÃO É UM MAL-ESTAR

Quando uma alusão é escolhida, ela assinala a distância existente entre os sujeitos. Isso é tomado como um fracasso da intercompreensão, que abre, de um lado e do outro, toda uma gama de sentimentos disfóricos, como, por exemplo, o “mal-estar” e a exclusão. É por isso que a alusão é uma forma tanto de exclusão quanto de conveniência.

Propomos três formas possíveis de estratégias alusivas neste jogo de exclusão-conivência:

a) alusões relacionadas a conhecimentos mais gerais de “já-ditos” partilhados.

Estes conhecimentos são aqueles partilhados por todos. Geralmente dizem respeito a notícias e eventos que são veiculados mundialmente e não só por uma comunidade estrita. Podemos visualizar esta estratégia no exemplo (10) em que aparece a figura do presidente norte-coreano, Kim Jong-Un. As ideias desse presidente sobre ataque nuclear foram motivo de críticas e debates em todos os jornais nacionais e internacionais. Desta forma, o locutor da postagem apelou para uma alusão provavelmente como uma confirmação de adesão, como se presumisse que atingiria um maior auditório, de quem esperaria conivência. Vale ressaltar que, por ser uma alusão, exige uma erudição maior do seu leitor quanto às informações implícitas.

b) alusões relacionadas a conhecimentos partilhados por pessoas de uma mesma nacionalidade.

É fácil perceber estas estratégias nos exemplos (4), (5), (6) e (7). Neles, percebemos que o locutor se vale dos conhecimentos que são partilhados culturalmente, o cenário político do nosso país, para criticar e satirizar, por meio das alusões criadas. Por isso, estamos chamando estes casos de estratégias alusivas como relacionadas a conhecimentos partilhados por pessoas de uma mesma nacionalidade.

c) alusões relacionadas a informações mais intimamente partilhadas.

Podemos perceber esta última estratégia em situações em que somente um pequeno grupo usufrui das informações partilhadas; os demais se veem excluídos. Por exemplo, em grupos de amigos, em grupos de trabalho, entre namorados, entre amigos mais íntimos etc.

O jogo da exclusão-conivência é muito flagrante nestas estratégias, pois somente alguns poucos escolhidos poderão captar as alusões produzidas. Pensamos que as alusões produzidas não são apenas um risco de perda de sentido, mas são escolhas feitas pelo locutor em um jogo de exclusão-conivência.

Observamos a presença de estratégias complexas que tentam dirigir-se a um público duplo, preservando o prazer da conivência com um público restrito e afastando, ao mesmo tempo, o risco de fracasso.

4.1 ALUSÃO É PODER

Pelo jogo de sugestão, de implicitude, que a alusão mobiliza, podemos dizer que ela provoca irritação ou humilhação no interlocutor, quando ele se dá conta de que não consegue compreender as relações intertextuais estabelecidas. Daí a sensação de que se encontra excluído do grupo a qual esse dizer é endereçado. A alusão é quase um bullying...

(10)



A postagem (10) alude à notícia sobre o teste nuclear norte-coreano, como se pode ver no exemplo (11):

04/09/2017 - 12H32 - ATUALIZADA ÀS 12H32 - POR AGÊNCIA ANSA
LÍDER NORTE-COREANO KIM JONG-UN DÁ AUTORIZAÇÃO PARA TESTE COM BOMBA DE HIDROGÊNIO (FOTO: EFE/EPA/KCNA)
A **Organização das Nações Unidas (ONU)** anunciou que o teste nuclear realizado no fim de semana pela **Coreia do Norte** foi o mais potente já registrado na história.

(11) Teste nuclear norte-coreano foi o maior já registrado, diz ONU

Conselho de Segurança está reunido em Nova York. <http://epocanegocios.globo.com/Mundo/noticia/2017/09/teste-nuclear-norte-coreano-foi-o-maior-ja-registrado-diz-onu.html>



O exemplo (10) é uma postagem que foi veiculada nas redes sociais em que o produtor imita uma postagem bastante comum de *Bom dia*. Essas mensagens são geralmente muito meigas e singelas. Assim, imitando o estilo desse tipo de gênero discursivo, esta postagem utilizou a notícia do teste nuclear norte-coreano, colocando uma foto sorridente do Kim Jong-Um, presidente norte-coreano, vaticinando o dia: “Lembre-se de viver cada dia como se fosse o último”. O produtor aludiu à notícia do teste nuclear que vem sendo realizado na Coreia do Norte, e é essa alusão, indicada apenas pela foto do presidente da Coreia do Norte, que provoca efeitos de humor e de sarcasmo, numa espécie de humor negro, que se expressa a propósito de uma situação socialmente grave.

A alusão pode transformar-se em uma “adivinhação divertida”. Situar-se no “limite” da visibilidade é uma das tentações da prática alusiva. Ela pode se transformar em um código secreto de uma mensagem reservada aos raros iniciados que serão capazes de percebê-la.

4.2 A ALUSÃO É UM RISCO

É desta forma que a alusão torna-se, para o locutor, um “teste” que ele coloca no caminho do interlocutor, talvez até mesmo uma armadilha da qual ele se apropria na condição de “mestre” (AUTHIER-REVUZ, 2007), daí um certo traço de arrogância de alguns locutores que se valem do uso da alusão. É por saber que a alusão é um risco que certos locutores se colocam numa situação de dissimetria, por se verem numa posição superior, em relação ao interlocutor.

O risco é de o interlocutor não alcançar os sentidos: a alusão é fundamentalmente da ordem do sentido e uma alusão falha não corresponde à perda de algo acessório, mas à perda de um sentido “a mais”, algumas vezes crucial (AUTHIER-REVUZ, 2007, p. 16). Uma alusão “fracasada” é como um “barco carregado de sentidos” que se encontra à deriva, sem alcançar o seu porto de destino.

Para Gignoux (2005), o risco concerne ao fato de a alusão não ser alcançada enquanto repetição. A autora atribui à alusão dois valores distintos, mas não excludentes:

valor de significação – parcial
valor de repetição – total

(12)



(13) **DEU ONDA Sapatilha 37 – MC G15**

Eu preciso te ter
Meu fechamento é você, moção
Eu não preciso mais beber
E nem fumar maconha
Que a sua presença, me deu onda
O seu sorriso, me dá onda
Você sentando, moção, me deu onda
Que vontade de ter, garota
Eu gosto de você, fazer o quê?
O pai te ama
Que vontade de ter, garota
Eu gosto de você, fazer o quê?
O pau te ama, é
O pau te ama
O pau te ama, é
O pau te ama

A postagem (12) alude ao *funk* carioca *Deu Onda*, cantado por MC G15, em dois momentos: em “meu fechamento” e em “[...] sua presença vai me dar onda”. O texto é um anúncio da venda de caixão e desafia o interlocutor a desvendar um código para ter o alcance de todo o sentido engendrado na emissão do texto.

No exemplo (12), do caixão, o interlocutor certamente captou o referente mais explícito da mensagem: um anúncio da venda de jazigo de um cemitério. Por isso se diz que ele alcançou apenas um sentido parcial. Mas nem todos recuperaram os referentes da canção e, assim, não alcançaram o valor de repetição da alusão, ou seja, as partes que aludem ao texto-fonte.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – A ALUSÃO COMO ESTRATÉGIA PERSUASIVA

Conforme Cavalcante (2016):

as estratégias persuasivas seriam, por exemplo, o recurso às intertextualidades, a escolha de dado gênero, a escolha de dada sequência textual, a escolha de certos processos referenciais e a forma como são expressos, incluindo nisso o uso de antropônimos e o jogo de aspectos fonológicos e morfossintáticos, o recurso a marcas de heterogeneidade enunciativa [...]

Como demonstramos nos exemplos, as alusões marcam a negociação do sujeito com o outro dizer, circunscrevendo a exterioridade discursiva. Para nós, as alusões evidenciam o uso persuasivo das heterogeneidades discursivas.

Perelman e Tyteca (2005) afirmam que é sempre em função do auditório que se quer persuadir. Diremos, com eles, que é sempre em função do interlocutor que se constrói uma alusão, mesmo que nem sempre os sentidos sejam alcançados.

Demonstramos, outrossim, que a alusão é erudição, é a exibição de um saber. Nem sempre a alusão é feita para ser reconhecida: algumas vezes pode envolver um jogo de poder, de mostraçãõ erudita, de uma cultura variada.

Além das duas funções mais reconhecidas pela literatura sobre intertextualidade: função lúdica e função satírica, salientamos esta terceira – a de erudição. Que este trabalho instigue a investigação de outros modos de a alusão compor estratégias de persuasão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade (s) enunciativa (s). *Cadernos de estudos linguísticos*, v. 19, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Edipucrs, 2004.
- AUTHIER-REVUZ, J. Nos riscos da alusão. *Revista Investigações*, v. 20, n. 2, 2007.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BRITO, M. A. P. *Marcas linguísticas da interpretação psicanalítica: heterogeneidades enunciativas e construção da referência*. 2010. 213 f. Tese. (Doutorado em linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- CAVALCANTE, M. M. Linguística Textual e argumentação. JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 26, 2016. *Anais...* Recife: GELNE, 2016.
- CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P. Intertextualidades, heterogeneidades e referenciação. *Revista Linha D'água*, São Paulo, v. 24, n. 2, 2011.
- CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. P.; Zavam, A. Intertextualidade e ensino. In: PAULIUKONIS, A. L.; MARQUESI, Elias, V. M. (Org.). *Linguística Textual e Ensino*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FARIA, Maria da Graça dos Santos. *Alusão e citação como estratégias na construção de paródias e paráfrases em textos verbo-visuais*. 2014. 118 f. Tese (Doutorado em linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FORTE, J. S. M. *Funções textual-discursivas de processos intertextuais*. 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GENETTE, G.: A literatura de segunda mão. Extratos traduzidos por Cibele Braga; Erika Palimpsestos Viviane Costa Vieira; Luciene Guimarães; Maria Antônia Ramos Coutinho; Mariana Mendes Arruda; Mirian Vieira. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

GIGNOUX, A. C. *Initiation à l'intertextualité*. Paris: Ellipses, 2005.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.

KRISTEVA, J. *Introdução à semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

O AMOR COMO ARGUMENTO: UMA ANÁLISE TEXTUAL DE GÊNEROS PRODUZIDOS POR SUICIDAS

THE LOVE AS AN ARGUMENT: A TEXTUAL ANALYSIS OF GENDERS WRITTEN BY PEOPLE WHO HAVE COMMITTED SUICIDE

Evandro de Melo Catelão*

RESUMO

O presente estudo visa apresentar resultados obtidos com o modelo de análise textual/discursiva adaptado de Adam (2011) utilizado em gêneros produzidos por suicidas (cartas e bilhetes) que tinham como motivação o amor, ou amor não correspondido como causa para a morte autoinfligida (*corpus* coletado em inquéritos arquivados no Arquivo Nacional do RJ – 1889 - 1940). O modelo de análise criado permitiu identificar esse tipo de motivação (quando comparados a outras motivações encontradas) além de indicar que os documentos se enquadravam em um plano de representações construídas sobre ações em dois movimentos: a escolha pela morte voluntária e a elaboração de uma mensagem escrita, nem sempre centrada na apresentação das motivações ao ato suicida. Na utilização do modelo, identificou-se tratar de uma atividade sociodiscursiva materializada por um formato escrito, trazendo, na maior parte dos casos, crenças e imagem de um eu discursivo conservador e religioso.

Palavras-chave: Argumentação. Produções de Suicidas. Linguística Textual.

ABSTRACT

This study aims to present results obtained from the use of the textual / discursive analysis adapted from Adam (2011) model used in genres produced by suicide (letters and notes) who were motivated by the love or unrequited love as the cause of self-inflicted death (corpus collected in surveys filed in the National Archive of RJ – 1889-1940) . The analysis model created identified this type of motivation (when compared to others found motives) and indicates that the documents fell into a plan to build representations of actions in two movements : the choice of voluntary death and

* Professor do Magistério Superior da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

the preparation of a message writing, not always focused on presenting motivations for suicidal act . Using the model, it identified treating a sociodiscursiva activity materialized by a written format, bringing, in most cases, beliefs, and I image of a conservative and religious discourse.

Keywords: *Argumentation. Suicide Productions. Text Linguistics.*

INTRODUÇÃO

A situação de produção que rege a escritura de uma carta ou bilhete de suicídio é recorrente em outros casos que envolvem a escolha pela morte voluntária, tanto por sua estrutura quanto pelo tipo de discurso e imagem de si construída discursivamente, expressando também um conjunto de crenças. Esse fato leva a indicar que a argumentação do suicida pode ser tomada como uma forma de composição elementar e ser expressa por representações em um esquema argumentativo, presente na memória discursiva dos sujeitos, e pode ser materializada em textos. Assim, variadas seriam as formas de análise a serem executadas na descrição desse tipo de documento, bem como seus tipos de análise (sociológica, psicanalítica, entre outras). Nesses limites, a Linguística Textual tem trazido algumas formas de visualização de diferentes gêneros entre as quais se destacam linhas que caminham por um diálogo entre vertentes teóricas, como é o caso dos trabalhos desenvolvidos por Jean-Michel Adam pelo que o autor tem chamado de “análises textuais/discursivas”, inserção da Linguística Textual no campo da análise de discursos.

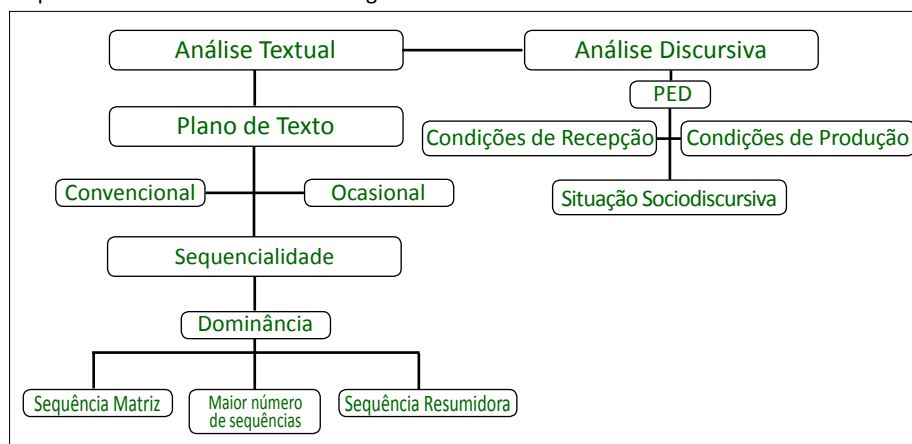
Neste artigo, objetiva-se apresentar parte do modelo de análise criado em pesquisa de doutorado que possibilitou a indicação de crenças e motivações para a escrita de documentos suicidas, ilustrando os casos por motivação amorosa, ou o amor não correspondido como motivo para o suicídio. O modelo foi criado com base nos trabalhos de Adam (1997; 2005; 2010a; 2011), tendo como enfoque uma análise pelas projeções argumentativas dos documentos. Destaca-se para este estudo um recorte da problemática do trabalho original (preocupada com o exame da argumentação por aspectos composicionais, discursivos e retóricos), agora concentrada em questões discursivas/composicionais com base em pontos da Linguística Textual.

O *corpus* total, incluindo os casos aqui expostos, foi coletado em inquéritos policiais encontrados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (1989 a 1940). Para este artigo selecionaram-se categorias com motivação amorosa que exemplificam o modelo pelas temáticas: paixão amorosa não correspondida, abandono amoroso e o amor como motivo para o ato suicida, visualizados pela projeção de sequencialidade e de esquematização discursiva.

1 O modelo de análise desenvolvido: visão textual/discursiva, sequencialidade argumentativa e esquematização discursiva.

O modelo teórico utilizado nas análises foi desenvolvido tendo em vista aspectos teóricos da ATD (análise textual discursiva) desenvolvida por JM Adam. Por uma questão de espaço, será apresentada apenas uma visão geral da ATD, destacando os principais elementos empregados para o desenvolvimento do modelo de análise. Para guiar o leitor no percurso de descrição, apresenta-se o esquema 1 (a seguir) que traz as duas bases de análise fundamentais discutidas: a) textual (composicional em Adam (2011)), com a descrição de plano de texto e regime de sequencialidade; b) discursiva com uma apresentação sucinta do processo de esquematização discursiva (PED).

Esquema 1 – Plano de análise do artigo



Fonte: Adam (2011).

Desenvolvendo o esquema, inicia-se com a apresentação do modelo textual/discursivo de Adam (1999; 2010b; 2011) que estabelece critérios de análise com base em dois universos: o da Análise dos Discursos (relação entre gênero, interdiscurso e formações discursivas em uma visão caracterizada como interdisciplinar à medida que aproxima conceitos e vertentes teóricas) e o da Linguística Textual (que condensa uma visão do campo composicional em uma interface segmentação/ligação). Nesses limites, Adam (2011) desenvolveu, ao longo de seus estudos, uma abordagem que busca inserir a Linguística Textual no campo da Análise de Discursos (emancipada da AD francesa) como fonte para suas análises.

No campo discursivo da ATD, os textos são entendidos em sua dimensão social, inseridos em redes institucionais de diferentes grupos que demandam diferentes corporalidades a partir da situação de enunciação. Sua produção fica então ligada às representações que são construídas sobre a ação requeridas pelos enunciadores – intenções, motivações e conteúdos somados às representações dos **gêneros** disponíveis no interdiscurso (lugar onde constroem seu significado com base em outros discursos).

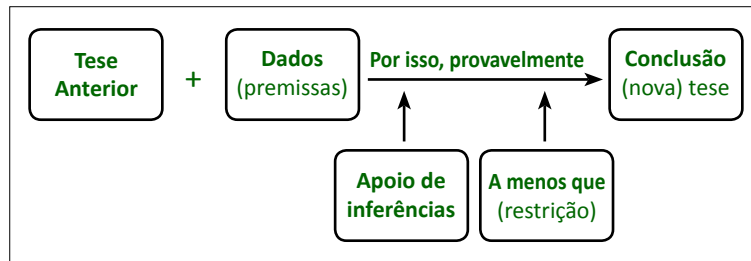
Pelas características textuais, as operações delineadas marcam elementos de crescente complexidade das palavras para as proposições, das proposições para os períodos e sequências, e dos períodos e sequências para o plano de texto. Discutindo nos limites do esquema 1, para Adam (2011), a definição de plano de texto está ligada ao reconhecimento do texto como um todo, ou seja, uma visão constitutiva do texto com observação das sequências e/ou períodos que dele fazem parte. A flexibilidade composicional encontrada nos textos leva o autor à distinção entre **plano de texto** fixo (PTF) ou convencional (que apresenta uma estrutura canônica) e ocasional (PTO). Os critérios de dominância textual (matriz, maior número de sequências ou pela qual o texto pode ser resumido) contribuem para a distinção em PTO e PTF e são guiados pelo regime de sequencialidade.

As sequências (argumentativa, descritiva, narrativa, explicativa e dialogal) são formadas por espécies de períodos com propriedades mais específicas. Segundo os objetivos desse trabalho, delimita-se para descrição o protótipo da sequência argumentativa que ilustra também a origem de parte do modelo de análise desenvolvido. Essa sequência representa um tipo de estrutura que apresenta determinadas particularidades quando em relação a outras sequências: descritiva, explicativa e dialogal, por exemplo. Na argumentação o enunciador busca construir representações reais ou imaginárias, dividir opiniões com um ou vários coenunciadores, provocar adesão a sua opinião

ou compartilhar uma tese. Para estabelecer essa intenção, a sequência argumentativa tem base na ligação entre características gramaticais, pragmáticas e semânticas com centralidade em três aspectos: os dados ou premissas, as inferências ou princípios de apoio e as conclusões.

O esquema prototípico da sequência argumentativa (aplicado nas análises) apresenta ainda outras propriedades. Complementa-se o quadro argumentativo com a relação existente entre uma proposição argumentativa e outra, que abre espaço à tese anterior.

Esquema 2 – Sequência Argumentativa



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Adam (2011, p. 233).

No esquema, a tese anterior se estende a outras teses que mantêm relação com a nova conclusão (ideia ou posicionamento defendido). A nova tese é motivada pelas inferências que se apoiam nos dados expressos junto à proposição – conforme será exemplificado nas análises do artigo. Adam (2004) afirma que seu esquema não está estruturado em uma ordem linear obrigatória; a nova tese, por exemplo, pode ser formulada no início e retomada por uma conclusão que a duplica ao fim da sequência. Para o autor, o esquema também comporta os níveis justificativo e dialógico ou contra-argumentativo de argumentação. No justificativo, o interlocutor é pouco levado em conta e a estratégia abrange a exposição dos conhecimentos. Na dialógica, “a argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial. A estratégia argumentativa visa a uma transformação dos conhecimentos” (ADAM, 2004, p. 234).

Por fim, no campo de análise discursiva do esquema do artigo, delimita-se como ferramenta de análise o processo de esquematização discursiva (PED). Em Adam (2010a) o PED compreende três aspectos que permitem visualizar traços seguros de transição de uma análise textual para uma análise discursiva.

Grosso modo, a realização do PED compreende interligar elementos “contextuais” dos gêneros que implicam a própria atividade de linguagem por ele desempenhada. São eles: os parâmetros da **situação sociodiscursiva** em questão, esta fruto de aspectos inerentes ao próprio gênero; os parâmetros das **condições de produção** que representam as necessidades para a ocorrência do discurso – imagem de lugar e de tempo, por exemplo; e as **condições de recepção** do discurso que representam para a PED a projeção da imagem do auditório – *pathos* por uma relação historicamente construída em torno da situação sociodiscursiva. A projeção de *ethos* – imagem/representação de si construída no discurso (AMOSSY, 2005) – é observada também como parte da PED (ADAM, 2005, p. 107), direcionada por dois aspectos: visão do sujeito no mundo e a imagem esquematizada desse sujeito no discurso (*ethos*).¹

2 Aplicações e análises: contrastes da argumentação suicida com amor como argumento.

¹ Toma-se parte desses aspectos na análise, mas limita-se nos fundamentos apenas a trazer essas delimitações generalizadas. Aparecem nos campos da análise do *ethos* indicações teóricas para consulta do leitor quando necessário.

No recorte da pesquisa para o artigo, delimita-se que o *corpus* aqui utilizado para aplicação do modelo de análise criado seguiu um único direcionamento no estudo maior, textos que indicavam motivação amorosa, ou trouxeram como pano de fundo alguma relação com o termo. Nesse sentido, foram escolhidos (também por uma questão de espaço), apenas os textos mais representativos de três enunciadorees distintos, havendo casos de mais de uma produção para o mesmo autor. Destaca-se que todos os textos em análise são representativos de planos de texto convencionais encontrados (carta e bilhete representativos dos próprios gêneros) e serão descritos por seu regime de sequencialidade.

A) Paixão amorosa não correspondida: a argumentação pela ameaça de homicídio seguida de suicídio

As cartas e bilhetes encontrados nesta categoria expõem traços da opção por morte voluntária atrelada à crença do amor não correspondido e ligado ao sentido de ingratidão, pela argumentação de autor empírico do sexo masculino, permitindo traçar um perfil de *ethos* pré-discursivo (AMOSSY, 2005): o homem, de meia idade, casado e com filhos que se relaciona com uma mulher mais nova. Em T3A e T3B (que podem ser visualizados a seguir), tem-se a característica da subdivisão do discurso, aqui em duas cartas com fechamento e assinatura, referindo a dois momentos de produção distintos, mas interligados e sem uma marcação da seção de abertura. Nesse caso, a situação sociodiscursiva de produção volta-se a dois escritos nos quais a intenção discursiva seria declarar/explicitar os motivos e intenções atreladas à prática do suicídio. Os dois documentos encontrados apresentam datas diferentes de produção, 4 de dezembro de 1933 (T3A) e 19 de setembro de 1933 (T3B), que, apesar do espaço de tempo, se comutam em partes de um mesmo conteúdo proposicional, conforme segue já com a divisão de sua estrutura segundo princípio traçado na disposição (taxis) pela retórica.

T3 8ª pretoria 73 1052 – 1933 – Suicídio. Caracteriza-se por duas cartas escritas por Horácio Gonçalves Vianna, casado, 43 anos de idade, que, segundo ele, mantinha relação extraconjugal com Zélia Del Giudice (20 anos de idade, solteira – citada na carta). Horácio tentou matar Zélia quando ela atravessava o jardim de sua residência e suicidou-se a seguir. O inquérito aponta para morte por projétil de arma de fogo “como a arma tivesse falhado e vendo que não conseguia o seu desejo, sentou-se em um canteiro do jardim, consertou a arma, encostou-a sobre o peito, desfechando um tiro, caindo quase que imediatamente, morto” (folha 3). As cartas foram encontradas no bolso do suicida “No bolso das vestes do morto encontrei uma carta em que Horácio diz ter verdadeira paixão por Zélia e que não poderia, jamais viver sem ela; por isso resolvera mata-la e em seguida, suicidar-se. O comissário do dia: -Savio Magioli” (folha 3). As cartas encontradas expõem o descontentamento de Horácio que ao ser abandonado por Zélia decide pelo homicídio da amante seguido de suicídio. As cartas aparecem dispostas em meia folha de papel almaço somando seis faces. A primeira na folha 19 do inquérito datada em “4/12/933” (4 de dezembro de 1933) e a segunda na folha 20 em “29/11/933” (29 de novembro de 1933), estando, portanto, anexas no inquérito em ordem decrescente de data de produção. Apresenta-se para a análise a disposição cronológica.

Documento 1 (T3A), folha 20

<ABERTURA>

<EXÓRDIO>

<NARRAÇÃO/CORPO DA ARGUMENTAÇÃO> [1]Uma verdadeira loucura motivada por uma paixão louca e cega por esta pobre e infeliz Zélia, a quem o destino nos fez conhecer para

ao fim de 2 anos terminar-mos tão tragicamente e além de a deshonrar ainda pagou injustamente com a vida, pois eu só a mato por saber que a própria mãe está espalhando a difamação de sua própria filha commigo, em lugar d'ella procurar abafar para evitar chegar ao conhecimento não só do próprio pae como do Julio, pois sendo elles conhecedores só poderá resultar o escândalo bem como a desgraça não só da própria filha ser assassinada e eu também ou pelo pae ou pelo noivo ou por qualquer pessoa da familia d'ella.

[2]Assim deliberei matal-a bem como suicidar-me pois deste modo pouparei alguns momentos de verdadeira tortura para ella pela vergonha deante da família bem como da minha, <CONFIRMAÇÃO>pois só não dei somisso de minha vida a mais tempo procurando um meio para evitar essa vergonha e desgraça que me faz andar com a consciência envergonhada de meu acto tão infame que nem sei explicar como assim procedi pois longos anos tenho trabalhado no Comercio em grandes casas onde o numero de moças são grandes e nunca tentei abusar com nenhuma d'ellas, e ellas poderão attestar esta verdade assim como os proprios chefes destas como sejam Capital e Pasa Royal bem como outras mais, nem mesmo com as casadas, viúvas e outras mais.

[3]Infelizmente este meu amôr foi fruto unicamente das factalidades dos proprios paes apesar que eu fui um infame pois era amigo do proprio pae, mas são cousas da vida que eu mesmo perguntei algumas vezes a ella, **querida como foi que tu criastes amizade a um velho como eu?**

[4]E a resposta era, **o amôr meu velho não escolhe idade nem tão pouco beleza!!....**

A tu mim não pode (linha ilegível)

[5]Zélia era de um genio alegre e muito brincalhona com todos e bem prestativa, e assim ajudava-me em trabalhos da loja que eu levava para minha casa, e então eu e minha senhora por ella andar não só me ajudando como por ella ser agarrada com minha senhora dava-mos sempre pequenas lembranças de pouco valôr, como sejam sabonetes escovas brilhantinas, e algumas vezes cortes de vestidos barato assim como joias, pois ella alem de lavar tanques de roupas e ser uma especie de negrinha da casa dos paes nem isto mesmo lhe davam e d'ahi começou haver ciumada da parte das irmãs.

[6]Um ponto importante, quando Zélia foi prohibida de entrar em minha ^{casa} pela primeira vez e o pae querendo arrancar alguma cousa exigiu a confissão d'ella com um revolver no ouvido, mas nada ficou apurado pois no momento nada existia e se houvesse ella teria confessado pois ella tinha pavor em ver um revolver.

[7]Das ciumadas passaram a haver ditos por parte de pessoas da própria familia d'ella, que circularam pelos parentes d'ellas e meus resultando que ella ficou prohibida de entrar em minha casa, para mais tarde o próprio pae dizer que não deveria eu ligar importancia ao passado porque elle proprio verificara ser intrigas por parentes, porém a mãe d'ella criou-me um ódio que apesar de sempre falar risonha comigo, não deixava de me defamar com as pessoas de relação d'ella e dos meus, não refletindo que com isto resultava a difamação da propria filha d'ella, e isto todos poderão affirmar, sendo que commigo os paes conversavam e nada me falavam porem ella soffreu tudo bofetadas, pontapés e insultos que nem uma vagabunda aceitaria, e dahi resultava os queixumes d'ella e o desejo de suicidar-se e que eu com minha mulher aconsenhava-mos ella a desistir, virando d'ahi as lamentações e a minha declaração de paixão por ella em 31 de dezembro de 1931 tornando-se ella minha amasia a 12 de agosto de 1932 vivendo até 24 de novembro ¹⁹³³ em dois encontros noturnos todas as noites, sendo que nesta data fomos descobertos no lugar de nossos encontros.

<PERORAÇÃO> [8]De tudo isto o que mais remorsos eu levo é do meu baixo proceder que tive com minha mulher pois até o ultimo momento ella foi illudida na bôa fé não só por minha

como pela infeliz coitada, mas de tudo isso te peço perdão não só pelo meu proceder como pelo della, pois de tudo sou eu o responsável, mas o que quer depois de ter cometido o delicto tentei algumas vezes esquecer-me d'ella, mas sentia ser impossível não só pelas saudades bem como na minha consciencia eu repudiava deixal-a assim infelicitada, e mesmo porque ella implorava-me também não abandonal-a pois ella então era louca de amor por mim.

[9]Assim a tu querida mulher exemplar peço-te perdão e que nossos filhos te ampare assim como a nossa Jandyra e que Deus te proteja e que dê um destino melhor a ella do que esta infeliz, e que meus filhos fujam sempre das facilidades com mulheres que resultam sempre a desgraça.

<FECHAMENTO> [10]Aos amigos me desculpem qualquer falta bem como aos parentes.

[11]Ao meu velho pae me perdôe eu mancho o nome de nossa familia, e de passar por mais este desgosto no fim de sua vida.

[12]Perdoae senhor aquelles que erram e que na hora da morte ainda se lembram de vós, ainda mais que eu sou um duplo pecador por alem de me matar ainda tirei a vida de um coração jovial que me amou durante 2 anos.

[13]Horacio Vianna

[14]Rio 29/11/933

Documento 2 (T3B), folha 19

<ABERTURA>

<EXÓRDIO>

<NARRAÇÃO/CORPO DA ARGUMENTAÇÃO> [1]Pagarais a ingratidão com a tua vida

[2]Declaro que faço essa declaração unicamente para que ninguem suponha que eu a mato seja para que ella não se case, ou porque eu queira mas qualquer cousa do que já conquistei.

<CONFIRMAÇÃO>[3]Por ella cazar-se não é, pois tudo estava combinado que continuaríamos a nos querer bem e ella jurou me que tudo faria para estar commigo em um certo logar.

[4]Para provar que não é difamação de que deshonoraria, dou as seguintes provas.

[5]De que existe na parede do lado de fora da privada duas cavidades onde eu pouzava os pés quando subia e só poderia subir com o auxilio d'ella conforme o irmão Pedro viu e deu o alarme chamando o Waldemar que mandando ella abrir a porta me encontrou d'etraz da bacia de banho, e a prova do defloramento o exame pericial attestará assim como poderá affirmar de que não foi um encontro único e obrigado pois tivemos mais de 200 relações.

[6]Nada d'isto eu declararia se não fosse a ingratidão que ella me está fazendo não só de não me fallar como não ligando attenção a nenhum de meus sinaes d'esde o dia 26 de Novembro, e assim tenho lutado para ver se conseguia fallar ainda para resolver como iríamos viver.

[7]Porém com o desprezo completo d'ella resolvi matala d'esde o dia 29, já dei algumas investidas mas faltava-me coragem para matar aquella a quem fui louco e cego de amor, como também pensando a triste situação em que iha deixar minha Maria coitada em que o destino quiz dar uma sorte são infeliz.

<PERORAÇÃO>[8]Assim ando alucinado cometendo o que minha consciencia sempre fugiu, trepando por muros, telhados e janelas para para ver esta ingrata que procura só agora fugir de meus olhares.

<FECHAMENTO>

[9]Horácio

4/12/933

Iniciam-se as considerações a respeito de T3A e T3B por suas esquematizações discursivas, traçando parâmetros da situação sociodiscursiva, condições de recepção e condições de produção.

A princípio, destaca-se o regime de materialidade dos documentos, duas situações de produção distintas, sendo duas cartas escritas à mão no início da década de 1930 e anexas ao auto de inquérito de suicídio de Horácio Vianna. Na projeção dos termos da esquematização discursiva dos documentos, está expresso um mesmo tipo de situação sociodiscursiva de produção para as duas cartas ligado à intenção do enunciador em deixar uma mensagem escrita com os motivos e/ou intenções da escolha pelo homicídio e morte autoinfligida.

As intenções de produção se direcionam à tentativa de exposição do ponto de vista do enunciador nas duas situações de produção. Em T3B, em razão de ser a ingratidão a causa para o homicídio da amante e, em T3A, pode ser o homicídio seguido de suicídio uma forma de livrar-se da vergonha e dos tormentos causados pela desonra de si e do nome da família. Trata-se de uma crença que, pelo regime observado em Agrest (2010), pode aparecer ligada à autocobrança ou à inquietude com a desonra da família, remetendo a tratar-se de uma preocupação ou conceito social mais arraigado no período de produção dos documentos, década de 1930, profundamente marcada por valores patriarcais. O documento mostra uma referência à paixão amorosa e ao sentimento de abandono, sendo estes atrelados à desonra, à vergonha e à própria morte como escapismo do que seria uma tortura.

As condições de recepção (dentro dos pressupostos que a PED delimita para uma análise nesse limite e pelas indicações do próprio enunciador suicida) encontram-se ligadas a um auditório conservador, contra as condutas do orador, mas que não aparece explicitamente nos documentos como coenunciador. O orador expõe seu ponto de vista de forma generalizada, com muitas citações de familiares, de amigos, da esposa, dos familiares da amante, mas apontando-os como envolvidos na decisão do suicídio. Esse direcionamento também aparece na imagem de si exposta junto à preocupação em livrar-se da desonra, ao arrependimento mostrado e gerado pela condição deixada à esposa, à citação do pai no fechamento, como também à referência religiosa e à autocondenação em “[12]Perdoae senhor aquelles que erram e que na hora da morte ainda se lembram de vós, ainda mais que eu sou um duplo pecador por alem de me matar ainda tirei a vida de um coração jovial que me amou durante 2 anos”.

As duas cartas apresentaram um plano de texto delineado e traçado segundo o objetivo discursivo visado, declarar os motivos para o ato suicida, aspecto também observado pela utilização de conectivos variados. Nesse sentido, visualizou-se pelas aplicações certa dominância argumentativa quanto à sequencialidade para esse e outros documentos analisados, também apresentando um plano de texto fixo, convencional, assemelhando-se prototipicamente ao plano da carta pessoal, gênero epistolar apresentado por Adam (2011, p. 258) – abertura, exórdio, corpo da carta, peroração e fechamento e que são, segundo ele, “prescritas pelo gênero”.

Apesar do plano fixo, em ambas as cartas não há apresentação da seção de abertura com o vocativo marcado. A falta de delineamento do exórdio também foi uma característica dos dois documentos, distanciando a formação da figura do *ethos* inicial e, conseqüentemente, sua função fática, de interlocução. Ambos os discursos iniciam com a narração ou corpo argumentativo e, dessa forma, assumem um direcionamento a um auditório universal, o que, ao mesmo tempo, indica um caráter deliberativo, ou seja, próprio do gênero deliberativo, em que o auditório já conhece o teor do discurso.

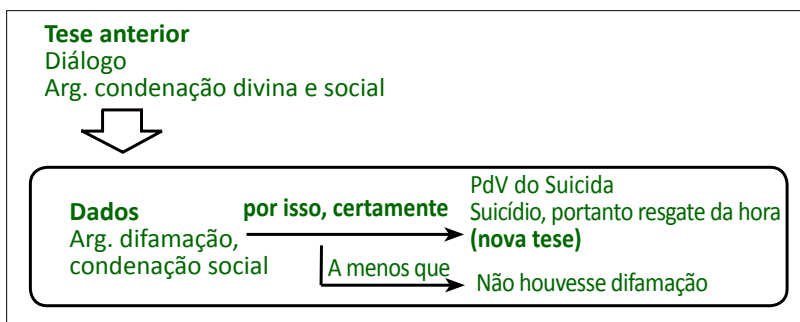
Em T3A, o discurso é iniciado pela narração ou corpo da argumentação, trazendo como motivo de interlocução a declaração/afirmação da morte voluntária e do homicídio. A confirmação inicia-se com a retomada da tese de “suicídio precedido de homicídio, portanto resgate da honra”, seguida dos dados que reforçam essa tese de [2] a [7]. A peroração em [8] e [9], ao trazer o desconforto em relação à traição à esposa, descrita como exemplo de índole, reforça o discurso em

dois lados, em primeiro lugar pela mobilização das paixões do auditório em função da adesão à tese e, em segundo, pela marcação da imagem de *ethos*, aquele que reconhece o “mau proceder” em relação à família. No fechamento, destacam-se os pedidos de desculpas, perdão e fecho com reconhecimento de culpa, seguido da assinatura, local e data.

Em T3B, tem-se, assim como em T3A, a proposição “Pagaraís a ingratidão com a tua vida”, que corresponde, na sequência argumentativa, à nova tese e apresenta uma força ilocucionária declarativa, seguida do verbo performativo “declarar”, sem determinar um destinatário para o discurso. Junto ao performativo “declarar”, tem-se o início da narração e a apresentação do corpo argumentativo com os dados relativos à tese de “ingratidão, portanto, homicídio” em [2]. Em seguida, aparece a confirmação dos dados, parte mais longa contendo um conjunto de provas. A confirmação tem ênfase no *logos*, gerando credibilidade à nova tese [3] e também recorrendo sobre o *pathos*, gerando piedade e indignação sobre os dados. A peroração, ou término do discurso, ocorre por mobilização da paixão ou indignação do auditório em razão da tese de “ingratidão, portanto suicídio”. Por fim, o fechamento traz a assinatura e a data.

No regime da sequencialidade argumentativa dominante, traça-se a seguinte corporalidade da apresentação dos argumentos para T3A:

Esquema 3 – T3A: resumo da sequencialidade argumentativa

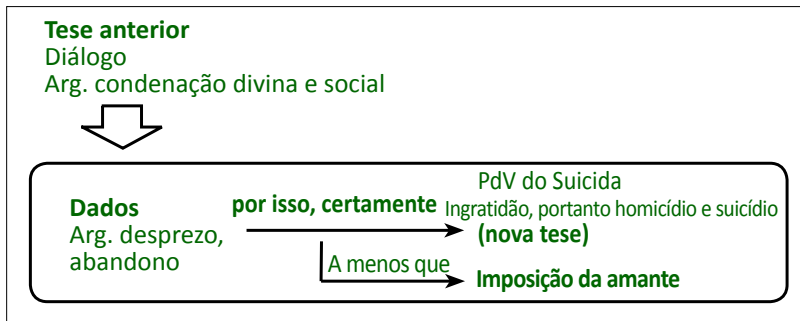


Fonte: elaborado pelo autor.

Nesse documento, a marcação da tese anterior aparece junto à ideia de condenação divina e social em “[12]Perdoae senhor aquelles que erram e que na hora da morte ainda se lembram de vós, ainda mais que eu sou um duplo pecador por alem de me matar ainda tirei a vida de um coração jovial que me amou durante 2 anos”, junto à peroração, reforçando o sentido da nova tese de resgate da honra. Essa tese anterior, que também direciona a imagem de si do autor discursivo, pode ser visualizada na figura do homem casado e mais velho que se vê condenado divina e socialmente pela relação extraconjugal com sua ex-empregada. Os dados que direcionam a nova tese são estabelecidos em torno da ideia de difamação das vítimas e da proposição de imagem de si no sentido de confortador, libertador da tortura e da vergonha. As inferências ficam em torno de a difamação pelo adultério e o sexo sem casamento serem condutas que geram desonra, principalmente à mulher. A morte evitaria a vergonha diante da família, assim como o sentimento de culpa seria o motivo do homicídio seguido de suicídio. Em T3A, a restrição ficaria por conta da difamação, pois, se ela não tivesse acontecido ou não houvesse motivo de difamação, o homicídio e o suicídio não seriam necessários.

No esquema argumentativo de T3B, tem-se, como dito, o direcionamento da tese de suicídio junto à tese de resgate da honra. Conforme esquema de sequencialidade seguinte:

Esquema 4 – Esquema de sequencialidade de T3B



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao iniciar o discurso com “[1]Pagarais a ingratidão com a tua vida”, o orador expõe logo de início a nova tese e a intenção principal do discurso em demonstrar os motivos para o homicídio. Em T3B, os dados que orientaram a nova tese de “ingratidão, portanto homicídio seguido de suicídio”, são apresentados em função da tese anterior marcada em seguida, “faço essa declaração unicamente para que ninguém suponha que eu a mato seja para que ella não se case, ou porque eu queira mas qualquer cousa do que já conquisei” em [2], gerando polifonia em função da utilização do “**não**” (o enunciador traz possível resposta do coenunciador), assim como em T1, em um nível dialógico como apresenta Adam (2011), ou seja, a argumentação é negociada com um contra-argumentador. Os dados que levarão à nova tese são apresentados em função da tese de ingratidão, desprezo, abandono, gerando como inferência que o homicídio e suicídio seriam formas de resgate da honra. Essa ideia é validada pelos dados presentes em T3A, anterior a T3B, em que se tem a tese de “homicídio seguido de suicídio, portanto resgate da honra”. A restrição é estabelecida implicitamente em torno da ideia de interposição da amante, ou seja, ao menos que a amante mostre-se grata ao empenho do orador em confortá-la.

B) T6, abandono amoroso em homicídio seguido de suicídio

Em T6 a situação sociodiscursiva volta-se à intenção de firmar o descontentamento com o abandono amoroso e esclarecer os motivos para o homicídio (en tão eu a rezolvi matal para não ficar com outro) seguido do suicídio, assim como ocorre em T3. Na argumentação é afirmado que as intenções do suicida e o abandono amoroso ocorreram em decorrência dos conselhos dados por “Maricinha”, citada na carta. Essa proposição argumentativa parece ser, em T6, em muitos trechos, prejudicada pela desorganização dos dados que compõem a argumentação, também dificultada pela caligrafia e principalmente pela ortografia e marcas de oralidade. Em seu regime de materialidade, o documento segue uma tessitura padrão (lugar e data, seção de abertura, corpo da argumentação, seção de fechamento e despedida), sendo manuscrito em folha de papel almaço.

T6 3ª pretoria 6Z 4264 – 1919 – Suicídio. O inquérito aponta que Jacyntho José dos Santos tentou assassinar Rosa Alves da Rocha e logo depois suicidou-se disparando um tiro no ouvido direito. Meudy seria um amigo, conhecedor do sofrimento de Jacyntho.

J. Rio 29/10/1919

[1] A Meudy.

[2] Meu amigo e à Policia do Distrito federal Jacintto José dos Santos.

[3]si elle este a sasinato foi ou unnica culpada e Maricinha morador, à Rua Pito de Azevedo n. 25 Por que dava con senlho para ella me largar para a juntar com outro da mesma marca de ella ella já matou co migo com um tiro. [4] ella é uma lêoa filha de pais ajuntas com o cunhado foi para isso que ella matou o Artur, para ficar com o cunhado e meterio eu fique zangado con Rosa Alvez de fazer ella tendo minha miga q-mais en-tão que já em hora posa ajuntar com outro en tão eu a rezouvi matal para ella não fica com outro para ficar para eu sempre por nu mesmo estante ficar sabendo a mãe de ella O An-genor e também e [ilegível] pela morte [ilegível] mas en-tão tudo também da que eu fui a sacino foi au brigado para saber que a pachau so paga com um tipo por que ella foi faleo comei meu di é agora que andas como outro.

[5] Rosa Alves da Rocha.

Jacintto José dos Santos.

Adeus mundo!

Seguindo elementos mais marcantes, observa-se em T6 que na seção de fechamento aparecem duas assinaturas, primeiramente a de Rosa Alves (suposta vítima de homicídio) e a do autor empírico Jacinto José dos Santos (o suicida), seguidas da despedida “adeus mundo”. O assassinato seguido de suicídio foi identificado também em outros casos (T3) e parece ser um aspecto constante em suicídio por motivação amorosa. O amor não correspondido aparece em termos de perfeição, fruto de um imaginário romântico que, à medida que não concretizado dentro dessa idealização, faz com que a morte se torne uma solução ao sentimento de imperfeição e infelicidade que se instaura.

Diferente do que ocorre com T3, o homicídio apresenta-se com um caráter mais voltado à possessividade, matar para que a pessoa amada não seja de mais ninguém, e o suicídio decorrente, como dito, do amor não correspondido (amor não correspondido, portanto, homicídio seguido de suicídio). A imagem de *ethos*, portanto, volta-se a um enunciador possessivo, egoísta, apaixonado. Nas condições de recepção, o discurso volta-se ao ato ilocucionário declarativo e assertivo/constativo (acusando os supostos culpados e firmando os fatos para as ações), destinando-se à polícia e ao amigo.

C) T15 amor como argumento

T15 marca-se pelas referências ao amor de forma mais branda. As intenções discursivas seguem, nesse documento, sob a forma de atos ilocucionários assertivos/constativos, sem delimitações ou detalhes que pudessem esclarecer a cena ou detalhes dos motivos para a escolha da morte voluntária. Embora curto, destaca-se dos outros documentos pela tentativa de contra-argumentação do suicídio e especificamente por sua materialização, as bordas de um jornal do dia anterior. Nesse sentido, traz-se para T15 uma análise mais focada ao plano sequencial argumentativo e às imagens de *ethos* e *pathos*, principalmente pelo tipo de apresentação do texto, como segue:

T15 8ª Pretoria 73 530 – 1931 – Tentativa de Suicídio. O documento destaca-se pelo tipo de suporte utilizado para sua escritura, as bordas da segunda edição do extinto jornal “A Noite” de segunda-feira, 7 de dezembro de 1931. O texto apresenta as iniciais ACR, autoria do soldado da polícia militar Antonio Cerqueira Rocha que deu dois tiros de garrucha em sua cabeça. O inquérito cita tratar-se de uma dupla tentativa de suicídio do casal Antonio Cerqueira Rocha e Maria da Conceição [na verdade Maria Elisa Borges de Andrade, segundo nota de enceramento do auto], sua companheira, que ingeriu substância tóxica. Não há uma ordem precisa dos escritos em razão de serem várias notas nas bordas do jornal como pode ser observado no anexo.

- [1]Em 8-12-931. [2]Aos caros amigos queiram perdoaime deste gesto. [3]Não é espírito fraco sim é o amor que abriga tudo na vida.
[4]Ao caro amigo José A. [5]Nethe queira perdoai-me. [6]Lembrança a todos.
[7]Antonio
[8]Caro F [ilegível Ferreira]. [9]Queira perdoaime deste meu modo de [ilegível - suphotunizar ACR
[10]Peço não culpar ninguém, pois os culpados somos nós mesmos.
ACR

O documento apresenta-se com a recorrência de vários elementos já encontrados nas análises anteriores no que diz respeito a seu plano de texto. É possível visualizar em destaque os termos de abertura, como data, corpo da argumentação, seção de despedida e pedidos de perdão, apesar de não haver ou não ser possível estabelecer uma ordem precisa das proposições em função de a escritura ter sido realizada nas bordas da primeira página do jornal “A Noite”. Seu plano de texto evidencia marcas da carta pessoal (plano de texto fixo).

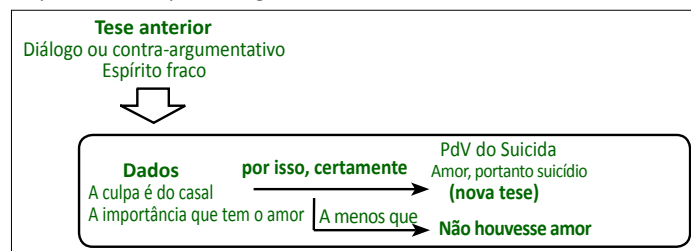
Figura 1 – Detalhe do original



Fonte: Jornal A Noite segunda edição, 7 de dezembro de 1931.

A estrutura é predominantemente argumentativa, com apresentação da contra-argumentação ou princípio dialógico (PdV do interlocutor) já no início do discurso, antecedido pela data. Argumentativamente, não há uma apresentação de dados que poderiam contribuir efetivamente ao direcionamento da nova tese, apenas a autoafirmação da culpa é sugerida como dado e a importância que é atribuída ao amor. O suicídio é justificado pelo amor que seria o sentido para as ações, um amor sugerido como ideal e que suprime todos os outros sentimentos e até mesmo a vontade de viver. O amor romântico, poético, levado ao extremo em que se difunde a ideia do “morrer por amor”, ou por “muito amor”, diante da imperfeição do mundo. Esse pensamento sugere uma evocação ideológica romântica ainda difundida no início do século XX e pela afirmação de o “amor ser o que abriga tudo na vida” em [3].

Esquema 5 – Esquema argumentativo de T15



Fonte: elaborado pelo autor.

Em T15 tem-se a negação como índice polifônico da voz do interlocutor (os amigos). Essa polifonia traz o PdV admitido e o contra-argumento. O enunciador argumenta com base no que admite que seu coenunciador pensa ou pensaria sobre as intenções sobre o suicídio. Ao apresentar “[3]Não é espírito fraco sim é o amor que abriga tudo na vida” como nova tese, o enunciador marca, além da responsabilidade enunciativa (PdV) como o ato deve ser interpretado pelo coenunciador, ou seja, um ato de amor.

Admitir a culpa e pedir perdão é também em T15 um dado recorrente entre os outros documentos. Isso faz pensar na preocupação que tem o suicida em revelar-se culpado por seus atos – no reconhecimento de que o suicídio seria uma fuga da boa conduta (contra-argumento) – e ciente de suas ações. O enunciador marca no *ethos* certo grau de seriedade e boa conduta, uma vez que, a partir da consumação do ato, haveria a busca por culpados, além de uma imagem de si preocupada com os amigos e solitária, “[2]Aos caros amigos queiram perdoarme deste gesto”.

Visualiza-se um discurso orientado pela imagem de um *pathos* conservador, que considera o suicídio como uma conduta condenável e que, por isso, mereceria um pedido de perdão (conservadorismo – contra-argumento). O suicídio é creditado como espírito fraco, grosso modo, uma conduta de pessoas que se sujeitam a aceitar temores tidos como irracionais, ligado a uma crença religiosa.

CONCLUSÕES

Seguindo o que foi apresentado na teoria e adaptação ilustrada nas análises, observa-se paralelamente (com base no protótipo de análise criado) que os documentos analisados enquadraram-se em um plano de representações construídas sobre ações em dois movimentos: a escolha pela morte voluntária e a elaboração de uma mensagem escrita. Trata-se de um movimento de ação reguladora que antecede o suicídio, com vistas a uma atividade sociodiscursiva materializada por um formato escrito. Os documentos constituíram-se significativamente em meio a outros tipos de representações sociais/discursivas, compartilhando traços argumentativos. As produções mostraram uma profunda estabilidade das argumentações quanto à apresentação de um discurso inspirado na motivação por um aspecto amoroso (conservador, religioso) para o suicídio.

Quanto aos aspectos discursivos/argumentativos, observa-se nas cartas e bilhetes analisados no artigo uma relativa estabilidade na figura de um eu discursivo que se mostra excluído socialmente ao optar pelo suicídio. Esse indivíduo apresenta-se excluído e/ou condenado e com base nessa crença constrói sua argumentação. Nesse sentido, as análises dos documentos com produção datada entre 1889 e 1940 evidenciaram uma sociedade em transformação, mas também ainda presa ao ideal romântico da família burguesa. Entre esses valores românticos, principalmente expressos nas produções de suicidas de sexo masculino (caráter do patriarcalismo), a preocupação de ordem moral, pressão social sobre o adultério. O conservadorismo e a moral são características final do

século XIX e início do XX. Em alguns casos do artigo mais particulares e envolvendo os dois sexos, foi corrente o argumento do suicídio em decorrência de um amor não correspondido ou casamento não consentido (T3, T6, T15), ideal romântico de amor que, a partir de uma impossibilidade de concretização, direcionou a argumentação para a opção pelo suicídio.

Pelo processo de esquematização discursiva, o modelo selecionado permitiu refletir que os documentos sociodiscursivamente apresentaram-se ligados por princípios e objetivos semelhantes, configurando-se como uma última mensagem com objetivo de trazer, em sua maioria, motivos para o suicídio e/ou para a escritura dos documentos. Os aspectos da situação sociodiscursiva de produção se instauram na fala de sujeitos de formação discursiva cristã e de uma sociedade conservadora e patriarcal. Essa característica fez com que as condições de produção se instaurassem em torno de marcas composicionais e linguísticas da carta ou do bilhete, sendo que, os documentos menos fundados dentro desses limites, mostraram perder parcial ou totalmente sua finalidade sem o contexto de produção previamente identificado (mesmo em T15 que teve suporte diferenciado).

As possíveis condições de recepção também acabaram por necessitar, nesses mesmos casos, do contexto. O contexto de recepção foi estabelecido com uma preocupação em definir interlocutores particulares, alguém específico, alguém da família ou toda a família, os amigos. Essas características indicam uma preocupação com a resolução do caso instaurado a partir da opção pela morte voluntária. Esse fato descartaria a suspeita de homicídio, tornando-se uma autoafirmação da responsabilidade sobre o ato, como em T15 “Peço não culpar ninguém, pois os culpados somos nós mesmos”.

A sequencialidade argumentativa, visualizada no protótipo criado, foi o norte da análise em todos os documentos e mostrou-se uma ferramenta útil para o estudo de gêneros de base argumentativa. A análise pelo engajamento da sequência matriz, ou sequência dominante, trouxe uma possibilidade de identificação (ou não) do motivo principal, ou motivo base para cada texto, além de significar um tipo de sistematização da argumentação do suicida em função das novas teses defendidas e dos níveis justificativo e dialógico que poderiam estar presentes nessas argumentações.

Um apanhado dos esquemas aplicados nas análises revela que as produções estudadas apresentaram-se divididas entre uma predominância justificativa e uma predominância dialógica ou contra-argumentativa, principalmente com a utilização da negação (**não** com marca dialógica) como em T11B “Peço-lhe não culpar a pessoa Alguma por quanto, sou eu cauzadôr”. No nível justificativo, ficaram as composições em que se verificou na argumentação que o interlocutor era pouco levado em conta, prevalecendo uma estratégia argumentativa baseada nos conhecimentos e fatos apresentados. Apesar de se reconhecer nesses discursos também um traço contra-argumentativo, é mais visível nesses textos uma atitude declarativa e justificativa. Por outro lado, uma argumentação negociada com um contra-argumentador, ou dialógica, foi observada principalmente nos casos em que houve uma tentativa de reconceituação do suicídio com vistas a uma transformação de crenças (T3, T15). A argumentação pelos níveis dialógico e justificativo demonstrou que nos textos as novas teses se construíam com base na apresentação de atitudes conservadoras e nas ideologias românticas e burguesas, além de religiosas. Essas características puderam ser visualizadas em T3A “Sou um duplo pecador, pois além de me matar...”. Traço que demonstra uma ligação causal entre a opção pela morte voluntária e o que é convencionado como uma condenação da alma.

Como apontamento final, pode-se dizer que o modelo ilustrado nas análises possibilitou uma busca mais apurada por informações ou esclarecimentos a respeito da conduta suicida. Indicou também como as razões para o ato suicida podem fundar um texto por meio da visua-

lização de um projeto de dizer, presente no interior dos planos sequenciais e das esquematizações discursivas encontradas.

No que diz respeito ao ato suicida em si, tendo em vista as análises com a utilização do modelo criado (primária e parcialmente, uma vez que não se fez aqui comparação com outras motivações presentes em outros textos) deixar ou não deixar algo escrito mostrou ser um pergunta sem resposta em meio a tantas outras que aparecem junto à prática suicida. As análises do artigo indicam atitudes, valores e crenças que são admitidas por alguns desses sujeitos que, ao optarem pela morte voluntária, optam também por deixar uma última mensagem escrita, sobretudo com o objetivo de apontar o tipo de ação que desencadeou um processo e interrompeu a normalidade ou trajetória de vida desses sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J. M. *Les textes: types e prototypes, récit, description, argumentation, explication, et dialogue*. Paris: Nathan, 1997.
- ADAM, J. M. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.
- ADAM, J. M. Une approche textuelle de l'argumentation: «schéma», séquence et phrase périodique. In: MOIRAND, S. D. M. (ed.). *L'Argumentation aujourd'hui*. Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2004. p. 77-102.
- ADAM, J. M. Imagens de si e esquematização do orador: Pétain e De Gaulle em junho de 1940. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- ADAM, J. M.; HEIDMANN, U.; MAINGUENEAU, D. *Análises textuais e discursivas: metodologias e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010a.
- ADAM, J. M. BONHOMME. *L'argumentation publicitaire*. Paris: Armand Colin, 2010b.
- ADAM, J. M. *A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2011.
- AGREST, D. C. *Por mano propia: estudio sobre las prácticas suicidas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: Retórica, Pragmática, Sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 93-117.

DO *PATHOS* RETÓRICO À 'EMPATIA RABATELIANA': ARGUMENTAÇÃO EMOCIONADA EM TEXTOS/ DISCURSOS POLÊMICOS

FROM RHETORICAL *PATHOS* TO 'RABATELIAN EMPATHY': EMOTIONAL ARGUMENTATION WITHIN POLEMICAL TEXTS/DISCOURSES

Rosalice Pinto*, Suzana Leite Cortez**

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar de que forma é materializada linguisticamente a *argumentação emocionada* em textos que circulam nos *media* sobre um tema de natureza polêmica: *discriminação* nas Artes. Para atingir esse objetivo, serão identificados os pontos de vista (PDV) (RABATEL, 2013 a e b, 2017) em circulação nos textos e sua semiotização linguística. Estudos preliminares atestam que as representações dos PDVs identificados mostram a empatia e o teor emocionado dos textos analisados, contribuindo para que o texto cumpra a sua visada argumentativa (AMOSSY, 2012).

Palavras-chaves: Empatia. *Pathos*. Ponto de Vista (PDV). Argumentação, Emoção.

ABSTRACT

This paper aims at studying how is linguistically materialized the emotional argumentation in texts that circulate in the media about a polemic theme: discrimination in the Arts. In order to achieve this objective, the points of view (PDV) (RABATEL, 2013 a e b, 2017) present in the texts and their linguistic semiotization will be identified. Preliminary studies attest that the representations of the PDVs show the empathy and the emotional content of the analyzed texts, contributing to attain the argumentative goal of the text (AMOSSY, 2012).

Key-words: Empathy. *Pathos*. Point of View (PDV). Argumentation, Emotion.

* Doutora em Linguística pela Universidade Nova de Lisboa e Pós-Doutora pela Université de Genève e Universidade Nova de Lisboa/ Investigadora do Centro de Investigação sobre Direito e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.

** Doutora em Linguística pela UNICAMP com Pós-Doutorado na Université Sorbonne Nouvelle Paris 3. Professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Pernambuco.

1 INTRODUÇÃO

A argumentação esteve relacionada, desde os estudos aristotélicos, à construção de raciocínios lógicos de natureza silogística. Contudo, no período pós segunda guerra mundial, com a publicação do *Tratado de Argumentação: a Nova Retórica* (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1988), os estudos sobre a argumentação vieram a sofrer, mais claramente, influências dos contributos da Retórica clássica. Dessa forma, o ato de argumentar, ao implicar a adesão do auditório à determinada tese, deveria estar implicitamente relacionado a fatores outros que contribuiriam para que determinado auditório *universal* ou *individual*, na acepção perelmaniana fosse persuadido. Começava assim a ser instaurado, a nosso ver, aquilo que denominamos *argumentação emocionada*. Essa acepção de argumentação, mais ampla, em que a emoção é um aspecto constitutivo importante, em função dos contextos em que é usada, será desenvolvida, mais recentemente, por vários teóricos, analistas de textos e discursos, como Plantin (2004, 2011), Micheli (2013), sobretudo nas interações verbais.

Face a esse contexto, este trabalho, que conjuga subsídios teóricos dos estudos retórico-argumentativos com os de uma abordagem enunciativo-interacional sobre a construção dos pontos de vista, tem como objetivo estudar de que forma é materializada linguisticamente a *argumentação emocionada* em textos que circulam nos *media* sobre temas de natureza polêmica.¹ Para tal, serão estudados, a partir dos pontos de vista (na acepção rabateliana) convocados nos textos, por diversos enunciadores, os modos de semiotização das emoções auto ou heteroatribuídas / auto ou heteroimplicitas (RABATEL, 2017) e o caráter empático a eles associado para a construção do que será denominado “argumentação emocionada”.

2 CONCEITO DE PATHOS

Como se sabe, advém da obra aristotélica, em especial da *Retórica*, as três provas definitórias da noção de discurso: o *logos*, o *ethos* e o *pathos*. O primeiro corresponde à estrutura dos argumentos apresentados pelo orador quando de sua produção; o segundo diz respeito à imagem que o orador transpõe de si para o seu discurso; o terceiro leva em consideração as emoções transpostas para o discurso pelo orador. Na verdade, essas três provas aristotélicas constituem aspectos basilares para que um discurso tenha ‘força’ e seja persuasivo junto a determinado auditório.

Para esta contribuição em especial, embora nos centremos na relevância da noção de *pathos*, mostrando as confluências que possam vir a existir com os estudos atuais sobre questões de responsabilidade enunciativa e empatia, não podemos deixar de ressaltar que o *pathos* interage com as outras provas, de forma dinâmica, no interior de discursos que objetivam a persuasão.

2.1 O PATHOS – PERCURSO HISTÓRICO

De acordo com os estudos aristotélicos (*Rhét.* II), a noção de *pathos* está relacionada a doze emoções, dispostas em pares. São elas: a cólera e a calma; a amizade e o ódio; o temor e a confiança; a vergonha e a gentileza; a piedade e a indignação; a inveja e a emulação. Na obra mencionada, a paixão é assim definida:

¹ Adotamos o conceito de *polêmica* adotado por Amossy (2016). Refere-se, aqui, ao debate sobre um tema de interesse público que diz respeito a questões com certo grau de importância numa determinada cultura.

Or la passion, c'est ce qui, en nous modifiant, produit des différences dans nos jugements et qui est suivi de peine et de plaisir. Telles sont par exemple, la colère, la pitié, la crainte et toutes les autres impressions analogues, ainsi que leurs contraires (Rhét. II, 1, 1378 a).

Nos estudos contemporâneos de base filosófica, Perelman e Olbrechts-Tyteca (1988), embora não tendo se dedicado ao estudo do *pathos*, não deixam de relevar a importância do auditório para a construção da argumentação, característica básica da noção do *pathos* aristotélico. É em função dos interlocutores que participam da interação que são feitas as escolhas dos argumentos a serem utilizados no discurso. Em obra individual, inclusive, embora sem um estudo aprofundado, Perelman (1997) salienta a importância do apelo às emoções – *pathos* – para a eficácia da persuasão, quando integrada às outras duas provas: o *logos* e o *ethos*.

Grize (1990, 2004), em seus estudos a partir da Lógica Natural, considera que toda atividade discursiva remete a uma esquematização, ou seja, a uma representação parcial/seletiva de uma realidade. Ainda, quando da construção dessa esquematização, aquele que a produz o faz em função daquele para o qual o discurso se dirige. Contudo, a questão das emoções não é por ele relevada.

Já numa vertente linguística, Plantin (2004, 2011), ao retomar os estudos sobre a argumentação, enfatiza o seu caráter dialogal e interacional, pressupondo o embate de discursos divergentes. Consequentemente, reforça a ideia de que não se pode defender um ponto de vista sem que o afeto/a emoção esteja presente.

Numa perspectiva mais textual-discursiva, devem ser ressaltados os trabalhos de Adam (2001, 2016) sobre a importância do *pathos* e do *ethos* para a construção enunciativa de textos. Contudo, observamos que, no que tange em especial à noção de *pathos*, esta não está relacionada nem às paixões (aristotélicas), nem aos afetos (também considerados por Plantin).

Com isso, a partir desse percurso histórico que percorreu várias abordagens teóricas, observamos que um aspecto nos parece fundamental quando do estudo da noção de *pathos*: a importância das “representações” que se tem da emoção do outro para a construção argumentativa de textos escritos e orais. Essas representações, oriundas de “esquematizações seletivas”, são materializadas por escolhas linguísticas (plurissemióticas) que são feitas quando da produção de textos. Através destas, evidentemente, podem ser utilizados recursos verbais ou não verbais (sintagmas nominais/verbais; expressões qualificadoras; marcadores agentivos) que podem vir a traduzir mais/menos emoção ou mais/menos afeto. Com isso, o teor persuasivo dos textos pode vir a sofrer variações, no intuito de atingir determinada visada argumentativa. Evidenciamos, com isso “o lugar do sensível na argumentação”, como postulam Micheli, Hekmat e Rabatel (2013), enfatizando a relevância da dimensão empática das emoções para a construção argumentativa de textos/discursos.

3 DINÂMICA DAS EMOÇÕES E PONTO DE VISTA

Apoiando-nos em Rabatel (2013b), tratamos a emoção de modo englobante como categoria que abarca noções conexas como humor, afetos, valores e sentimentos. Essa visão integradora da emoção possibilita situar *o lugar do sensível na argumentação*, sendo a emoção vista não simplesmente como recurso, mas como constitutiva da própria argumentação. Como não poderia deixar de ser, a discussão sobre o sensível evoca a dimensão subjetiva da argumentação que é inescapável ao jogo de vozes que a constitui. Daí a necessidade de considerar não apenas os raciocínios esquematicamente construídos, mas sobretudo as *instâncias subjetivas* que, de modo sensível e empático, os constroem mobilizando emoções. Colocar em evidência essas instâncias é também pensar no

modo como estas mobilizam emoções e recursos linguísticos para argumentar, assumindo posição no discurso em relação ao outro e imputando-lhe emoções.

Por essa dinâmica enunciativa podemos dizer, em consonância com Rabatel (2017, p. 332), que são diversos os *modos de semiotização das emoções* “auto ou heteroatribuídas” e “auto e heteroimplícitas”. De acordo com o autor, é possível tratar as emoções como estratégias previamente bem calculadas que indicam a forma como “o sujeito argumenta, controla seu dizer, organiza seu discurso, solicita o acordo dos destinatários diretos e indiretos”.

No quadro de uma abordagem enunciativo-interacional do ponto de vista, é possível tratar da *dinâmica empática das emoções* em contexto argumentativo, explícito ou implícito.² A noção de ponto de vista, indo além dos estudos sobre a focalização narrativa, põe em evidência a complexidade das relações entre as instâncias que povoam e perspectivam o discurso. Tradicionalmente associado ao estudo da prosa romanesca desde o século XIX, a problemática do ponto de vista consagrou-se pela preocupação com a gestão das informações narrativas, nas quais se destaca a abordagem estruturalista genettiana de foco narrativo. Contudo, no nível textual-discursivo, em uma dimensão interacional e argumentativa, o ponto de vista não se limita à expressão da vida psíquica dos personagens. É, ao contrário, como postula Rabatel (2008), uma “forma indireta de argumentação”, evidenciando um “fazer ver” e um “fazer saber” no discurso que orientam a construção do sentido.

Como uma noção no intercâmbio entre estudos linguísticos e literários, o ponto de vista pode ser estudado não apenas enquanto perspectivação na narrativa literária (por uma reinterpretação da noção de foco narrativo), mas também como um mecanismo de expressão da subjetividade, que se processa enquanto heterogeneidade enunciativa em diferentes gêneros do discurso. Esse deslocamento possibilita a análise textual-discursiva do ponto de vista (PDV), orientada fundamentalmente pela compreensão de que o PDV consiste na maneira como *um sujeito apreende um objeto de discurso na relação com outros enunciadores*. Essa abordagem enunciativo-interacional do PDV põe em evidência a relação *sujeito enunciator e objeto de conhecimento*, particularizando no discurso uma ancoragem social, histórica e axiológica do conteúdo interpretado, que é inescapável à interferência do outro.

Essa relação sujeito-objeto-sujeito manifesta-se no texto/discurso por meio das falas, pensamentos, percepções, sentimentos e ações representadas. Essa representação pode ser assumida, quer dizer, de responsabilização³ do locutor/enunciador primeiro, encarregado de gerenciar as informações no discurso, ou ser atribuída (imputação) por ele a outros enunciadores, que nem sempre são autorizados a falar. Essa abordagem considera que mesmo as “frases sem fala” (quando não há asserção ou fala explícita) permitem a expressão de um PDV, ou seja: ainda que as instâncias não falem, elas podem ter seu PDV representado pelo locutor/enunciador primeiro.

A disjunção locutor/enunciador (cf. DUCROT, 1984) é, então, um instrumento de grande utilidade “[...] para a análise de todas as situações dialógicas em que o locutor se empenha em fazer eco à subjetividade de outro, sem que aquele seja autorizado a falar [...]” (RABATEL, 2008,

² Esse entendimento do que é explícita ou implicitamente argumentativo é tratado por Rabatel (2017, p. 27), respectivamente como *argumentação direta* e *argumentação indireta*. A direta realiza-se por meio de argumentos, conectores, enquanto que a indireta dá-se por meio de “inferências a partir da construção dos objetos de discurso”, em que se argumenta sem que se pareça argumentativo. Tal entendimento corrobora a distinção entre visada argumentativa e dimensão argumentativa proposta por Amossy (2006).

³ Na tradução do artigo de Alain Rabatel, “Les apports de l’analyse des discours médiatiques: de l’interprétation des données à la critique des pratiques discursives et sociales”, Cortez, Pinto e Teixeira (2016) traduziram “prise en charge” por responsabilização. A tradução do artigo de Rabatel foi publicada na *Revista Investigações*, 2016, v.29, n.2

p. 402).⁴ Consequentemente, a análise do PDV põe em foco a natureza das relações que o locutor nutre com diferentes enunciadores, o que lhe permite marcar posição no discurso, construindo seu PDV em meio a outros.

3.1 EMOÇÕES EMPATICAMENTE REPRESENTADAS EM CONTEXTO ARGUMENTATIVO

É por meio da dinâmica da representação dos pontos de vista, que podemos falar de empatia em contexto argumentativo direto e indireto ou, conforme a visão de Amossy (2006): visada argumentativa e dimensão argumentativa.⁵ Dessa forma, as emoções de um enunciador segundo, as quais instauram sua presença/perspectiva no discurso, podem ser representadas pelo locutor-enunciador primeiro (L1/E1). As emoções não são apenas ditas ou inferidas, mas também representadas, se se considera a dinâmica empática em sua dimensão textual. A dimensão textual da empatia em contexto argumentativo possibilita analisar diferentes marcas que indicam como os referentes são considerados por um enunciador interno, instância empatizante (L1/E1), a qual se coloca no lugar do outro, e2 (empatizado), imaginando como este diz, pensa, percebe, sente e age (RABATEL, 2013a, 2013b, 2017).

Através da empatia, o locutor-enunciador primeiro não exprime diretamente suas emoções, mas invoca, como um mediador, emoções que imputa a um outro. Em outras palavras, L1/E1 trata aquilo de que fala (acontecimento, situação) do ponto de vista de outro enunciador. Dessa forma, a representação das emoções por empatia indica que as emoções, ao invés de serem ditas,⁶ são inferidas através das falas, percepções ou ações do outro (2013b, p. 170). Contudo, essa representação não implica simpatizar-se com o outro, pois a empatia consiste em “colocar-se no lugar do outro, mas sem necessariamente aprovar suas emoções”, segundo Jorland (2004 *apud* Rabatel, 2013a, p. 65). Por isso, tratar a empatia linguística sob a ótica do ponto de vista implica atribuir emoções ao outro sem ser simpático ao que o outro diz. Aquele que fala, colocando-se no lugar do outro, não necessariamente assume a emoção do outro, ao que Rabatel (2013a) chama de “paradoxo emotivo em modo empático”.

Por essa ótica, os pontos de vista são reconstruídos por empatia, configurando a mobilidade empática das emoções, pois, como postula Rabatel (2013b), a emoção de um enunciador segundo é construída empaticamente por L1/E1. Assim, uma fonte não locutora é lugar de emoção, quer dizer, mesmo que um enunciador segundo (e2) não fale, ele tem sua emoção representada, interpretada por L1/E1. Daí a importância da distinção locutor-enunciador, a qual permite explicar, tal como destaca Rabatel (2017), que um locutor pode mostrar uma emoção, que não é sua e que ele imputa a um enunciador segundo não locutor. Essas emoções ditas não são aprovadas nem assumidas por L1/E1, mas apenas reconstruídas empaticamente, pois este fala a partir do ponto de vista deste enunciador segundo. Por isso, o dito e o dizer indicam, “pela escolha dos modos de referência e por inferência”, as emoções do enunciador segundo, as quais Rabatel denomina de “heteroemoção reconstruída empaticamente” (p. 341).

⁴ [...] pour analyse de toutes les situations dialogiques dans lesquelles un locuteur envisage de faire écho à la subjectivité d'autrui sans éprouver nécessairement de la besoin de lui donner la parole [...].

⁵ Para Amossy (2012), o discurso pode ter como objetivo fazer um auditório aderir a uma tese (ter uma visada argumentativa); ou procurar influenciá-lo em sua forma de ver ou de sentir (ter uma dimensão argumentativa).

⁶ Não desaperecebemos do que postula Micheli (2013) sobre a importância da análise conjunta do material verbal e co-verbal (vocal, não verbal, gestual) em uma abordagem global e integrada das emoções. Contudo, dado o recorte teórico-metodológico de nossa análise, focalizaremos as emoções representadas pelo material verbal.

Assim, em consonância com Rabatel (2013b), consideramos a enunciação das emoções e seus *níveis de empatização* (mobilidade empática) como meios retóricos a serviço da argumentação, pois constroem racionalizações internas que, reconstruídas pelo discurso, orientam o raciocínio para a conclusão.

O autor destaca ainda que a forma como construímos o outro em nós ultrapassa a relação por meio do diálogo, da fala, pois o modo como dialogamos com o outro imputando-lhe pontos de vista, fazendo-o não apenas falar, mas também descrevendo-o, percebendo-o e atribuindo-lhe ações é profundamente tributário da representação que fazemos do outro em função da situação na qual o evocamos/convocamos e das tarefas que assumimos nessa situação (RABATEL, 2014).

Considerando que *a empatia se apoia sobre emoções*, passemos, de agora em diante, a analisar a mobilidade empática das emoções em contexto argumentativo específico: o vídeo-manifesto produzido pelo “342 Artes”, movimento de artistas brasileiros contra a censura e a difamação à arte no Brasil. Indagamo-nos, assim, como este tipo de “contágio” emocional pesa sobre a argumentação, constituindo-a, em contexto polêmico; que estratégias e recursos linguísticos se destacam na representação empática das emoções?

4 EMOÇÕES EMPATICAMENTE REPRESENTADAS EM MANIFESTO DO “342 ARTES”

O projeto “342 Artes” surge em resposta ao movimento de censura e difamação à arte no Brasil, após o cancelamento da exposição “Queermuseu” pelo Santander Cultural em Porto Alegre e a polêmica em torno da performance “La Bête” no MAM de São Paulo. Realizado por um representativo grupo de artistas brasileiros, o vídeo “Brasil livre de intolerância” é postado no Facebook em 09/10/2017.

Figura 1 – Imagem inicial do vídeo “Brasil livre de intolerância”



Fonte: <https://www.facebook.com/342artes/>

Figura 2 – Imagem final do vídeo “Brasil livre de intolerância”



Fonte: <https://www.facebook.com/342artes/>

Transcrevemos⁷ abaixo o texto completo do manifesto enunciado no vídeo. Como se pode observar na Figura 1, as falas dos artistas são expressas por escrito à medida em que se fala. Na transcrição abaixo, organizamos os parágrafos conforme a distribuição das falas.

Você tem visto os ataques e as difamações que as expressões artísticas têm sofrido nos últimos dias?

Por que que eles querem a gente sem arte? Qual é a razão disso? Hã? Qual o papo? O presidente está sendo denunciado uma vez atrás da outra. Quando que isso aconteceu na história do Brasil? E aí a gente vai discutir o quê?

Interessa a quem esse horror, essa mentira e esse ódio todo?

Será que essa censura não é uma forma de desviar o foco para o que tá acontecendo agora no congresso nacional? Você, cê sabe o que tá acontecendo agora no congresso?

A indignação das pessoas não tem sido com a mostra que elas não visitaram, nem com a performance que elas não viram.

A política brasileira está imunda e está querendo usar a cultura como cortina de fumaça para distrair a sua atenção.

A atual polêmica em torno da arte é produto de moralismo estratégico, oportunista e eleitoreiro.

Um país sem arte...

É um país sem voz.

Não vamos nos deixar enganar. Não vamos nos intimidar com ódio.

Não vamos mais tolerar os intolerantes.

Esse discurso da pedofilia é mentiroso.

Porque é muito claro que nessas expressões artísticas não há pedofilia.

Você sabia que o Crivela mentiu pra você?

Recentemente o prefeito do Rio condenou e suspendeu a vinda da mostra Queermuseu para o MAR.

Ninguém é obrigado a ir ao museu, mas nós não devemos proibir que eles existam.

⁷ Agradecemos a Aída Lima Aloise, aluna do curso de Letras Licenciatura em Português da UFPE, que gentilmente realizou a transcrição do vídeo.

*Eu quero o Queermuseu no Rio.
Não querem deixar a gente falar.
Não querem deixar você pensar, e mais do que isso...
Eles querem se aproveitar de um moralismo barato para atingir os seus próprios interesses.
Censura, fundamentalismo, moralismo? Em que ano nós estamos? 2017?
O que é inacreditável pra mim é que a gente esteja precisando discutir no século XXI censura às artes.
O que nós estamos vivendo é um processo de criminalização da produção artística.
A liberdade de expressão, de informação, de criação artística, são direitos fundamentais e deveriam ser respeitados e exercidos por todos os cidadãos.
O verdadeiro crime é a difamação. Isso é um crime.
As novelas daqui a pouco vão ser controladas, o conteúdo que tá sendo veiculado nos filmes, nas letras de música.
Diga não à censura e defenda a sua possibilidade, inclusive, de discordar.
É proibido proibir.
Somos divertidos, somos palhaços, somos bailarinos, somos músicos, cantamos, dançamos, no teatro, na rua, mas não somos fracos. Juntos, somos mais fortes ainda.
Então, nós estamos aqui para combater o discurso de ódio, o discurso da intolerância e gente que se utiliza da intolerância para esconder os graves problemas desse país.
342 Artes, contra a censura e a difamação.
Contra a censura e difamação.
Contra a censura e difamação.
Contra a censura e difamação.
342 Artes...
Contra a censura e difamação.
Porque a arte é uma forma de liberdade.
Arte não é pedofilia*

Embora o conteúdo do manifesto “Artes 342” seja proferido por atores diferentes, como em uma espécie de jogral, que situa locutores diversos, manteremos na análise a designação L1/E1 para indicar a voz do projeto “342 Artes”. Assim, mesmo que as falas sejam ditas por diferentes locutores, estes apontam para um locutor coletivo, o projeto, que representa o movimento do artistas.

Na trama enunciativa instalada no vídeo, identificamos, além de L1/E1 outros enunciadores com os quais este enunciador principal dialoga construindo empaticamente emoções argumentadas. A tensão que caracteriza a polêmica coloca estes enunciadores, “ausentes”, em lugares distintos em relação à L1/E1, havendo, portanto, dois grupos de enunciadores, que aqui denominamos de: i) *enunciadores interlocutores* – destinatários diretos do vídeo, a quem os artistas conclamam e tentam persuadir e ii) *enunciadores opositores ou adversários* – destinatários indiretos, alvo da crítica.

Estes enunciadores adversários são os intolerantes, identificados no manifesto pelas seguintes marcas: i) pronome pessoal de 3ª pessoa do plural “eles” / “elas” e sua elipse, ii) sintagmas nominais “a política brasileira”, “os políticos” e “o prefeito do Rio” – expressões que já remetem, no âmbito social, a uma valoração depreciativa. Essas formas linguísticas referem-se, portanto, aos enunciadores adversários, identificando-os como instâncias subjetivas cuja emoção é empaticamente

representada. Dessa forma, os verbos e locuções verbais que atribuem percepção/sentimento têm papel fundamental (por afirmação ou negação) para a representação empática, tal como podemos observar nestas passagens: “eles *querem* a gente sem arte?”, “*não querem deixar* a gente falar”, “*não querem deixar* você pensar”, “eles *querem se aproveitar* de um moralismo barato para atingir seus próprios interesses”. A recorrência do “querer” / “não querer”, atribuída ao adversário neste contexto contribui para ancorar o seu ponto de vista sob a ótica de L1/E1, o que se faz de modo empático. Ao colocar-se no lugar do outro, L1/E1 representa sua emoção ao mesmo tempo em que apela para o sensível, alertando: *ficaremos sem arte, não poderemos falar, nos expressar, pensar; seremos alvo de oportunismo e interesse; estamos sendo utilizados.*

Rabatel (2017, p. 34) esclarece que a reação emocionada de L1/E1 é proporcional ao poder de nutrir enunciadores segundos adversários em seu discurso. Por isso, são diversos os modos de semiotização das emoções – marcas e indícios verbais – que apontam para processos interpretativos diversos da análise das emoções argumentadas. Esses procesos dão relevância a inferir outras emoções e não apenas aquelas que são ditas. Daí a importância dos verbos na interpretação das emoções. Verbos de ação e de dizer também assumem função importante nesse contexto, imputando pontos de vista aos enunciadores adversários: “gente que *se utiliza dessa intolerância* para esconder os graves problemas desse país”, “elas *não viram* a performance”, “elas *não visitaram* a mostra”, “A política brasileira está imunda e está *querendo usar* a cultura como cortina de fumaça”, “o prefeito do Rio *condenou e suspendeu* a vinda da mostra Queermuseu para o MAR”, “o Crivela *mentiu* pra você”. Essa atribuição, no contexto das emoções, polariza os enunciadores: de um lado, reforça o sentimento de injustiça e discriminação vivido pelos artistas; de outro, revela e destaca o caráter autoritário e irracional do dizer, ação e percepção do adversário que *condena, mente*, emitindo juízo de valor sem ter visitado a exposição (“produto de moralismo estratégico, oportunista e eleitoreiro”). Assim, ao dizer que “Crivela mentiu”, L1/E1 reinterpreta a emoção do adversário, colocando-lhe em uma outra posição: não a de vítima, ofendida e chocada pelo teor das obras expostas, mas a de estrategista e autoritário. Pela mobilidade empática, L1/E1 reconfigura o lugar do sensível em relação ao opositor.

O lugar do sensível nesse contexto de embate também se revela pela relação que L1/E1 estabelece com o enunciador interlocutor. Visando a persuadir e a chamar atenção deste destinatário direto, L1/E1 representa empaticamente emoções, mobilizando o sensível através do pronome “você” associado a verbos que exprimem percepção, saber e ação (“ver”, “distrair”, “saber”, “pensar”), atribuídos ao interlocutor: “*Você tem visto* os ataques e as difamações que as expressões artísticas têm sofrido nos últimos dias?”, “A política brasileira está imunda e está querendo usar a cultura como cortina de fumaça para *distrair* sua atenção”, “*Você, cê sabe* o que tá acontecendo agora no congresso?”, “*você sabia* que o Crivela *mentiu para você?*” e “*não querem deixar você pensar*”. O uso do pronome possessivo “sua” nas expressões “*sua* atenção” e “*sua* possibilidade de discordar” (abaixo) também jogam com o sensível, realçando, através do semantismo do pronome, o comprometimento do destinatário – este que, segundo L1/E1, corre o risco de ser censurado. Soma-se a esta convocação, o uso de verbos no imperativo em: “*diga* não à censura e *defenda* a sua possibilidade inclusive de discordar”. Todos os recursos utilizados servem como uma espécie de “grito de alerta” para que o destinatário direto se dê conta do que está realmente acontecendo no país.

Outro modo, muito particular de mobilizar o sensível, neste contexto, e representar empaticamente as emoções é recorrer àquilo que o interlocutor aprecia no campo da emoção. Neste caso, L1/E1 apela para aquilo que tem grande valor em matéria de vivência da emoção e sensibilidade: as novelas brasileiras. Na passagem: “As novelas daqui a pouco vão ser controladas, o

conteúdo que tá sendo veiculado nos filmes, nas letras de música.”, L1/E1 recorre à preferência do grande público, ao colocar as novelas em primeiro lugar, na sequência de argumentos envolvendo a produção artística.

Essas emoções “heteroatribuídas” na direção dos destinatários diretos e indiretos dividem espaço com emoções “autoatribuídas” por L1/E1. Novamente, os verbos têm papel importante neste contexto; verbos que, por afirmação ou negação, indicam sentimento, desejo, ação e percepção do locutor, tal como pode ser observado nestas passagens: “Eu *quero* o Queermuseu no Rio.”, “Não vamos nos deixar *enganar*. Não vamos nos *intimidar* com ódio.” e “Não vamos mais *tolerar* os intolerantes.”. Estas emoções têm impacto refrativo na tessitura da argumentação, pois, além de serem autoatribuídas, são “heteroimplícitas” (Cf. RABATEL, 2017). Ao negar que será *intimidado com ódio* e *enganado* pelo adversário, L1/E1 deixa implícito por essa recusa que o enunciador adversário vem agindo de forma a “intimidar” e “enganar” (a classe artística, a sociedade). Imputando esta fragilidade ao adversário, L1/E1 se fortalece mobilizando o sensível, ao colocar-se na posição de vítima que reage.

Por esse caráter dual, a negação desempenha papel relevante para representar emoções, autoatribuídas e heteroimplícitas, ao mesmo tempo em que reforça a postura de defesa do locutor, o que é típico da polêmica ou da argumentação em contexto conflitual. São muitos os exemplos de negação com esse caráter dual: “nessas expressões artísticas *não* há pedofilia” (*estão dizendo que é pedofilia*); “ninguém é obrigado a ir ao museu, mas *não* devemos proibir que eles existam” (*estão proibindo/interditando museus*); “*não* somos fracos, juntos somos mais fortes ainda” (*estão dizendo/acham que somos fracos e não temos força*); “arte *não* é pedofilia” (*estão dizendo/acham que arte é pedofilia*). Assim, podemos dizer que a própria expressão/representação da emoção de L1/E1 passa necessariamente por empatia.

Esse duplo aspecto da emoção empatizada em direção a si e ao outro também pode ser observado neste contexto por outros recursos de semiotização das emoções: a introdução referencial, a anáfora e a predicação. A introdução referencial e a anáfora, como processos referenciais, realizam-se, nesse contexto, por meio de sintagmas nominais,⁸ que revelam a responsabilização de L1/E1 sobre o objeto de discurso, indicando seu PDV. Os sintagmas nominais, seja por meio da introdução ou da retomada do referente, desempenham papel relevante na representação de emoções autoatribuídas e heteroimplícitas. Nas passagens a seguir, destacamos os sintagmas nominais em itálico e emoções entre parênteses: “Você tem visto *os ataques e as difamações que as expressões artísticas têm sofrido* nos últimos dias?” (eles nos difamam e atacam; estamos sofrendo); “Interessa a quem *esse horror, essa mentira e esse ódio todo*?” (eles disseminam horror, ódio e mentem; estamos estarecidos e questionamos), “Será que *essa censura* não é uma forma de desviar o foco[...]?” (eles estão *nos* censurando), “*A indignação das pessoas* não tem sido com a mostra que elas não visitaram” (as pessoas estão indignadas; disseminam e estimulam indignação contra nós), “*Esse discurso da pedofilia* é mentiroso.” (eles estão dizendo que é pedofilia; estamos sendo acusados de pedófilos) e “[...] nós estamos aqui para combater *o discurso de ódio, o discurso da intolerância [...]*.” (eles disseminam ódio e intolerância; somos excluídos e odiados). Destaca-se ainda o papel da modalização epistêmica na representação de emoções em direção a si e ao outro

⁸ Para Koch (2002), os sintagmas nominais, também considerados grupos nominais ou expressões nominais referenciais, são constituídos minimamente de determinante (artigo e pronomes demonstrativos) e nome-núcleo (substantivo), que podem ser acompanhados de modificadores (adjetivos e orações adjetivas).

neste trecho enunciado pelo cantor Caetano Veloso:⁹ “é *inacreditável* para mim que a gente esteja precisando discutir no século XXI censura às artes”.

A predicação, por sua vez, é identificada pelo uso da proposição “Tal coisa é x”, em que o verbo “ser”, ao predicar atributos ao referente, evidencia o PDV de L1/E1 sobre o objeto de discurso e revela implicitamente o PDV do adversário por mobilidade empática. Isto é o que ocorre nas passagens abaixo, nas quais marcamos em itálico os atributos conferidos ao referente e, entre parênteses, o PDV do adversário: “A atual polêmica em torno da arte é *produto de moralismo estratégico, oportunista e eleitoreiro*” (eles agem de forma oportunista e eleitoreira, por isso o escândalo em torno da exposição), “esse discurso da pedofilia é *mentiroso*” (se fazem de vítima, mas estão mentindo, enganando); “o que nós estamos vivendo é *um processo de criminalização da produção artística*” (eles estão criminalizando a arte); “o verdadeiro crime é *a difamação*, isso é *um crime*” (fazem-se de vítima, mas não têm moral, porque agem de forma criminosa, difamando). Esse raciocínio empático e emocionado dá sustento ao argumento final do manifesto, orientado pela defesa da arte como forma de liberdade, como evidencia a última passagem do texto: “342 Artes... Contra a censura e difamação. Porque a arte é *uma forma de liberdade*. Arte não é pedofilia.”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as emoções autoatribuídas ou heteroatribuídas semiotizadas linguisticamente de forma implícita ou não, desencadeadas por L1E1 e pelas representações dos diversos PDVs dele oriundos, demarcam a empatia e corroboraram para a construção argumentativa do texto. Na verdade, a *visada argumentativa* deste é denunciar a discriminação vigente ao mundo das Artes, inescapável ao contexto político-social. Para tal, os diferentes recursos linguísticos utilizados desempenham papel fundamental na argumentação: fazer com que os ouvintes/leitores reflitam, sensibilizem-se e cheguem às suas próprias conclusões sobre o que está acontecendo no país. Além disso, vale ratificar que é através também da *dimensão argumentativa* do texto que se constrói o que aqui denominamos *argumentação emocionada*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, J. M. Images de soi et schématisation de l'orateur: pétain et de gaulle en juin 1940. In: AMOSSY, R. (Org.). *Images de soi dans le discours*. La construction de l'ethos. Lausanne/Paris: Delachaux et Niestlé, 1999. p. 101-126.
- ADAM, J. M. *Les textes: types et prototypes*. 4. ed. Paris: A. Colin, 2016.
- AMOSSY, R. *L'Argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin, 2012.
- AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.
- ARISTOTE. *Rhétorique* Livres I et II. Introduction de Michel Meyer. Livre de Poche. Paris, 1991.
- DUCROT, O. *Le dire et le dit*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984. p. 171-233.
- GRIZE, J. B. *Logique et Langage*. Paris: Ophrys, 1990.

⁹ O cantor foi impedido de realizar show no dia 30 de outubro de 2017 na Ocupação Povo Sem Medo, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, por conta de decisão da juíza Ida Inês Del Cid, da 2ª Vara da Fazenda Pública de São Bernardo do Campo, em São Paulo.

- GRIZE, J. B. Le point de vue de la logique naturelle: démontrer, prouver, argumentar. In: DOURY, M. ; MOIRAND, S. (Org.). *L'argumentation aujourd'hui : Positions théoriques en confrontation*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004. p. 35-44.
- KOCH, I. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MICHELI, R.; HEKMAT, I.; RABATEL, A. Les émotions: des modes de sémiotisation aux fonctions argumentatives. *Semen*, v. 35, p. 7-16, 2013.
- MICHELI, R. Modos de semiotização e função argumentativa das emoções. *Semen*, v. 35, 2013.
- PERELMAN, C. *L'Empire Rhétorique: rhétorique et argumentation*. 3. ed. Paris: J. Vrin, 1997.
- PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Traité de l'Argumentation: la nouvelle rhétorique*. 5. ed. Bruxelles: Université de Bruxelles, 1988.
- PLANTIN, C. *Ad passiones*. Affects et logique dans l'argumentation. In: MARQUES, M. A. et al. (Org.). *Práticas de Investigação em Análise do Discurso: Actas do II Encontro Internacional de Análise Linguística do Discurso*. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, p. 163-179, 2004.
- PLANTIN, C. *Les bonnes raisons des émotions: principes et méthode pour l'étude du discours émotionné*. Berne: Peter Lang, 2011.
- RABATEL, A. *Homo narrans. Pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit. Tome 2. Dialogisme et polyphonie dans le récit*. Limoges: Editions Lambert Lucas, 2008.
- RABATEL, A. Écrire les émotions en mode empathique. v. *Semen*, 35, p. 65-82, 2013a.
- RABATEL, A. Empathie et émotions argumentées en discours. *Le discours et la langue*, v. 4. 1, p. 159-178, 2013b.
- RABATEL, A. Empathie, points de vue, méta-représentation et dimension cognitive du dialogisme. *Études de Linguistique Appliquée*, v. 173, p. 27-45, 2014.
- RABATEL, A. Les stratégies émotives d'un repentir public offensif. In: RABATEL, A. *Pour une lecture linguistique et critique des medias: empathie, éthique et point(s) de vue*. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

REDISCUINDO O PRINCÍPIO DE CONSTRUÇÃO NEGOCIADA DOS OBJETOS DE DISCURSO

REDISSCUSSING THE PRINCIPLE OF NEGOTIATED BUILDING OF SPEECH OBJECTS

Valdinar Custódio Filho *

RESUMO

Um dos princípios fundamentais do fenômeno da referenciação é a construção negociada das entidades textualmente acionadas (MONDADA e DUBOIS, 2003; CUSTÓDIO FILHO, 2011; CAVALCANTE, 2012; CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO e BRITO, 2014). Numa formulação inicial (MONDADA e DUBOIS, 2003), esse princípio é visto como a participação de sujeitos em interação com vistas à elaboração de bases comuns sobre as quais os referentes podem ser construídos de modo a garantir a progressão textual; em outras palavras, considera-se que a negociação é necessária para que os interlocutores cheguem a um consenso sobre os referentes. Pensamos que o princípio da negociação pode passar por um redimensionamento se considerarmos duas condições frequentes em algumas esferas discursivas: 1) no que concerne às disputas políticas, Amossy (2017) enfatiza que os interlocutores nem sempre têm como objetivo o diálogo com vistas à construção de uma proposta harmônica de entendimento da questão; muitas vezes, a polêmica, como reforço ao contraditório, é que dá o tom dessas práticas discursivas; 2) no universo literomusical, a construção dos objetos de discurso pode passar por uma indefinição de tais objetos, a qual pode ser intencionada pelo locutor. Em um e em outro caso, a construção consensual e bem definida dos objetos pode não ser a tônica. Neste trabalho, analisamos textos nessas esferas com o intuito de mostrar a negociação não exclusivamente como construção colaborativa e consensual, mas como proposta de entendimento do projeto de dizer do outro e tomada de decisão quanto a este projeto, assumindo-se que tal decisão pode encaminhar para a construção de outros traços de sentido sobre os referentes pretendidos.

Palavras-chave: Referenciação. Objeto de Discurso. Negociação.

ABSTRACT

One of the main principles of the phenomenon of referentiation is the idea that there is a negotiation on the elaboration of entities textually erased (MONDADA and DUBOIS, 2003; CAVALCANTE,

* Professor adjunto I da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Membro do Grupo Prototexto (UFC).

2012; CUSTÓDIO FILHO, 2011; CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO and BRITO, 2014). In an initial formulation (MONDADA and DUBOIS, 2003), such principle is comprehended as it follows: during interaction, subjects participate in order to establish a common ground upon which referents can be built and, hence, determine textual progression. In other words, this approach assumes that negotiation is necessary for achieving a consensus regarding the referents. We think that the principle of negotiation can be reshaped if we consider two frequent conditions that characterize some discursive niches: 1) regarding political disputes, Amossy (2017) emphasizes that subjects not always have as their aim a dialogue which achieves a balanced proposal for the question in dispute; 2) in the universe of literature and music, the building of objects of discourse can go through some indefiniteness of such objects, this been presumed by the text producer. In both situations, the building of consensual and well defined referents may not be the rule. In this work, we intend to analyze texts of these niches, in order to show that negotiation is not exclusively a collaborative work, but it could be the comprehension of other subject's speech project and the take of decision regarding this project, assuming that this decision could lead to the building of other meanings for the same referent.

Keywords: Referentiation. Object of Discourse. Negotiation.

INTRODUÇÃO¹

A referenciação é compreendida como uma estratégia textual-discursiva orientada por postulados de natureza sociocognitivista, interacionista e discursiva. Um destes postulados é o da negociação dos referentes: partindo da condição básica de que as entidades do mundo e da linguagem são inerentemente instáveis (MONDADA e DUBOIS, 2003), é necessário considerar que a construção dos sentidos, em princípio, se dá pela forma como os participantes de uma interação via texto trabalham/negociam para que os objetos de discurso – os referentes textualmente acionados – sejam estabilizados a partir de um consenso que permita a progressão textual.

As discussões e análises sobre a construção negociada dos referentes revelam (ou insinuam, já que nem sempre essa postulação é explícita) que, para que a interação seja bem-sucedida, estes referentes precisam ser “comungados” e específicos. Isso implica que os interlocutores devem assentar (e concordar com) uma base comum sobre as entidades referidas, a partir do que é possível construir a coerência textual. Deve haver, portanto, um trabalho *harmonioso* dos participantes da interação, a fim de que eles possam efetivamente fazer avançar seu(s) projeto(s) de dizer.

Neste trabalho, propomos uma rediscussão do princípio da negociação, a partir da consideração de que, em certas práticas de linguagem, a construção conjunta de referentes consensuais e/ou bem definidos não é condição necessária para que as interações via texto progridam. Antes, porém, de proceder à análise dos textos, apresentamos algumas considerações sobre o que se tem dito acerca do princípio da negociação na construção dos objetos de discurso.

¹ Agradecemos à colega/amiga professora Débora Hissa pela leitura de parte substancial deste texto, o que nos levou a refiná-lo em algumas partes. Os equívocos que permanecerem são de nossa inteira responsabilidade.

O PRINCÍPIO DA NEGOCIAÇÃO EM REFERENCIAÇÃO

Em Cavalcante (2012, p. 113, grifo nosso), temos que:

O processo de referenciação pode ser entendido como o conjunto de operações dinâmicas, sociocognitivamente motivadas, efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve, com o intuito de elaborar as experiências vividas e percebidas, a partir da **construção compartilhada (negociada)** dos objetos de discurso que garantirão a construção de sentido(s).

Na definição apresentada, encontram-se os três princípios fundamentais do processo da referenciação: 1) o caráter sociocognitivo (“operações dinâmicas, sociocognitivamente motivadas”); 2) a (re)elaboração da realidade (“elaborar as experiências vividas e percebidas”); e 3) a negociação compreendida pelos interlocutores (“construção compartilhada (negociada) dos objetos de discurso”). A assunção do princípio da negociação se baseia na condição de que, conforme Mondada e Dubois (2003), as práticas de interação pela linguagem se estabelecem mediante a troca intersubjetiva. Ao mesmo tempo em que a construção da referência conta com as inclinações particulares dos sujeitos (por isso o processo é *subjetivo*), ela só se estabelece se outros sujeitos participarem, ativamente, com suas perspectivas (por isso o processo é “*inter*”), de modo que,

quando produzem e compreendem textos, os sujeitos participam ativamente da interação, de modo que estão sempre negociando os sentidos construídos. O processo é amplamente dinâmico, porque permite modificações com o desenrolar das ações. A construção referencial nada mais é que o resultado dessa negociação (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO; BRITO, 2014, p. 35).

Assentada essa condição essencial do processo referencial, entendamos o que é, nesse panorama, negociar. Para tanto, lançamos mão do exemplo apresentado em Mondada e Dubois² (2003, p. 39), que mostra o diálogo entre dois pesquisadores num laboratório de pesquisas neurofisiológicas. Eles estão observando micrografias eletrônicas, a fim de verificar a presença de axônios terminais.

(1)
J: isso é sujeira – oh, tem um bem ali! (2 segundos)
M: é isso?
J: bom, eu ‘num’ sei
M: não, isso não parece com vesículas
(0.3 segundos)
M: parece mais com uma espinha ou algo assim
(1 segundo)
J: hum bom isso só pode ser uma coisa entre duas hum eu acho que aqueles ali microtúbulos cortados e um ângulo e então (nós não iremos) circundá-los.

Vê-se bem que, nessa interação, a decisão quanto à caracterização do “objeto de mundo” como sendo ou não um axônio é negociada entre os interlocutores (perceba-se a maneira como M intervém e acaba por modificar a atuação de J). Dessa negociação, resulta a iniciativa de não

² As autoras retiram o exemplo de Lynch (1985 *apud* MONDADA; DUBOIS, 2003).

tratar o objeto em questão como um axônio. Assim, discursivamente, instaurou-se um objeto de discurso: um “não axônio”, caracterizado, pelo menos no cotexto disponível, como “uma espinha ou algo assim”. A partir dessa e de outras ocorrências, oriundas de conversações comuns ou mesmo de situações como (1), em que os participantes tentam controlar seus processos de construção de sentido, Mondada e Dubois (2003, p. 38) concluem que “as descrições são menos orientadas para a realidade em si mesma que para a realização negociada de uma versão pública e aceitável do mundo”.

O postulado da construção colaborativa casa muito bem com outro pressuposto, o da instabilidade constitutiva da língua e das “coisas”. Sendo língua e “coisas” instâncias inerentemente instáveis, tem-se que a produção do sentido só ocorre em cada texto, quando cada um é produzido. E, uma vez que as concepções de *emissor* e *receptor* (funções estancas e passivas) já foram há muito substituídas pelas de *enunciador*, *coenunciador* e *interlocutor(es)*, claro é que a produção de sentidos conta com a participação dos indivíduos envolvidos na produção comunicativa. Além disso, é possível comprovar empiricamente a colaboração intersubjetiva na interação, como demonstram Mondada e Dubois com o exemplo (1), e também Apothéoz (2001), Mondada (2005) Bentes e Rio (2005), Cavalcante (2012) e Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014).

Em todos esses trabalhos, o princípio de negociação parece desembocar num destaque muito característico dos objetos construídos: eles são específicos e “comungados”. São específicos porque os participantes da interação constroem para si um referente bem “delimitado”, com traços de sentido que o tornam bastante preciso para a situação de comunicação em que os sujeitos se encontram. E são comungados porque o referente construído é o mesmo para todos os participantes da comunicação, já que os traços de sentido a ele atribuídos não só garantem sua precisão, mas são devidamente compartilhados entre os sujeitos. Nesse panorama, temos que negociar parece ser igual a colaborar para o consenso.

Não deve escapar das reflexões o fato de que a construção colaborativa é constitutiva de qualquer situação comunicativa. Normalmente, a comprovação empírica desse postulado é feita apenas em situações de comunicação síncrona, aquelas em que os interlocutores planejam e executam o texto durante a interação, fazendo intervenções durante seus turnos de voz.³ É óbvio que a participação simultânea dos interlocutores permite interferências que indicam as negociações discursivas em busca de uma “versão pública e aceitável do mundo”. Quando pensamos em como pode ocorrer a construção colaborativa dos referentes em comunicações assíncronas, ou seja, em situações nas quais não é possível aos participantes agirem simultaneamente na construção do texto, temos de admitir que o procedimento se dá de forma diferente, porque são diferentes os objetivos por trás desse tipo de negociação (CUSTÓDIO FILHO, 2011).

No caso das comunicações síncronas, a negociação se estabelece a partir da necessidade de se construírem unidades consensuais acerca dos objetos de discurso salientes, a fim de que a comunicação avance. Nas comunicações assíncronas, essa unidade consensual não pode ser obtida no momento mesmo da interação do interlocutor com o texto, de modo que a negociação ocorre na forma de antecipação do locutor em relação ao(s) eventual(is) interlocutor(es). Discutamos essa ideia a partir do exemplo a seguir.

³ Estamos falando em *comunicação síncrona* em vez de em *comunicação oral* porque nem todas as interações em que há interferência imediata dos sujeitos na participação uns dos outros é vazada na modalidade oral. Pode haver comunicações síncronas na modalidade hipertextual (vazada, em muitos casos, por meio da escrita), como ocorre no bate-papo por redes sociais ou aplicativos, por exemplo. Do mesmo modo, as comunicações assíncronas não são vazadas apenas na modalidade escrita; veja-se, por exemplo, os filmes, novelas, seriados etc., comunicações orais que não se realizam em situação de sincronidade entre locutor e interlocutores.

Tratemos da construção referencial da protagonista do romance *A menina que não sabia ler*⁴ cujo cenário remonta a uma grande propriedade senhorial em uma cidade perto de Nova York num passado que remete ao final do século XIX e início do século XX. Florence, a personagem principal, narradora da história, é uma adolescente que aprende a ler sem que isso lhe fosse permitido, já que o responsável legal por Florence e seu irmão (Giles) – um tio que vive recluso em outro lugar e que não tem nenhum contato com seus sobrinhos – é contrário à instrução das mulheres. Uma das primeiras informações sobre a personagem (e que nos permite já construir o primeiro traço de sentido⁵ sobre ela) é a seguinte:

(2)
[...] devido às opiniões rígidas de meu tio em relação à educação das mulheres, tenho escondido minha eloquência, soterrado meu talento e mantido apenas as formas mais simples de expressão aprisionadas no cérebro. Tal dissimulação transformou-se em hábito e foi motivada pelo medo, pelo grande medo de que, se falasse como penso, ficaria evidente meu contato com os livros e eu seria banida da biblioteca. E como expliquei para a pobre srta. Whitaker (pouco antes de sua trágica morte no lago), isso é algo que não acredito que possa suportar (p. 11).

Vê-se, no início, que Florence se reconhece como uma dissimuladora contumaz, porém isso não chega a ser considerado uma falha de caráter, já que, posteriormente, descobrimos que ela é movida por um motivo nobre: ela quer manter o irmão, Giles, perto de si. Os obstáculos que a impedem de manter esse contato deverão, ao longo da narrativa, ser superados.

A história conta ainda com três personagens importantes: a srta. Whitaker, primeira preceptora de Giles, que descobre o segredo de Florence e morre afogada no lago da propriedade (em nenhum momento é confirmado que Florence tenha causado a morte, embora isso seja fortemente sugerido); a srta. Taylor, segunda preceptora de Giles, que tem um plano para levar o garoto embora e que, segundo Florence, é capaz de caminhar sobre o lago e ver através de espelhos; Theo Van Hoosier, adolescente que mora numa propriedade vizinha e que se torna amigo de Florence (apesar de não corresponder à paixão que o garoto sente, ela parece ter um afeto verdadeiro por ele).

Até pouco mais da metade da narrativa, o leitor vai construindo a referência sobre a protagonista em dois grandes traços: ao mesmo tempo em que ela pode cometer atos condenáveis (como estar associada à morte da senhorita Whitaker), ela é movida pelo sentimento genuíno de proteger o irmão. Quando a narrativa vai se aproximando das cenas definitivas – que consistem em anular a ameaça da senhorita Taylor, à construção referencial de Florence é acrescentado um traço confirmador: ao matar, com a ajuda involuntária de Theo, a segunda preceptora (e depois jogar seu corpo num poço sem uso e cobrir a abertura do poço), vê-se que ela, de fato, não se furta de matar seus inimigos quando se trata de conseguir o que quer.

Posteriormente, o leitor descobre que Florence não é apenas implacável com seus inimigos, mas também não se preocupa com seus aliados. O jovem Theo, após ajudá-la a se livrar do corpo da senhorita Taylor, tem uma forte crise de asma e morre; Florence poderia tê-lo ajudado a tomar seu remédio, mas não o faz. Na verdade, logo após o acontecido, ela é capaz de relativizar o acontecido:

⁴ HARDING, John. *A menina que não sabia ler*. Tradução Elvira Serapicos. São Paulo: Leya, 2010.

⁵ Sugerimos a consulta a Custódio Filho (2011, 2014) e Ferreira Neto (no prelo) para conhecer a proposta de análise da referenciação com base na construção de traços de sentido.

(3)

Essa morte dele [Theo] em cima de mim não estava nos meus planos, mas agora que havia acontecido eu reconhecia que seria necessária (p. 204).

No final da história, o leitor é capaz de reconhecer que Florence é uma narradora não confiável,⁶ que não se preocupa em atingir extremos de malevolência para conseguir o que quer. Frise-se que, no projeto de dizer do locutor, essa construção já vinha sendo insinuada desde o início, conforme se depreende a partir do trecho a seguir:

(4)

Como os adultos gostam de ver perigo onde não existe, procurá-lo em um lago ou um poço que em si mesmos não podem causar qualquer mal sem a intervenção da negligência ou malevolência humanas (p. 14).

Com base no mote para nossa discussão – a construção negociada dos referentes em situações de comunicação assíncrona –, consideramos que o autor John Harding pretende direcionar o percurso de compreensão do leitor, de modo que haja uma quebra de expectativa para que se perceba como o narrador (no caso, Florence) pode enganar não apenas os personagens com quem interage, mas também o próprio leitor.

Sobre esse direcionamento do percurso de compreensão do outro, Ilari (2005, p. 123) diz que “todo locutor constrói sua fala [seu texto] a partir de uma avaliação da capacidade de interpretação do interlocutor, e da maneira como este reage às informações que são *transmitidas* pelo texto escrito ou falado” (grifo do autor). No caso específico da referenciação, podemos entender que as antecipações feitas pelo enunciador nas comunicações assíncronas – decorrentes da “avaliação da capacidade de interpretação do interlocutor” – visam ao estabelecimento de referentes sujeitos à aceitação dos interlocutores (reação “às informações que são transmitidas pelo texto”). Trata-se, portanto, de uma negociação indireta, que começa na antecipação que o locutor faz e que se efetiva na (provável) cooperação⁷ do(s) interlocutor(es) em aceitar entrar na interação e reconhecer a pertinência e a validade dos referentes construídos.

A partir do exposto, cremos ser possível concluir que, mesmo em situações assíncronas, a prática de negociar, ou, mais precisamente, a eficácia da negociação, reside, também, em colaborar para o consenso, a fim de, assim como nas situações síncronas, reconhecer referentes específicos e comungados. Tal assunção provém, como se vê, de análises coerentes, de modo que o quadro teórico da referenciação tem um aparato explicativo razoavelmente sólido no que concerne à construção negociada dos objetos de discurso.

Para além da reflexão coerente estabelecida até aqui (e sem querer desmerecê-la), pensamos ser possível analisar situações de interação em que a negociação parece se efetivar em moldes diferentes dos aqui estabelecidos. Tratemos, pois, de tentar incluir outros olhares sobre essa negociação.

A NEGOCIAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE OBJETOS POUCO ESPECIFICADOS

Consideramos que, na esfera dos discursos que envolvem o domínio da arte construída pelo verbal – que abriga a literatura e o discurso literomusical (COSTA, 2001) –, a negociação

⁶ Além de não revelar sua faceta maldosa, Florence atribui à senhorita Taylor poderes sobrenaturais que esta simplesmente não possui.

⁷ Sobre cooperação, ver Grice (1982) e Beaugrande e Dressler (1981) – quando falam da aceitabilidade em sentido amplo. Ver, também, em Custódio Filho (2006), o comentário sobre as indevidas generalizações do princípio da cooperação.

pode se dar por meio de um “contrato” no qual os traços de sentido dos referentes não precisam ser tão plenamente especificados. Isso pode ocorrer tanto como resultante da intenção do locutor quanto como efeito decorrente da ausência de conhecimento partilhado entre os participantes da interação.

A título de ilustração sobre a primeira condição, tratemos da canção a seguir:

(5)

Uma vez eu tive uma ilusão / E não soube o que fazer / Não soube o que fazer
Com ela / Não soube o que fazer / E ela se foi
Por que eu a deixei? / Por que eu a deixei?
Não sei / Eu só sei que ela se foi

Meu coração desde então / Chora todos os dias / No portão
Por ela / Não soube o que fazer / E ela se foi
Por que eu a deixei? / Por que eu a deixei?
Não sei / Eu só sei que ela se foi

Sei que tudo o que eu queria / Deixei tudo o que eu queria
Porque não me deixei tentar / Vivê-la feliz?

É a ilusão de que volte / O que me faça feliz / Faça viver
Por ela / Não soube o que fazer / E ela se foi
Por que eu a deixei? / Por que eu a deixei?
Não sei / Eu só sei que ela se foi

(Versão interpretada por Marisa Monte. Letra disponível em <https://www.lettras.mus.br/marisa-monte/ilusao/>. Acesso em 13 nov. 2017.)

Nessa canção, o leitor não tem como saber, especificamente, qual é a ilusão a que o eu lírico se refere. Sabe apenas que a ilusão se foi e que ela fazia o eu lírico feliz, de modo que ele se arrepende de tê-la deixado partir. Mas qual foi exatamente essa ilusão (uma pessoa amada, uma vida mais plena etc.) o leitor não pode saber. E, nesse caso, a impossibilidade de saber não decorre de o texto ser incompleto, mas sim da ausência de precisão pretendida pelo locutor; este parece querer que os leitores preencham a referência da ilusão a partir de suas próprias vivências, o que pode criar uma identificação entre aqueles que sofrem.

Nesse caso, temos que a construção de um referente comungado só vai até certo ponto: tem-se uma ilusão que fazia bem e que se foi, o que gera lamento. Daí em diante, cada sujeito preencherá os vazios intencionalmente deixados de acordo com sua própria perspectiva. A negociação, nem por isso, será malsucedida. Na verdade, parece ser previsto pelo locutor que essa possibilidade de haver diferentes ilusões gere a “parceria”/“comunhão” entre os sujeitos, os quais, cada um com sua ilusão, referendam o projeto de dizer desse locutor. Vemos, portanto, que diferentes efeitos de sentido gerados a partir de um mesmo referente podem estabelecer a coerência e garantir a progressão temática.⁸

Essa ausência da precisão parece ser uma condição preciosa para o domínio discursivo da arte mediada pelo verbal. E, para além da intenção do locutor em conscientemente se fazer menos preciso, a não construção de um referente mais (completamente) especificado pode se dar pela

⁸ Isso não quer dizer, contudo, que as lacunas deixadas por um texto não possam ser prejudiciais para a construção da referência, e, conseqüentemente, para o estabelecimento da coerência. Isso pede, contudo, uma reflexão mais extensa, que foge ao escopo deste artigo.

ausência de conhecimento compartilhado entre os interlocutores. Por exemplo, no já mencionado romance *A menina que não sabia ler*, ao leitor pode passar despercebido o fato de que um dos autores preferidos de Florence é Edgar Allan Poe, se esse leitor não tiver o conhecimento de que alguns contos de Poe são famosos por apresentar narradores pouco confiáveis (iguais a Florence). De mesmo modo, pode-se ouvir a canção *Cajuína*, de Caetano Veloso, e se construir uma referência mais ou menos precisa a depender do conhecimento de mundo que se possui:

(6)

Existirmos: a que será que se destina?
Pois quando tu me deste a rosa pequenina
Vi que és um homem lindo e que se acaso a sina
Do menino infeliz não se nos ilumina
Tampouco turva-se a lágrima nordestina
Apenas a matéria vida era tão fina
E éramos olharmo-nos intacta retina
A cajuína cristalina em Teresina

(Disponível em <https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44704/>. Acesso em 13 nov. 2017.)

O leitor pode considerar que a canção propõe uma compreensão (talvez um pouco “palpável”) sobre o referente <condição do viver>: a vida, embora não pareça em alguns momentos, faz sentido e vale a pena. Contudo, caso saiba que esta canção foi produzida⁹ por Caetano Veloso quando ele se encontrou com o pai de um grande amigo (Torquato Neto) que tinha se suicidado, e o pai desse amigo consolou Caetano entregando-lhe uma rosa, é possível acrescentar elementos que mostrem a relação entre o referente <condição do viver> e os referentes “rosa pequenina”, “homem lindo”, “sina do menino infeliz”, “lágrima nordestina” e “cajuína cristalina em Teresina”.

Nos dois casos citados (a menção a Alan Poe no romance e a construção do sentido de *Cajuína*), percebe-se que os referentes em jogo (respectivamente, <Florence> e <condição do viver>) podem ser mais ou menos especificados a depender, como já dissemos, do conhecimento compartilhado. Não é nosso interesse específico tecer mais considerações sobre esses exemplos, mas lançamos a hipótese de que, nesses casos, ainda que a menor precisão não seja intencional (como se viu na análise da canção *Ilusão*), a negociação é eficaz: os locutores constroem seu texto pensando que as informações que tornam os referentes mais especificados, se não forem percebidas por todos, não necessariamente prejudicam a percepção dos traços de sentido mais fundamentais.

De todo modo, num e noutro caso, sendo a menor precisão intencionada ou não, temos que esse tipo de negociação parece responder por inúmeras situações de interação nas esferas da literatura e do discurso literomusical,¹⁰ o que confere ao princípio da negociação um caráter mais multiforme: há, a depender do projeto de dizer do locutor, diferentes formas de negociar no que concerne ao grau de especificação do objeto de discurso.

Considerando-se as análises propostas, temos que, apesar de haver menos precisão, os referentes continuam sendo, em alguma medida, “comungados”: os sujeitos concordam em relação aos principais traços de sentido. O mesmo não pode ser dito se levarmos em conta algumas interações no domínio político, como veremos a seguir.

⁹ A explicação pode ser encontrada em <https://www.youtube.com/watch?v=HOJMQ-pLJQg>. Acesso em 13 nov. 20.

¹⁰ Parece provável considerar que o mesmo processo pode estar atrelado a outros domínios discursivos, o que pode se configurar como mote para análises futuras.

A NEGOCIAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM OBJETO NÃO COMUNGADO

Em *Apologia da polêmica*, Amossy (2017) apresenta uma tese interessante quanto à natureza da prática de argumentar. A autora inicia sua reflexão informando que, para muitas perspectivas teóricas (a Nova Retórica, por exemplo), a argumentação é percebida como um confronto entre ideias distintas o qual se encaminha para o estabelecimento de um consenso. Nessa busca pelo consenso, estaria o cerne das sociedades democráticas, em que as vozes se unem para encontrar a tese que mais favorece o bem comum.

Amossy propõe uma visão distinta de argumentação: há inúmeros casos em que a ação de argumentar não tem por princípio a busca pelo consenso. Ocorre exatamente o inverso: nessas práticas, os locutores assumem, desde o início, que a tese que defendem não será plenamente aceita nem pode ser incorporada a outras teses para daí se chegar a uma nova tese mais harmônica. Nesses casos, a polêmica é o mote principal, e a sua manutenção é uma necessidade. A autora acrescenta, ainda, que a democracia se beneficia muito mais desse tipo de movimento que do movimento anterior, uma vez que, na prática de estimular o dissenso, vozes destoantes não se deixam abafar.

A partir da reflexão de Amossy, podemos estabelecer uma relação entre dois processos distintos de negociação para a construção dos objetos de discurso. No primeiro processo, considerando-se perspectiva de argumentação como busca de consenso, estariam as negociações conforme sempre se exemplificou nos estudos sobre referenciação (e que demonstramos na seção “O princípio da negociação em referenciação”): os sujeitos participam da interação com o intuito de colaborar para a construção de objetos de discurso razoavelmente especificados e comungados; uma conclusão a partir dessa premissa é a de que o avanço da interação só se dá se essa base comum for assentada.

No segundo processo, considerando-se a perspectiva de argumentação como a manutenção do dissenso, podemos assumir que os participantes da interação propõem traços diferentes para um mesmo objeto, sem que isso implique, necessariamente, a interrupção da progressão textual. Até o momento, esse tipo de consideração sobre a prática de construção da referência não foi feito, de modo que consideramos como uma das contribuições deste artigo a análise de uma dessas práticas. Vamos, então, aos textos que embasarão nossa reflexão.

(7)

Pais e alunos deveriam criticar doutrinação nas escolas

(Gustavo Ioschpe)

Publicado em 04/09/2016, 02h03

Todo cidadão brasileiro deveria saber que nossas escolas são templos de doutrinação político e ideológico, que essa conduta é indevida e que ela tem impactos nefastos no nosso sistema educacional e no futuro do país. Vamos por partes.

Que nossas escolas, tanto públicas quanto particulares, foram há muito invadidas por pregação ideológica, quase sempre de viés filossocialista, não deveria ser novidade para ninguém. Os próprios professores são réus confessos. Em perfil do nosso professorado publicado pela Unesco e pelo Ministério da Educação (<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001349/134925por.pdf>), 72% de nossos mestres dizem que a função principal do professor é “formar cidadãos conscientes”. “Proporcionar conhecimentos básicos” ficou com 9%, e “formar para o trabalho” foi mencionado por 8%.

No mesmo questionário, 55% dos professores discordam (!) da seguinte afirmação, relativa ao comprometimento do profissional em início de carreira: “A atividade docente deve reger-se pelo princípio da neutralidade

política”. Caso você tenha alguma dúvida sobre para que lado pende o viés político adotado na sala de aula do seu filho, saiba que 76% dos professores dizem que “A liberdade e a igualdade são importantes, mas, se tivesse que escolher uma das duas, consideraria a igualdade como mais importante, isto é, que ninguém se veja desfavorecido, e que as diferenças de classe social não sejam tão fortes”.

[...] A inclusão da filosofia e da sociologia como disciplinas obrigatórias no nosso currículo é garantia de que, se todas as outras disciplinas não tiverem conseguido fazer nosso aluno pensar do jeito “certo”, haverá mais duas oportunidades de doutrinação, para que todos possam realizar seu catártico praguejamento contra as elites, o neoliberalismo e o jugo capitalista.

Chega a ser quase surreal ter de argumentar que uma escola – especialmente a pública, da qual os filhos do cidadão de menos condições socioeconômicas recebem a escolarização obrigatória – não tem o direito de usar de seu público cativo para expressar os pontos de vista políticos de seus professores. [...]

O professor que faz política em sala de aula é um duplo traidor. Trai a confiança do aluno na sua imparcialidade e na crença de que um professor não abusará da sua posição de poder para tratar de assuntos que transcendem o universo acadêmico, e trai também a ciência que representa, pois, a partir do momento em que se posiciona, não há como saber quantas e quais distorções ele haverá de fazer sobre a matéria que deveria ensinar para que ela se adéque à sua cosmovisão.

No Brasil atual, porém, nem acho que essas traições sejam a faceta mais condenável da saturação ideológica vivida em nossas salas de aula. A consequência mais perniciosa dessa politização é que ela serve para encobrir a acachapante incapacidade de nossa escola de cumprir sua missão. Se você reclamar de algum profissional por ele não estar conseguindo cumprir seu trabalho a contento, a maioria deles haverá de buscar melhorar e se sentir embaraçado pela crítica.

Diga a um professor brasileiro típico que seus alunos estão analfabetos, ou não sabem fazer uma multiplicação, ou que não dominam qualquer outra competência básica que qualquer pessoa precisa ter em sua vida e ele lhe responderá que “educação é muito mais do que isso”, “essa é a agenda neoliberal da formação para o trabalho”, “isso é reducionismo”, “a formação do cidadão crítico e consciente é muito mais importante” e outras tertúlias.

[...] Não poderia concordar mais, portanto, com o diagnóstico do movimento Escola Sem Partido. Sou partidário da causa. Mas discordo da posologia. A solução para esse problema não é uma lei. Nem uma lei que proíba os professores de se posicionarem politicamente, como aquela aprovada em Alagoas e que tramita em outros Legislativos estaduais, nem aquela que defende a mera colocação de cartazes em sala de aula alertando alunos contra a pregação dos mestres, como quer o projeto de lei federal. Creio que ambas serão inúteis, porque não se pode fiscalizar o que ocorre em cada sala de aula do país, e o aluno não tem poder para impedir que seu professor destile sua cantilena.

[...] Nossos problemas educacionais – tanto a ideologização quanto a péssima qualidade do ensino – têm a mesma causa-raiz: quase ninguém se importa com o que acontece em nossas escolas, quase ninguém reclama. Não precisamos de mais leis. Precisamos, isso sim, de pais e mães que devam uma porcentagem minúscula de seu tempo para saber o que acontece na aula de seus filhos e se organizem para, juntos, reclamar junto ao diretor de sua escola ou à secretaria de educação do seu município ou estado.

Pode apostar e me cobrar: no momento em que um professor ou diretor souber que vai ser incomodado por um grupo de pais porque seu filho teve uma aula medíocre ou eivada de propaganda política, começaremos a ter a educação de que precisamos.

(Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/09/1809613-pais-e-alunos-deveriam-criticar-doutrinacao-nas-escolas.shtml?mobile>. Acesso em: 14 set. 2016).

(8)

Quem defende pauta do Escola sem Partido pensa que tem filhos idiotas
(Ricardo Lísias)

Publicado em 07/09/2016, 12h00

Até o domingo passado, eu não tinha dado atenção ao tal movimento Escola sem Partido. A reivindicação é tão rasa e absurda que não me parecia merecer mais que um muxoxo desinteressado. Eu reagiria dessa mesma forma ao artigo de Gustavo Ioschpe, se o começo do segundo parágrafo não me causasse uma sensação curiosa: se o que ele escreve for verdade, eu não estudei no Brasil. Fiquei tão perplexo que resolvi ver do que se tratava.

Reproduzo o trecho que causou meu espanto: “Que nossas escolas, tanto públicas quanto particulares, foram há muito invadidas por pregação ideológica, quase sempre de viés filossocialista, não deveria ser novidade para ninguém”. Frequentei o ensino fundamental e o médio em escolas públicas, na maior parte das vezes, mas fui alfabetizado em uma escola privada. Fiz a graduação na Unicamp, onde também defendi uma dissertação de mestrado. Meu título de doutor é da Universidade de São Paulo. Estudei no Brasil e posso dizer com toda segurança que Ioschpe está pintando uma realidade que não existe.

Quando eu estava no primeiro ano da graduação, por exemplo, um professor de latim entrou na sala de aula e, antes de se sentar, viu o cartaz de uma palestra que seria proferida na semana seguinte. “Isso é coisa de petista”, ele comentou rindo, “não percam seu tempo com uma bobagem dessas”. Era um homem elegante, culto e de ideias conservadoras. Muitos alunos o adoravam.

[...] A Faculdade de Direito do Largo de São Francisco abriga a professora Janaína Paschoal, mas também a dignidade jurídica de Rafael Mafei Rabelo Queiroz e Conrado Hübner Mendes, que, neste mesmo jornal, com equilíbrio e segurança, demonstraram a ilegalidade da repressão policial às manifestações que pedem, entre outras coisas, eleições diretas para presidente agora mesmo. Salvo engano, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, para muitos um antro comunista, forneceu ministros em todos os governos do pós-ditadura, de José Sarney a Dilma Roussef. O privatista Fernando Henrique Cardoso saiu da FFLCH. Pela lógica de Ioschpe, ele é um filossocialista!

O tal centro de doutrinação que essas pessoas querem construir não passa de delírio. A universidade abriga na verdade uma quantidade muito grande de pessoas que pensam de formas muito diferentes. Os defensores do tal Escola sem Partido acham que pensar diferente deles é um erro. Para muitos (não é o caso de Ioschpe), um crime.

Antes de continuar, vale a pena pensar nos ciclos de ensino fundamental e médio. Ioschpe defende que aqui também a única coisa que os alunos recebem na escola é doutrinação de esquerda. Para se embasar, lança mão de uma pesquisa cujas perguntas já são, por si mesmas, equivocadas. É um absurdo pedir para alguém escolher entre liberdade e igualdade. Uma não existe sem a outra.

Podemos nos deter um instante sobre as ocupações que estudantes promoveram em suas escolas públicas no ano passado e chamaram a atenção do mundo inteiro. Se formos dar crédito para as ideias do movimento Escola sem Partido, eles estavam reivindicando que o controle dos meios de produção passasse para as mãos dos trabalhadores, que o sistema bancário fosse abolido e que soviets fossem logo formados para a administração da nova sociedade vermelha.

Os estudantes reivindicavam de fato merenda de melhor qualidade, o fim da proposta que os afastaria de suas escolas de origem e um pouco mais de dignidade no ensino. Simplesmente isso. Mesmo essas propostas não receberam apoio nem sequer de todos os seus professores. Onde está a doutrinação filossocialista, se vários docentes defenderam abertamente a invasão dos prédios pela polícia? O Escola sem Partido acaba de inaugurar uma figura curiosa: o comunista que é a favor de merenda ruim para quem não pode pagar uma escola particular.

Há ainda uma curiosidade no libelo delirante de Ioschpe: o pensamento de esquerda seria ideologizado. O dele, não... É curioso ver como essa gente vai operando sutilezas semânticas para criar a realidade que lhes interessa. A intenção aqui é bastante clara: o pensamento imparcial seria aquele que defende o mercado, o neoliberalismo e seu parque de diversões financeiro. Será que essas pessoas acham que só elas compreendem as nuances da linguagem?

O real objetivo das ideias que Gustavo Ioschpe defende é esconder uma questão que os conservadores detestam. O que impede a escola brasileira, em qualquer grau, de atingir melhores níveis não é o viés ideológico de seus professores. Na verdade, eles ganham muito mal, o governo retira continuamente verbas da educação e, no geral, não existe nenhum tipo de estímulo para a carreira docente. O objetivo desse Escola sem Partido é agravar ainda mais esse quadro. Posso dizer com toda tranquilidade que não existe doutrinação nenhuma nas escolas. Cada professor pensa de um jeito e há uma enormidade de conservadores dando aula, possivelmente na mesma proporção que nas outras profissões. Achar que uma pessoa possa não ter uma ideologia é uma bobagem, das tantas que tomaram conta do Brasil. Peço desculpas por ter escrito só obviedades.

Eu queria, porém, terminar com outra. Como todo mundo sabe, convicções políticas se formam a partir de múltiplas experiências. A escola é apenas uma delas. A propósito, durante a vida nossas inclinações vão mudando, sendo testadas, aprimoradas e transformadas. As pessoas que defendem a pauta do movimento Escola sem Partido acham que o filho se dobra a qualquer opinião, não sabe pensar sozinho e vai ter sempre a mesma idade. Acreditam portanto que colocaram no mundo idiotas.

Parem de envergonhar seus filhos.

(Disponível em <http://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/09/1810775-quem-defende-pauta-do-escola-sem-partido-pensa-que-tem-filhos-idiotas.shtml>. Acesso em: 14 set. 2016).

Os textos (7) e (8) apresentam um conjunto de referentes comuns, dentre os quais destacamos <escola brasileira>; <professor no Brasil>; <ideologização>; <processos educacionais>; <movimento Escola sem Partido>. A compreensão dos textos revela que os traços de sentido impressos a esses referentes são, na maior parte das vezes, diametralmente opostos. Tratemos, a título de ilustração, do referente <movimento Escola sem partido>; enquanto, no texto (7), o movimento é uma entidade com uma causa legítima, o qual, no entanto, precisa rever seu método de atuação, no texto (8), ele é perspectivizado como um movimento com uma reivindicação rasa e absurda, cujos membros provavelmente consideram seus filhos uns idiotas.

Fica claro, a partir da compreensão sobre como os textos referenciam seus objetos de discurso, que não há objetos comungados. Nenhum dos dois locutores parece intencionar que suas teses sejam tratadas como ponto de partida para que se chegue a um consenso. Práticas comunicativas semelhantes a esta são bastante frequentes, o que nos leva a concordar com Amossy (2017) quando ela diz que o espaço de disputa é que dá o tom do fazer argumentativo.

A análise/discussão que empreendemos sobre os textos (7) e (8) pode sofrer uma crítica que julgamos relevante comentar. Seria possível questionar que, em estudos sobre referenciação, o

habitual é que, quando se trata de analisar a negociação, leva-se em conta a interação efetivada por meio de um único texto, de modo que interessa refletir sobre como os interlocutores (dois ou mais participantes de uma interação síncrona, ou o locutor e seus destinatários em uma interação assíncrona) consideram a interferência do outro na construção da referência.

Se as análises se pautam pela negociação que ocorre na interação mediada por um único texto, então não caberia falar em negociação quando estivéssemos tratando de dois textos distintos, como acabamos de fazer. Isso quer dizer, por exemplo, que a construção do referente <movimento Escola sem Partido> no texto (7) pode prescindir do que se diz sobre o mesmo referente no texto (8), de modo que é possível continuar considerando que esse referente é comungado: o locutor e seus destinatários podem atribuir ao referente os mesmos traços de sentido, do mesmo modo que os leitores do romance *A menina que não sabia ler* vão construir os mesmos traços essenciais sobre Florence.

A crítica parece procedente, mas podemos refutá-la com base em dois argumentos. Primeiro, é possível reconhecer uma tendência, em análises mais recentes sobre o fenômeno da referencialização, de considerar que a referência pode se construir a partir da presença de um mesmo objeto de discurso em mais de um texto. Isso é verdade, por exemplo, para referentes de séries narrativas que se estabelecem por episódios ou volumes (CUSTÓDIO FILHO, 2015). No caso específico dos referentes presentes nos textos (7) e (8) (os quais não se assemelham, em relação ao processo de atribuição de sentidos, a referentes de textos narrativos), pensamos que certos objetos – os embutidos em reflexões sociais de questões da atualidade – perpassam textos diversos, de modo que um mesmo sujeito, por meio do contato com esses diferentes textos, pode atribuir traços diferentes a esses objetos. Isso quer dizer que um dado referente, para um dado sujeito, pode ser construído a partir de múltiplas fontes.

Segundo, mesmo que consideremos a negociação em apenas um texto – o texto (7), por exemplo –, ainda assim é possível prever que, a depender do leitor, os referentes não serão comungados. Isso porque, como podemos concluir a partir do trabalho de Amossy (2017), os textos polêmicos são produzidos não primeiramente para convencer sujeitos supostamente indecisos sobre uma questão; os locutores sabem (e usam desse conhecimento) que seus textos têm dois grupos de destinatários – os “nossos” e os “não nossos”. Óbvio é que os percursos de leitura serão diferentes e que, para os “não nossos”, muito dificilmente haverá uma “harmonia referencial” na construção da coerência. Na verdade, ao trazermos os dois textos para uma análise conjunta, só estamos explicitando, para os objetos de discurso destacados, traços diferentes que os próprios leitores atribuem independentemente de terem acesso a ambos os textos.

Resta, ainda, questionar se, quando estamos tratando do processo de construção de um referente não comungado, ainda podemos falar em negociação, já que, nesse caso, não há colaboração. Sobre isso, pensamos que, no cerne da negociação, está embutido um processo de busca de compreensão (aceitabilidade) – negociar implica, em certa medida, compreender o projeto de dizer do outro. Para além disso, a construção da referência (e, conseqüentemente, da coerência) será eminentemente dependente do fluxo das interações e das conseqüências que as interações acarretarão para a vida dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma frase atribuída a George Bernard Shaw diz que “A ciência nunca resolve um problema sem criar pelo menos outros dez”. De fato, é absolutamente salutar que o conhecimento científico dentro de uma determinada área possa se construir com base no movimento de atestar verdades

transitórias, convincentes, que possam ser falseadas (POPPER, 1993) conforme os investigadores diligentes se deparem com novas questões e novos olhares.

Pensamos que o fazer científico empreendido pela Linguística Textual (LT) de feição brasileira tem se pautado por essa tônica. A LT não se furta de rever seus próprios postulados e buscar descrições, explicações e posicionamentos que, partindo dos mesmos postulados (de feição socio-interacionista, cognitiva e discursiva), revelem novos caminhos.

Neste artigo, tencionamos seguir essa prática a partir de uma rediscussão do princípio da negociação na construção da referência. A partir de uma posição inicial bem consubstanciada nas pesquisas da área – a de que a negociação implica a colaboração dos sujeitos com vistas ao estabelecimento de uma “harmonia” na elaboração de referentes –, trouxemos à cena análises que ampliam as possibilidades de construção negociada dos referentes. Não se trata de negar o que já se assentou, mas de mostrar possibilidades diferentes que denotam a complexidade inerente à análise de qualquer estratégia textual-discursiva.

Com isso, cremos ter mostrado que a intenção de que os interlocutores elaborem referentes mais ou menos definidos, mais ou menos consensuais, determina as escolhas materiais e o modo como a negociação pode/deve ser instaurada em cada situação. Perpetuamos, assim, a convicção dos pesquisadores em LT de que, se queremos explicar/discutir os procedimentos de que os sujeitos lançam mão ao produzirem e compreenderem textos, não podemos tratar como menos complexos processos que investem no dinamismo das práticas de linguagem, que sempre ocorrem a partir de múltiplas dimensões – do humano, da língua, da mente e da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Contexto, 2017.
- APOTHÉLOZ, D. Référent sans expression référentielle: gestion de la référence et opérations de reformulation dans des séquences métalinguistiques produites dans une tâche de rédaction conversationnelle. In: NÉMETH, E. (Org.). *Pragmatics in 2000: selected papers from the 7th International Pragmatics Conference*. Antuérpia: International Pragmatics Association, 2001, p. 30-38. v. 2
- BEAUGRANDE, R. A.; DRESSLER, W. U. *Introduction to text linguistics*. Londres e Nova York: Longman, 1981.
- BENTES, A. C.; RIO, V. C. A construção conjunta da referência em uma entrevista semimonitorada com jovens universitários. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 265-291.
- CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
- COSTA, N. B. *A produção do discurso literomusical brasileiro. 2001*. Tese (Doutorado em linguística) – Pontifícia Universidade Católica. 2001.
- CUSTÓDIO F. V. *Expressões referenciais em textos escolares: a questão da inadequação*. 186p. Dissertação (Mestrado em Linguística). - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- CUSTÓDIO F. V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 2011. 329f. Tese (Doutorado em Linguística). - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

- CUSTÓDIO FILHO, V.. Análise da referenciação por meio de traços de significação. In: FIGUEIREDO, M. F. *Textos: sentidos, leituras e circulação*. Franca, SP: Unifran, 2014, p.199-224.
- CUSTÓDIO FILHO, V.. Referenciação intertextual: análise da construção de objetos de discurso em narrativas com episódios. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 13, n. 25, p. 256-277, 2015.
- FERREIRA NETO, J. A. *Desenvolvimento de estratégias de referenciação na produção de textos narrativos: uma proposta de interação professor-aluno*. (no prelo)
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da Linguística*. Campinas, SP: edição particular, 1982, p. 81-103. v. 4.
- ILARI, R. Alguns problemas no estudo da anáfora textual. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.
- MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 11-31.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. Tradução Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA e SILVA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.
- POPPER, K. R. *A lógica da pesquisa científica*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

UM ESTUDO SOBRE CLASSIFICAÇÕES DE TIPOS DÊITICOS

A STUDY ON CLASSIFICATION OF DEICTIC TYPES

Alena Ciulla*, Mayara Arruda Martins**

RESUMO

No que tange à dêixis, numerosos são os trabalhos, já que se trata de assunto de extrema relevância, tanto para os estudos sobre referência, quanto para os estudos do texto. Também há diversas classificações de tipos dêiticos. Por isso, neste trabalho, investigamos duas diferentes propostas de classificação de tipos dêiticos, identificando os critérios de que partem. Nosso objetivo, a longo prazo, no decorrer da pesquisa de mestrado em que se insere este artigo, é o de verificar a possibilidade de chegar a um quadro de tipos dêiticos, conforme critérios homogêneos de classificação. Trata-se, contudo, aqui, de um ponto de partida, para fazer um reconhecimento dos estudos na área. Identificamos dois critérios principais que, na maior parte dos trabalhos, norteiam tanto a definição de dêixis quanto a classificação em tipos, quais sejam, o da subjetividade e o da ostensividade. Porém, um dos problemas identificados é que alguns tipos se sobrepoem, ou não atendem rigorosamente a esses critérios. Assim, enfatizamos a necessidade de um aprofundamento da reflexão, para dar continuidade a esse estudo, abrindo perspectivas de lançar bases mais sólidas para uma classificação abrangente.

Palavras-chave: Dêixis. Referenciação. Tipos de dêiticos.

ABSTRACT

Regarding deixis, there are many works, since that is an extremely relevant subject, both for reference studies and for text studies. There are also several different classifications of deictic types. Therefore, in this work, we investigate two different proposals for the classification of deictic types,

* Doutora em Linguística (UFC). Professora do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, UFRGS.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

identifying the criteria from which they depart. Our objective, in the master degree's research in which this article is inserted, is to verify the possibility of a framework of deictic types, according to homogeneous classification criteria. However, this is a starting point in order to recognize the studies in the area. We identify two main criteria that, in most of the works, guide both the definition of deixis as to a classification in deictic types, which are subjectivity and ostensivity. However, one of the problems is that some types overlap or do not strictly follow those criteria. Thus, we emphasize the need for a deepening reflection, to continue this study, opening perspectives to lay more solid bases for a comprehensive classification.

Keywords: *Deixis. Referentiality. Types of deixis.*

INTRODUÇÃO

A motivação para este artigo surgiu a partir de estudos sobre a dêixis, considerando a importância de haver um trabalho que discutisse os tipos de dêiticos propostos pela literatura especializada. Isso porque não há um consenso, entre os autores, sobre os critérios para uma classificação dos dêiticos nem mesmo sobre a própria definição de dêixis.

O objetivo, neste artigo, é o de fazer um reconhecimento dos estudos na área, com o intuito de, em trabalhos futuros, chegar a um quadro classificatório consistente de tipos dêiticos.

A seguir, listamos brevemente os dois trabalhos que nortearam os passos iniciais desta pesquisa e a partir dos quais já se pode perceber a discussão que emerge quando o assunto é dêixis.

Cavalcante (2000) retomou os cinco tipos clássicos de dêixis – pessoal, social, espacial, temporal e discursivo – colocando-os em uma escala de subjetividade e relacionando-os à ocorrência de anáforas, com foco, principalmente, na dêixis textual. Apresentou, ainda, características fundamentais de cada um deles e funções que eles podem desempenhar nos mais variados contextos. Em nossa análise, aqui, detemo-nos apenas na classificação sugerida pela autora.

O segundo principal trabalho investigado nesta pesquisa foi Fonseca (1989). Em seu estudo, esta autora discutiu a dêixis *am phantasma*, proposta por Bühler (1982)[1934] pioneiramente, redefinindo-a como dêixis fictiva. Foram levantados questionamentos acerca do fator tempo (dêixis temporal) – já discutido em Fonseca (1985) – em que a autora associa as instâncias de pretérito e futuridade ao tempo presente, definido a partir do *eu*. Tudo isso, a autora definiu como “manifestação do poder da linguagem”. Fonseca também propôs a dêixis modal, que pode ser exemplificada por ocorrências, principalmente, do termo “assim”, conforme demonstrado em Fonseca (1996) e explicado com mais detalhe neste artigo.

Tratamos, a seguir, primeiramente, da noção fundamental de dêixis, conforme proposta original de Bühler (1982)[1934], que orienta grande parte dos estudos sobre o assunto, incluindo os que resenhamos aqui.

1 BÜHLER E A NOÇÃO FUNDAMENTAL DE DÊIXIS

O termo *dêixis* foi tomado de empréstimo do grego, em que significava “apontar” ou “indicar” e, ainda que diferentes aspectos e tipos sejam mencionados na literatura, esse fenômeno conserva o apontamento, ou a remissão, como característica fundamental na maior parte dos trabalhos.

Isso se deve, em parte, ao fato de que a maioria dos trabalhos sobre dêixis, dentre eles os dois em foco neste artigo, tem Bühler (1982)[1934] como texto medular. O autor advogou a fusão e a interseção dos processos perceptuais e linguísticos na sua teoria da linguagem e foi o primeiro a definir a dêixis.

Como psicólogo, Bühler (1934) observou a dêixis sob um ponto de vista da percepção humana. Para o autor, uma pessoa percebe seu corpo em relação a sua orientação visual e a usa de maneira dêitica. Assim, a sua representação consciente, experimentada da percepção corporal, é feita em relação ao espaço visual. A orientação espacial, tanto para um homem quanto para um animal, ainda conforme o autor, nunca é simplesmente uma questão de visão conceitualmente isolada. As informações sobre a visão, audição e percepção são, segundo Bühler, recebidas e processadas em conjunto.

Para o autor, então, quando uma pessoa usa um termo dêitico, ela o faz considerando o seu corpo em relação a sua orientação visual, dependendo não da representação convencional, mas de sinais de apontamentos, na situação comunicativa.¹

Daí a sua proposta de uma divisão em dois tipos de signos linguísticos, os *Zeigwörter* (palavras mostrativas) e os *Nennwörter* (palavras nomeadoras). *Zeigwörter* são, nesta proposta, as expressões dêiticas, que compõem o *campo dêitico* da linguagem, cujo ponto zero – a *origo* – é fixado pela pessoa que está falando, pelo local da comunicação e pelo momento da comunicação: *eu, aqui e agora*, respectivamente. As expressões dêiticas são, para o autor, sinais vazios, cujo sentido é determinado em uma dada situação de comunicação, em que a atenção do destinatário é guiada pelo apontamento do emissor. Em oposição, o *campo simbólico* compreende as *Nennwörter*, as quais funcionam, na concepção do autor, como *símbolos*. O sentido de uma expressão dêitica, para Bühler (1982)[1934], seria determinado, então, em uma situação referencial de apontamento, enquanto que o sentido de uma expressão simbólica seria determinado pela relação com outros itens linguísticos, tanto os do conhecimento linguístico dos falantes, quanto os do conhecimento em uso pelos falantes. Dessa maneira, apontar e nomear seriam atos distintos para os quais a língua forneceria dois tipos de signos com diferenças em termos funcionais.

A seguir, explicitamos, brevemente, alguns pontos nevrálgicos sobre essa definição de dêixis, que foram explorados de diferentes maneiras, na literatura, em especial por Cavalcante (2000), Ciulla (2002) e Fonseca (1985;1989;1996).

2 O CONCEITO DE DÊIXIS EM DISCUSSÃO

Cavalcante (2000), em conformidade com Lahud (1979), alega que a dêixis não pode ser tratada meramente como uma indicação sem nenhuma correspondência simbólica, conforme descrita por Bühler (1982)[1934].

Lahud (1979), valendo-se da noção de símbolo-índice da filosofia, chega a um conceito de dêixis que implica uma relação entre o objeto e as circunstâncias discursivas. Segundo o autor, as palavras dêiticas, embora tenham uma significação constante, mudam de referência conforme as transformações “nas condições de sua elocução” (LAHUD, 1979, p. 68). Assim, palavras como *eu, você, aqui, ali, hoje, ontem, aquilo* etc. trocam de referente em função da perspectiva que o

¹ Optamos por manter, aqui, os termos de Bühler (1934) para *emissor, destinatário, parceiros e situação* (da comunicação), condizentes com uma concepção de língua como código, para a melhor compreensão das bases filosóficas do autor. No entanto, observamos que em nossa proposta não se mantém essa concepção, pois nos fundamentamos em pressupostos influenciados pelos estudos cognitivos e enunciativos, em que os participantes do ato comunicativo não simplesmente decodificam uma mensagem, mas têm um papel de construir intersubjetivamente os sentidos (ver MONDADA; DUBOIS, 2003 e APOTHÉLOZ, 2001).

falante toma no ato da comunicação. O referente de um dêitico é um vazio que pode ser ocupado por todos os “particulares” capazes de estabelecer com o ato de fala a relação significada pelo dêitico em questão.

Por causa dessa característica, Bühler (1982)[1934] havia, inclusive, atribuído aos dêiticos uma “frouxidão ou indeterminação lógica”. Contra isso, Lahud (1979) afirma que, de fato, o referente é indeterminado, mas o dêitico ao qual está vinculado indica uma relação bem determinada, e socialmente convencionada, entre o objeto e as circunstâncias da interação.

Sob esse ponto de vista é que os dêiticos poderiam ser considerados “símbolos-índices”, conforme Lahud (1979). Enquanto índices, seriam termos referenciais que individualizam um objeto discursivo de forma dinâmica, ou seja, remeteriam simultaneamente ao objeto e à situação discursiva (a qual varia de acordo com as “condições de elocução”). Por outro lado, também podem ser vistos como símbolos, pois assumem um significado convencional, estabilizado, codificado na língua sob a forma de pronomes ou demonstrativos e, além disso, possuem registro em dicionário.

É interessante notar que Bühler parte de uma abordagem da Psicologia para teorizar sobre a dêixis, e em uma perspectiva em que a língua é vista como um instrumento que os falantes usam para desempenhar atos de fala (DIESEL, 2012). Tal visão de língua como instrumento não coincide com a abordagem de Lahud, fortemente influenciado pela teoria enunciativa de Benveniste, nem com as abordagens mais recentes da Linguística Textual/Referenciação, no Brasil, como a que adotamos aqui, em que se considera que a língua é um processo de interação e que o sentido é flutuante, completando-se somente na negociação entre os falantes, a cada nova situação enunciativa. Assim, entre outras questões decorrentes disso, a subjetividade, em Bühler, diz respeito ao caráter mais formal da língua e à situação enunciativa estrita, isto é, ao fato de que a dêixis é instaurada pela primeira pessoa *eu*. Além disso, na relação com o *tu*, o que interessa a Bühler não diz respeito à complexa relação de intersubjetividade, mas meramente ao papel do falante ao guiar, através de um dêitico, a percepção do destinatário a um determinado referente. Nas palavras do autor:

Em suma: as palavras dêiticas, fonologicamente distintas entre si, exatamente como quaisquer outras palavras, são um expediente para guiar os parceiros (da comunicação). O destinatário é convocado por elas, para que dirija o seu olhar, e, mais amplamente, a sua atividade de busca perceptual, a sua atenção na recepção dos sentidos; as palavras dêiticas, com ajuda de pistas do tipo gestuais e seus equivalentes, tornam mais precisa e complementam a orientação do destinatário a respeito dos detalhes da situação (BÜHLER, 1934, p. 105-106) [Tradução nossa do original, em alemão].²

Transpondo a teoria de Bühler para uma concepção enunciativa da língua, de acordo com Benveniste (1988), de fato, somente os pronomes pessoais *eu* e *tu/você* podem tomar da palavra e pertencem a uma dimensão (inter)subjetiva da linguagem, com a função de remeter à situação enunciativa. Contudo, de um ponto de vista mais profundo sobre a situação em que as operações simbólicas e de apontamento são realizadas, Cavalcante (2000) vê a necessidade de salientar o papel do sujeito da enunciação como centro do sistema de coordenadas, o que confere à dêixis um caráter subjetivo de modo mais amplo, pois intersubjetivo, conforme também apontado por Benveniste

² “Kurz gesagt: die geformten Zeigwörter, phonologisch verschieden voneinander wie andere Wörter, steuern den Partner in zweckmäßiger Weise. Der Partner wird angerufen durch sie, und sein suchender Blick, allgemeiner seine suchende Wahrnehmungstätigkeit, seine sinnliche Rezeptionsbereitschaft wird durch die Zeigwörter auf Hilfen verwiesen und deren Äquivalente, die seine Orientierung im Bereich der Situationsumstände verbessern, ergänzen” (BÜHLER, 1934, p.105-106).

(1988).³ Assim, ainda que a questão formal seja fundamental para o reconhecimento e definição da dêixis, não basta identificar quem diz *eu*, mas é preciso compreender o papel do sujeito da enunciação e tudo o que de complexo isso implica. A subjetividade é, portanto, um fenômeno de profunda complexidade e não se restringe à questão formal de remeter às pessoas do discurso.

Mas é em Lyons (1982) que Cavalcante (2000) se apoia para defender um deslocamento, então, da noção de subjetividade, que, além de conter a noção formal de subjetividade ligada às pessoas do discurso (i.e. *eu* e *tu/você*), condiz com a crença da autora no fato de que não é exatamente o falante o centro da enunciação, mas a sua relação com o discurso e com o contexto de produção. Sob esse ponto de vista, então, a característica mais importante da língua é a relação entre os sujeitos participantes do ato comunicativo, considerando os usos que fazem da língua e o contexto cultural em que se inserem. Nas palavras de Cavalcante (2000), não é o falante o centro da enunciação, “mas a relação entre o falante, o discurso e o contexto de produção”.

A partir dessa visão de intersubjetividade e de símbolos-índice é que Cavalcante (2000) organiza sua classificação dos tipos clássicos de dêixis, de acordo com graus de subjetividade, conforme resenhamos no item 3.

Fonseca (1989; 1996) também parte da noção Bühleriana, mas discute não o princípio da dêixis, e, sim, os tipos dêiticos propostos pelo autor – ainda que, ao discutir os tipos, acabe por promover deslocamentos importantes, também, da concepção fundamental de Bühler (1982) [1934]. O foco de Fonseca (1989;1996), no que diz respeito ao funcionamento da dêixis, está na ampliação de situações enunciativas em diversos contextos, especialmente os da narrativa ficcional, ativados a partir de formas várias de mostração. Os detalhes de sua proposta são apresentados a seguir, no item 3.

3 TIPOS DE DÊIXIS

Segundo Cavalcante (2000):

A análise de Benveniste (1988) trata os pronomes verdadeiramente pessoais como “indicadores de subjetividade”; o termo *dêiticos* é reservado aos pronomes de valor demonstrativo e circunstancial, que mensuram as noções de proximidade/distância no tempo e no espaço a partir da instância discursiva que contém *eu*, explicitamente ou não (CAVALCANTE, 2000, p. 33).

E é a partir dessa afirmação que a autora propõe considerar uma escala de subjetividade para os tipos dêiticos, incluindo aí os próprios indicadores de subjetividade (ou pessoalidade), como os de maior grau na escala.

Cavalcante (2000) define, então, os dêiticos, apresentando como características fundamentais, “além da referencialidade, a natureza ostensiva, acrescida de uma avaliação do contraste de proximidade/distância em relação ao ponto zero do campo dêitico” (CAVALCANTE, 2000, p. 99). A autora apresenta uma lista, considerando que, dentre as expressões referenciais, são dêiticos: i)

³ É importante observar que Cavalcante (2000) refere-se a Benveniste (1988), que corresponde ao *Problemas de Linguística Geral I*. Contudo, esta edição, assim como *Problemas de Linguística Geral II*, compila diferentes textos não sequenciais do autor, tratando de diversos temas e sob diversas perspectivas, e que, de acordo com Flores (2013), precisam ser analisados um a um, e agrupados por temas, numa cronologia, para a compreensão da sua obra. Pela importância de Benveniste para a pesquisa sobre processos referenciais, como se pode notar, ainda, pela frequente recorrência a esse autor por parte de pesquisadores como Lahud (1979), Lyons (1982) e Cavalcante (2000), no que diz respeito à definição de dêixis, à subjetividade e aos tipos dêiticos, frisamos a necessidade de realizar um estudo minucioso da obra de Benveniste, como o que foi iniciado em Ciulla (no prelo).

pronomes substantivos demonstrativos (isto, isso, aquilo e seus equivalentes); ii) grupos nominais determinados por pronomes de valor demonstrativo, em função adjetiva (essas indagações, este meio etc.); iii) estruturas que contêm pronomes de valor circunstancial, em função adjetiva (a minha nota aqui, as crianças de hoje, os políticos daqui etc.); iv) grupos nominais precedidos de artigo definido, mas modificados por palavras de função adjetiva, com valor demonstrativo ou numeral, que indiquem a ordenação de referentes (o item seguinte, o próximo projeto etc.).

A partir dessa definição, a autora retoma os cinco tipos de dêixis – pessoal, social, espacial, temporal e discursiva (hoje, chamados de dêixicos textuais) – apresentados por Fillmore (1971), colocando-os em uma escala de subjetividade e relacionando-os à ocorrência de anáforas, com foco, principalmente, na dêixis discursiva.

Segundo os níveis de grau de pessoalidade propostos por Cavalcante (2000), a dêixis pessoal é a que apresenta maior grau de pessoalidade e é a responsável pelas indicações dos demais tipos de dêixis. Exemplo:

(1) Eu não posso pagar.

“Eu” não se refere a um indivíduo particular, mas ao próprio indivíduo que diz “eu” e só pode ser identificado dentro de uma dada instância do discurso.

A dêixis social, na classificação da autora, comporia um subgrupo da dêixis pessoal. São as formas de tratamento, como no exemplo a seguir.

(2) Professor, essa frase aqui: “A maioria da turma tiraram nota baixa” está correta?

Porém, não nos parece adequado considerar a dêixis social como um subgrupo da dêixis pessoal, pelo menos por um motivo – mas que é essencial, quando se trata de dêixis – a autorreferencialidade. Um pronome de tratamento não institui a relação fundamental e organizadora da língua *eu-tu/você*, como os pronomes de pessoa, mas está ligado às relações sociais e de poder que se estabelecem culturalmente. Ainda que superficialmente possa parecer um mero substituto de *tu/você*, a funcionalidade das expressões dêixicas sociais é bem diferente da que desempenha, na língua, a dêixis pessoal. Por esse motivo, configura-se como um assunto a ser desenvolvido em outros trabalhos.

Continuando com a escala de classificação, em segundo lugar, estaria a dêixis espacial, que deriva da marca de pessoa, por ainda requerer os espaços em que os interlocutores estão no contexto de situação imediata, supondo “o traço ostensivo primário” (CAVALCANTE, 2000). Neste tipo, são apontados os espaços em determinada situação enunciativa, tomando como ponto de partida a localização do locutor, como no exemplo:

(3) Você está vendo aquele rapaz à esquerda do coqueiro?

Note-se que é preciso saber em que posição está o enunciador, para identificar uma expressão como “à esquerda”.

O terceiro tipo clássico mencionado pela autora é a dêixis temporal, cujo exemplo é:

(4) Ontem à noite, ouvi o barulho dos bombeiros. No dia seguinte, soube que houve um incêndio num prédio a duas quadras de casa.

Aqui, para identificar “ontem”, é preciso saber o momento do enunciado – novamente, trata-se de localizar o enunciador, dessa vez, no tempo.

A dêixis temporal, por essa escala, encontra-se numa posição de terceiro lugar no grau de deiticidade, pois, segundo Cavalcante (2000), ainda que a metáfora de localização no tempo exprima bem a indissociabilidade das noções espacial e temporal, “Em seu sentido ostensivo fundamental, de designar demonstrando, a dêixis é, por definição, um meio de localizar um elemento dentro de um espaço organizado de acordo com as coordenadas do falante”. E, por isso, então, a dêixis espacial seria mais básica do que a temporal. Um exemplo de dêixis temporal que exprime distância (espaço, portanto) é:

(5) Beberibe fica a uma hora de viagem.

Por fim, a autora coloca a dêixis discursiva no último grau na escala de subjetividade, uma vez que ela “se aplica a um entorno espaço-temporal metaforizado, embora não represente uma mera transferência da situação comunicativa real para a disposição de conteúdos no texto” (CAVALCANTE, 2000). Exemplo:

(6) Já foi observado acima que...

A autora dedicou grande parte do seu trabalho ao estudo deste último tipo de dêixis elencado, em oposição – ou em convergência – à ocorrência das anáforas, apresentando, como principal semelhança entre elas, a capacidade de retomarem elementos. Além disso, apoia-se mais uma vez em Bühler (1982)[1934] para confirmar o caráter dêitico e, portanto, subjetivo, da dêixis textual, uma vez que esta, embora não aponte para a situação de comunicação dos interlocutores, requer uma ação cognitiva de considerar o ponto em que o leitor está, considerando o cotexto.

Contudo, questionamos, aqui, os inconvenientes de uma classificação hierarquizada em graus de subjetividade: haveria, então, um tipo “mais dêitico” do que outro? Ainda que do ponto de vista teórico seja interessante observar que as marcas de pessoa, sendo autorreferenciais, diferenciam-se por remeter à própria instância da situação enunciativa imediata, enfatizamos o fato de que todos os outros elementos dêiticos são também contemporâneos da instância enunciativa que contém a marca de pessoa, pois, do contrário, não seriam dêiticos. Assim, não nos parece que seja o caso de afirmar que arrefeçam em termos de subjetividade, mas apenas que não são autorreferenciais. Além disso, dependem fortemente da autorreferência e, portanto, da relação de subjetividade/pessoalidade. Aqui também sugerimos um aprofundamento, a ser desenvolvido em futuros trabalhos.

Ainda sobre tipos, seguindo uma classificação clássica, a partir das categorias de pessoa, lugar e tempo, mencionamos Ciulla (2002), que sugere acrescentar aos cinco tipos a dêixis de memória, na trilha do trabalho de Apothéloz (1995). A dêixis da memória é definida por Ciulla (2002) como a que se refere a “um espaço da memória comum dos interlocutores” e se pode observar em exemplos como:

(7) Aquele tempo em que costumávamos pescar juntos.

(8) Essas roupas que se vestem em festas para reviver os anos 70.

Tanto em 7 quanto em 8, os demonstrativos “aquele” e “essas”, respectivamente, instruem o interlocutor a encontrar o referente numa espécie de memória compartilhada. Em 7, é a memória

de um passado comum que é convocada e, em 8, trata-se da convocação para que seja ativado um conhecimento sobre o tempo presente: o modo como as pessoas costumam se vestir em festas para reviver os anos 70.

Observamos que, na classificação de Ciulla (2002), parece-nos mais adequado supor que a dêixis de memória comporia um subgrupo da dêixis espacial. O que, de certa maneira, confirma esse raciocínio são as palavras da autora, ao definir a dêixis de memória:

[...] é o processo em que se denuncia o posicionamento do enunciador no tempo e no espaço ou em que há a indicação de algum espaço – normalmente a memória –, onde podemos encontrar informações que nos servirão de base para construir um referente (CIULLA, 2008, p. 73).

Se as categorias de pessoa, lugar e tempo estabelecem as coordenadas para a compreensão dos dêiticos, a memória não desempenha a mesma função. Na dêixis de memória, trata-se de uma transposição do eixo de coordenadas, do espaço da situação imediata, para um espaço imaginado na memória. Assim, a memória não seria um eixo de coordenadas, mas aquilo em que a imaginação se fundamenta para criar esse novo espaço em que os referentes se situam.

Salientamos, aqui, que a dêixis de memória seria um tipo *in absentia*, na classificação de Bühler (1934) e, sob essa perspectiva, também, mereceria uma descrição mais minuciosa em trabalhos futuros.

No que diz respeito a tipos dêiticos, reportamo-nos, por fim, ao trabalho de Fonseca (1989), que retoma a obra de Bühler (1982)[1934], redefinindo os conceitos de dêixis *ad oculos*, *am phantasma* e anáfora, e sugerindo alteração nas denominações para dêixis indicial, fictiva e textual, respectivamente. A autora julga ainda pertinente seguir as três grandes divisões propostas pelo autor alemão.

Para Bühler (1982)[1934], o caráter dêitico é alterado de acordo com a ativação e com a mudança das diferentes formas de mostração em que se enquadram as situações enunciativas. Conforme o autor, os campos mostrativos podem ser situacionais, característicos da dêixis *ad oculos*, imaginários, que se enquadram na dêixis *am phantasma* e textuais, que constituem as anáforas. Caracterizaremos, a seguir, cada um desses tipos, conforme postulou Bühler, a fim de apresentar as modificações propostas por Fonseca (1989), bem como apresentar as definições de dêixis modal e fictiva.

A dêixis *ad oculos* diz respeito à localização dos objetos presentes em uma situação comunicativa, em um campo mostrativo situacional, a partir da ativação sensorial entre os interlocutores, que acompanham a “atualização” da situação a partir do monitoramento nas interações face-a-face. Desse modo, é pela “ativação sensorial”, pela necessidade de acompanhar por vias sensoriais (“olhando” mesmo para os objetos presentes em dado momento de comunicação) a situação comunicativa, que Bühler a define assim. Para esse tipo de dêixis, destacamos o uso dos pronomes demonstrativos, que são termos que possuem usos diferenciados pela proximidade dos referentes em relação à localização dos interlocutores no momento da enunciação. Exemplo:

(9) Sou eu o pai deste menino.

No exemplo, pressupõe-se uma cena em que esteja presente um menino, a quem o locutor apresenta como sendo seu filho. É preciso estar na mesma cena, para saber de quem se trata.

No entanto, para Fonseca (1989; 1996), não somente a partir dessa forma de monitorar se dão as ocorrências dêiticas, por isso prefere modificar o termo para dêixis indicial, pois, segundo a autora, é possível identificar os referentes presentes em determinada situação a partir de outros

meios, como sons, timbre de voz, percepção do local de onde se fala, entre outros. A autora justifica sua reivindicação, a partir da experiência de indivíduos cegos que, naturalmente, conseguem perceber e decodificar ocorrências dêiticas através da audição. Eles podem perceber de onde vem a voz do locutor e, desse modo, instaurar o eu-aqui-agora da enunciação, bem como perceber o caráter intersubjetivo ao decodificar o eu-aqui-agora do(s) interlocutor(es).

Apresentando outro exemplo, o das comunicações por telefone, a autora afirma que é possível haver decodificação da ocorrência dêitica a partir, por exemplo, do timbre da voz de quem fala. Nessas situações, embora os interlocutores não estejam no mesmo *aqui*, é possível identificar as coordenadas dêiticas.

Uma implicação de uma noção assim tão alargada de dêixis, pelo traço da ostensão, é o fato de que, então, pela própria explicação de Fonseca (1989), um tom de voz pode ser um dêitico, o barulho de um trem que passa ou um cheiro, enfim, qualquer elemento, que ajude o interlocutor a localizar os referentes em questão, configurar-se-ia como um dêitico, esvaziando-se, assim o seu significado.

Reconhecemos que podemos contar com várias pistas, de ativação de outros referentes, conhecidos ou pressupostos, que se associam, para identificar e constituir um novo referente. Contudo, parece-nos que as palavras dêiticas são tipos especiais de pistas, por remeterem ao *eu-aqui-agora* da enunciação e constituírem-se como um importante princípio da linguagem, o qual permite que, a cada momento, cada locutor em exercício se aproprie da forma de primeira pessoa e se constitua como *eu*.

Seguindo na proposta de Fonseca (1989), o segundo tipo incluído é a dêixis modal, um subtipo de dêixis indicial, expressa por “*assim*”, que “permite apontar para movimentos corporais, atitudes e sensações de várias ordens, fazendo apelo a outros sentidos além da visão e da audição” (FONSECA, 1989, p. 122).

A autora também identificou a dêixis modal em ocorrências em que há “circunstância para além dos participantes e suas coordenadas espaço-temporais, mediante o uso do dêitico plurivalente ASSIM” (FONSECA, 1996). Como exemplo, cita:

(10) Para a massa ficar leve, é preciso amassá-la *assim*.

No exemplo, há a ocorrência dêitica explicitada pelo vocábulo “*assim*”, a qual só é compreendida, considerando-se a situação imediata de comunicação. Acreditamos, porém, que não somente a partir da marca linguística “*assim*” é possível perceber a circunstância em que se encontra o locutor em situações comunicativas. Em exemplos como “*não entre na sala desse jeito*” ou “*não fale comigo nessa altura*”, há expressões que revelam *modo* e que também só são compreendidas a partir da inserção do *eu-aqui-agora* na situação comunicativa em que essas sentenças forem proferidas.

Outra observação importante é sobre o posicionamento da autora de que a dêixis *ad oculos* (para ela, dêixis indicial) não é uma modalidade “totalmente exofórica”, uma vez que “o contexto situacional não é exterior à linguagem” (FONSECA, 1996). Neste ponto, podemos considerar que Fonseca (1996) provoca um outro deslocamento da teoria bühleriana, ao excluir a noção de *extra-linguístico*. Concordamos plenamente com esse posicionamento, que condiz com nosso pressuposto de que a língua não opera de maneira cartográfica, mapeando os objetos do mundo. Em nossa concepção, o saber se constitui na linguagem e não pode ser visto separadamente do homem que fala. De fato, a questão não é a de que o “contexto situacional não é exterior à linguagem”, a questão é que, quando nos referimos ao mundo, nós o fazemos do ponto de vista da língua. Os objetos a

que nos referimos são construtos, são fruto das noções que formulamos sobre eles e expressamos na língua. Trata-se, sempre, portanto, do modo como representamos o mundo na língua e pela língua, e não do mundo físico.

Fonseca (1989) discutiu também acerca da dêixis *am phantasma*, proposta também por Bühler pioneiramente, redefinindo-a como dêixis fictiva. Nesse tipo de dêixis, há um apontamento para os referentes ou os acontecimentos situados na memória ou na imaginação, presentes num campo mostrativo imaginário, a partir de “uma imagem mental” criada pelo interlocutor para reproduzir e se localizar, instaurando-se como uma nova *origo*.

Bühler apresentou, para a dêixis *am phantasma*, diversos usos. Não somente os literários, como se poderia pensar, considerando o caráter de fantasia, mas os que pressupõem a imaginação, de modo geral. Dá exemplos corriqueiros em sua *Sprachtheorie*, como os de projetar alterações na decoração de um cômodo, mesmo não estando presente nele, ou os de indicar itinerários, como a seguir:

- (11) Em Viena, passas pelo Graben junto à Pestsaule, vais até o Stock im Eisen e logo tens, na tua frente, um pouco à esquerda, a catedral de Santo Estêvão (traduzido do espanhol por Fonseca, 1989).

Bühler menciona, nesses casos, o que ele chama de uma *transposição*: é como se o locutor sáisse da situação enunciativa em que está, de fato – por isso, é considerada pelo autor como uma mostração *in absentia* – e instaurasse uma nova *origo* na situação imaginada, podendo, assim, localizar-se nessa outra situação enunciativa.

A redefinição da dêixis *am phantasma*, para Fonseca (1996), consiste numa “criação pela linguagem” em que há:

“evidência mental” compartilhada por locutor e interlocutor: utilizando dados presentes na sua memória e que supõe serem constitutivos da memória comum que compartilha com o interlocutor, o locutor reproduz ou constrói (imagina) uma determinada situação distinta daquela em que estão inseridos, propondo ao interlocutor uma transposição para essa situação imaginada (FONSECA, 1996, p. 442).

Podemos verificar que o exemplo de Fonseca é exatamente o mesmo que Bühler sugere, na indicação de um itinerário:

- (12) Na Rotunda da Boavista, estás a ver aquela casa verde, à direita, depois de saíres do Correio? É aí (FONSECA, 1989, p. 221).

Neste exemplo, percebemos que a situação é uma proposta de que o interlocutor imagine um local, que não é o mesmo da situação enunciativa, recuperando-o em sua memória o conhecimento que tem daquela localização. Portanto, é necessário que haja compartilhamento e monitoramento “ficcional” da situação de comunicação. Assim, a dêixis *am phantasma* é renomeada por Fonseca (1989) como *dêixis fictiva*.

Outro exemplo dado pela autora, sugerido por Bühler, é o de supor uma situação em que, imaginando uma possível disposição de móveis, um locutor diga:

- (13) Aqui fica a mesa, ao lado do armário e por baixo do espelho.

Embora, em 13, possa parecer uma dêixis *ad oculos*, trata-se, como Fonseca explica, de uma dêixis fictiva, por se tratar de um caso de transposição, em que os interlocutores são “movidos” para a situação “criada”.

Aparentemente, Fonseca apenas troca o nome da dêixis *am phantasma*, para fictiva. Supomos que o motivo da renomeação seja o seu profundo interesse em explorar a perspectiva ficcional de uso desse tipo de dêixis.

No entanto, em primeiro lugar, observamos que a característica de indicar algo *in absentia*, pertencente à dêixis *am phantasma*, ou fictiva, parece coincidir, em parte, com o primeiro tipo proposto por Fonseca (1989), que é a dêixis indicial, conforme o caso (mencionado, aqui, anteriormente) de uma pessoa que não possa enxergar, seja por um problema fisiológico, seja por não estar presente na situação mostrada, como no caso da conversa ao telefone. Tanto no caso descrito pela autora como dêixis fictiva, quanto no da dêixis indicial, em que o interlocutor não vê a cena, é preciso que o interlocutor recrie imaginativamente esta cena, através de pistas, sejam elas sensoriais ou verbais – ou uma combinação dos dois.

Essa observação fortalece a hipótese, já esboçada pela constatação de sobreposição do desempenho de “assim” e “deste modo”, de que não é o campo mostrativo “visível” ou “não visível” o que definiria um tipo de dêixis, para Fonseca (1989), mas os modos de apontamento: em situações “reais” e em situações fictícias.

Mas, há, aqui, outro problema sobre os tipos dêiticos de Fonseca (1989), já que não nos parece que a dêixis, quando em um contexto ficcional, comporte-se de maneira diferente, comparando-se a outros contextos. E, por isso, não haveria justificativa para um tipo adicional, apenas por remeter a um contexto de ficção.

No que tange ao campo mostrativo textual, último tipo descrito por Bühler (1982)[1934], o autor identifica o fenômeno da anáfora, que indicaria uma mudança no modo de funcionamento da língua para o espaço textual. O autor afirma que, assim como a mostração *ad oculos*, também é fundamental, na mostração textual, a ordem espacial, uma vez que o texto se organiza de forma linear e que a dimensão textual pode ser explorada de forma prospectiva ou retroprospectiva.

A anáfora de Bühler é identificada por Fonseca (1996) como dêixis textual/discursiva, pelo fato de apontarem para segmentos textuais no contexto verbal (cotexto), considerando, também, que há a utilização de uma “dimensão inerente ao caráter temporalmente extenso e linear da linguagem verbal que se concretiza como dimensão espacial concreta” (FONSECA, 1996).

A decisão sobre classificar expressões referenciais entre a dêixis e a anáfora já foi e continua sendo motivo de muita discussão na literatura; e o fato de remeter no cotexto não é um critério suficiente, conforme Cavalcante (2000) e Ciulla (2002), entre outros. Contudo, não nos aprofundaremos na questão nesta nossa primeira incursão no assunto. Ademais, esse problema diz respeito, antes da questão da classificação em tipos, aos próprios conceitos de dêixis e anáfora – discussão de que não poderemos fugir, mas que adiamos para uma outra etapa da pesquisa, em outros trabalhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso intuito foi o de problematizar classificações de tipos dêiticos, apresentando a discussão de autores, principalmente Cavalcante (2000), Ciulla (2002) e Fonseca (1989; 1996). Enquanto Cavalcante (2000) leva em conta o critério da pessoalidade, fundamentando-se, especialmente em Benveniste (1988), e organiza os tipos dêiticos em uma escala de subjetividade, Fonseca (1989; 1996) considera o campo mostrativo de Bühler (1982)[1934] como ponto de partida para a sua classificação. Ambas as propostas contribuem com uma profunda reflexão, de um lado, e suscitam

problemas, de outro, como a sobreposição de tipos e, principalmente, a (in)definição dos critérios que fundamentam o próprio conceito de dêixis. Daí a importância da continuidade do estudo sobre os tipos dêiticos, para que avancem os estudos nessa área.

Sugerimos, em trabalhos futuros, que além de examinadas outras classificações, sejam minuciosamente investigados os conceitos de subjetividade/pessoalidade e ostensão – os dois tradicionais pilares da noção de dêixis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOTHÉLOZ, D. Référer sans expression référentielle : gestion de la référence et opérations de reformulation dans des séquences métalinguistiques produites dans une tâche de rédaction conversationnelle. In: ENIKÖ, N. (ed.). *Pragmatics in 2000: selected papers from the 7th International Pragmatics Conference*. Antwerp: International Pragmatics Association, 2001. p. 30-38. v. 2
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- BÜHLER, K. The deitic field of language and deictic words. In: JARVELLA, R.J.; KLEIN, W. (eds.) *Speech, place and action: studies in deixis and related topics*. New York: John Wiley and Sons, 1982. p. 9-30.
- BÜHLER, K. *Sprachtheorie: Die Darstellungsfunktion der Sprache*. Jena: Fischer, 1934.
- CAVALCANTE, M. M. *Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. 2000. 204 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
- CIULLA, A. *Referência e enunciação* (no prelo).
- CIULLA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 2008. 201f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, 2008.
- CIULLA, A. *A referenciação anafórica e dêitica: com atenção especial para os dêiticos discursivos*. 2002. 90 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.
- DIESSEL, H. Bühler's two-field theory of pointing and naming and the deictic origins of grammatical morphemes. In : DAVIDSE, Kristin ; BREBAN, Tine ; BREMS, Lieselotte, MORTELMANS, Tanja. (ed.). *Grammaticalization and Language Change: New reflections*. Amsterdam: John Benjamins, 2012. p. 37-50.
- FILLMORE, C. *Lectures on deixis*. Berkeley: University of California, 1971.
- FLORES, V. N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
- FONSECA, F. I. *Deixis et anaphore temporelle en portugais*. Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas, 1985. v. 2
- FONSECA, F. I. *Dêixis, tempo e narração*. Porto: Fund. Eng. António de Almeida, 1989.
- FONSECA, F. Irene. Deixis e pragmática linguística. In: FARIA, Isabel Hub et al. *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996.
- LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo: Ática, 1979.
- LYONS, J. Deixis and subjectivity: loquor, ergo sum? In: JARVELLA, R. J.; KLEIN, W. (ed.). *Speech, place and action: studies in deixis and related topics*. New York: John Wiley and Sons, 1982. p. 101-23.

MONDADA; DUBOIS, D. Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation. In: *TRANEL* (Travaux Neuchâtelois de Linguistique), n. 23, 1995, p. 273-302. Tradução para o português: Construção dos objetos do discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

DÊIXIS E PRAGMÁTICA: UM ESTUDO DA LINGUAGEM EM CONTEXTO

DEIXIS AND PRAGMATICS: A LANGUAGE STUDY IN CONTEXT

Suelene Silva Oliveira *, Franklin Oliveira Silva **

RESUMO

O trabalho “Dêixis e pragmática: um estudo da linguagem em contexto” tem como objetivo geral verificar os fenômenos dêiticos numa perspectiva pragmática. Primeiramente, definimos dêixis e abordamos noções gerais dos processos referenciais. Em seguida, com base em pesquisas de alguns teóricos, dentre os quais destacamos Levinson (2007), Fillmore (1971) e Cavalcante (2000, 2001, 2005 e 2008), apresentamos a tipologia da dêixis e suas funções. Por fim, há uma análise na qual verificamos os casos de dêiticos temporais e espaciais que possuem um caráter híbrido (apontam e retomam) e, em destaque, as ocorrências em que o elemento dêitico, embora não mencionado por meio de uma expressão marcada no enunciado, é recuperado mediante processo de cooperação entre os participantes da situação comunicativa.

Palavras-chave: Dêixis. Referenciação. Pragmática.

ABSTRACT

The work “Deixis and pragmatics: a language study in context” aims to verify the deictic phenomena in a pragmatic perspective. First, we define deixis and approach general concepts of referential processes. After, according to Levinson (2007), Fillmore (1971) and Cavalcante (2000, 2001, 2005 and 2008), we present the Deixis typology and its functions. In conclusion, there is an analysis in which we verify the cases of temporal and spatial deictics which have a hybrid character (point and return) and, in particular, the events in which the deictic element, although not mentioned by an expression marked in the linguistic utterance, is recovered through a process of cooperation between the participants in the communicative situation.

Key words: Deixis. Reference. Pragmatics.

* Doutora em Linguística pela UFC. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará.

** Doutor em Linguística pela UFC. Professor Adjunto da Universidade Estadual do Piauí.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende abordar, ainda que de forma sucinta, a importância da Pragmática para os estudos dos casos em que a dêixis se manifesta com um caráter híbrido, atuando como uma expressão indicial e referencial, mesmo quando não há menção da expressão dêitica.

Para tratar das questões que envolvem o fenômeno da dêixis, adiantamos que não é nossa intenção dar conta das questões que emergem sobre o assunto, uma vez que, dependendo da ênfase de interpretação de cada autor, observamos que há, por vezes, destaque ora nos aspectos linguísticos, ora nos cognitivos, ou, ainda, nos contextuais.

A condição de subjetividade, no entanto, é o que torna a dêixis um fenômeno ainda mais complexo, porque, como veremos ao longo dos exemplos, nem sempre uma expressão que contém um elemento dêitico pode ser considerada uma expressão puramente dêitica e, muitas vezes, uma expressão pode ter um uso dêitico sem conter um elemento dêitico em si.

Toda a nossa análise levará em consideração as dimensões da pragmática, verificando as sentenças enunciadas num contexto e a contribuição do contexto para especificar qual proposição a sentença expressa nessa ocasião de enunciação.

2 DÊIXIS: CONCEITOS CLÁSSICOS

A noção de dêixis que adotaremos neste artigo remete a certos signos definidos como pistas que mostram o sujeito na produção do enunciado. Achamos conveniente, entretanto, recorrer ainda a algumas definições que nos oferecem os estudiosos do campo da linguagem a respeito da questão.

A palavra dêixis é de origem grega e refere-se à ação de mostrar, indicar, assinalar. Mas, para os gregos, somente os demonstrativos faziam parte dessa categoria. De acordo com Parret (1988), a noção de dêixis surge da referência gestual, isto é, no fato de o enunciador identificar o referente por meio de um gesto corporal. Ducrot e Todorov (1982, p. 379) conferem essa equivalência da dêixis à enunciação, assim como a maioria dos linguistas, ao atribuírem a denominação aos elementos da língua que se modificam conforme a situação de discurso em que são utilizados. Assim, os autores, ao conceituarem enunciação, priorizam os elementos que pertencem ao código da língua, mas cujo sentido, no entanto, depende de fatores que variam de uma enunciação para outra. Os exemplos são: eu, tu, aqui, agora etc. Eles reconhecem em Jespersen, Jakobson e, principalmente, em Benveniste os linguistas que maiores contribuições trouxeram ao tema naquele momento.

Para tratar de dêixis, adotaremos a visão de alguns autores que julgamos mais adequados ao propósito estabelecido nesta pesquisa. Entre eles, selecionamos inicialmente o conceito de dêixis estabelecido por Levinson (2007, p. 65):

Essencialmente, a dêixis diz respeito às maneiras pelas quais as línguas codificam ou gramaticalizam traços do contexto da enunciação ou do evento de fala e, portanto, também diz respeito a maneiras pelas quais a interpretação das enunciações depende da análise desse contexto de enunciação.

Essas formas dêiticas “ancoram” a enunciação para que a interpretação seja possível, para que a significação parta de algum lugar conhecido: o sujeito que enuncia, ou seja, o eu é o ponto de referência para desencadear o processo de enunciação.

Os exemplos mais comuns de dêixis são, segundo Levinson (2007, p. 65):

Os usos dos demonstrativos, dos pronomes da primeira e da segunda pessoa, do tempo verbal, dos advérbios de tempo e lugar específicos como *now*, “*agora*”, e *here*, “*aqui*”, e uma variedade de outros traços gramaticais ligados diretamente às circunstâncias da enunciação.

Outra visão aqui adotada é a de Benveniste (1988), que assevera, com propriedade, que a dêixis ou as formas dêíticas são o próprio aparelho formal da enunciação, os traços linguísticos observáveis no enunciado que inscrevem a subjetividade dos participantes da comunicação. Isso é o que, para ele, define a dêixis. E isso é o que, para nós, reforça a ideia de que estudar a dêixis é também estudar o texto sob um olhar pragmático.

Partiremos, a seguir, para uma tipologia dos casos de dêixis com a finalidade de ilustrar melhor esse fenômeno linguístico.

2.1 TIPOS DE DÊIXIS

Há, segundo a classificação tradicional, três tipos de dêixis: dêixis pessoal, temporal e espacial.

Para definir uma tipologia adequada aos nossos propósitos, adotamos a explicação de Fillmore, que afirma que a dêixis revela, entre outros aspectos,

a identidade dos interlocutores na situação de comunicação, coberta pelo termo **dêixis de pessoa**; o lugar ou lugares nos quais esses indivíduos estão localizados, para os quais temos o termo **dêixis de lugar**; o tempo em que se dá o ato comunicativo – para isto, precisamos distinguir o “*encoding time*”, o tempo no qual a mensagem é enviada, do “*decoding time*”, o tempo no qual a mensagem é recebida – os dois juntos estão sob o título de **dêixis de tempo**; a matriz de material linguístico de que faz parte o enunciado, isto é, as partes precedentes e consequentes do discurso, a que nós nos referimos como **dêixis discursiva**; e os relacionamentos sociais por parte dos participantes da conversação, que determinam, por exemplo, a escolha dos níveis discursivos honoríficos ou polidos, ou íntimos ou insultantes, etc., que podemos agrupar todos sob o termo **dêixis social** (FILLMORE, 1971, p. 39).

Por uma razão metodológica, decidimos abordar apenas dois tipos de dêixis: a temporal e a espacial. Acreditamos que as pistas que revelam o tempo e o local da enunciação podem revelar também um caráter anafórico, o qual será detalhado em um outro tópico deste trabalho.

2.1.1 A dêixis temporal

A dêixis temporal remete a um tempo só identificável se considerado a partir da posição temporal dos falantes da enunciação. É um tempo dinâmico.

É importante ressaltar que devemos diferenciar quando expressões temporais são dêíticas ou não. Vejamos os exemplos:

- (1) **Na semana que vem**, irei viajar.
- (2) **No próximo mês**, estarei de férias.
- (3) **Depois de amanhã**, ligarei para você.

Nos exemplos (1), (2) e (3), o tempo das informações tem como base o tempo do enunciador, ou seja, só é possível identificar “Na semana que vem” como a semana seguinte àquela em que foi proferido o enunciado, e assim com os demais casos. São considerados, portanto, dêiticos temporais, pois precisamos recorrer ao tempo em que se encontra o falante para compreender as sentenças.

2.1.2 A dêixis espacial

A dêixis espacial, nas palavras de Levinson (2007, p. 97), “diz respeito à especificação de localizações relativamente aos pontos de ancoragem no acontecimento discursivo”.

A dêixis de lugar se caracteriza quando a expressão tiver como referencial a orientação espacial do enunciador ou do destinatário em relação a ele no momento da enunciação. Vejamos o exemplo seguinte:

(4) Deixei a encomenda **aqui**.

Em (4), “aqui” aponta para o espaço em que se acha o enunciador, dentro da enunciação que se efetiva próximo ao falante.

Além do aspecto indicial, há outra possível função para os elementos dêiticos: a referencial. Muitas vezes, ao sinalizar para o interlocutor a noção de tempo ou de espaço pretendida na enunciação, o enunciado faz uso de uma expressão referencial com função dêítica, a qual pode manter um caráter híbrido e não excludente. Para compreendermos melhor essa questão, abordaremos a seguir algumas noções do que vem a ser referenciação.

3 REFERENCIAÇÃO: UMA PERSPECTIVA PRAGMÁTICA

A referência, segundo Mondada (apud KOCH; MORATO; BENTES 2005, p. 34), é um assunto abordado de forma clássica pela “filosofia da linguagem, da lógica e da linguística: nesses quadros, ela foi historicamente posta como um problema de representação do mundo, da verbalização do referente, em que a forma linguística selecionada é avaliada em termos de verdade”. A partir das concepções desses campos teóricos, Mondada propõe atualmente a substituição da noção de referência pela de referenciação e, em consequência, da noção de referente pela de objeto-de-discurso.

Nessa perspectiva, Koch (MONDADA, 2001, apud KOCH; MORATO; BENTES, 2005, p. 33) “não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio das quais as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadores”. Assim, observamos que os interlocutores, no interior dessas operações de referenciação, produzem discursos concebidos com entidades constituídas nas e pelas suas formulações comunicativas.

A referenciação, portanto, conforme evidencia Koch (2005, p. 34-35), constitui uma atividade discursiva, e não apenas um objeto autônomo e externo às práticas discursivas. Na realidade, tanto as formas de referenciação como os processos de remissão textual compreendem escolhas do sujeito, relativas ao “querer-dizer”, adquirindo, então, a característica de um processo estratégico dos sujeitos sociais atuantes.

Cavalcante (2005) menciona a defesa de Apothélos e Reichler-Béguelin (1995) de que o processo de referenciação não ocorre apenas no simples emprego de expressões referenciais, mas,

sim, que o referente se dá através de um conjunto de ações, do modo pelo qual os coenunciadores conversacionais ajustam suas ações e da forma pela qual constroem os sentidos nos eventos comunicativos. Dessa forma, a pesquisadora ressalta:

Em uma perspectiva de cognição social interacionalmente situada, ou praxiológica, dizemos que é da interrelação entre língua e práticas sociais que emergem os referentes, ou “objetos-de-discurso”, por meio dos quais percebemos a realidade que, por sua vez, nos afeta. Os referentes passam a ser, assim, não uma entidade congelada que herdamos e transferimos, mas uma instância de referencialidade constitutivamente indeterminada e efêmera (CAVALCANTE, 2005, p. 125).

Com isso, Cavalcante se alinha a Marcuschi (2004, p. 263-64), ao indicar que “o melhor caminho não é analisar como representamos, nem como é o mundo ou a língua e, sim, que processos estão envolvidos na atividade de referenciação em que a língua está envolvida”.

Diante disso, podemos referendar que o mundo e o discurso conversacional integram um processo dinâmico, viabilizado pelos sujeitos sócio-cognitivos, e não sujeitos individualizados e isolados “em um mundo pronto”.

Quando se trata de referenciação, é possível dizer que todo processo referencial possui uma propriedade de apontar para um dado objeto reconhecível a partir de pistas muito diversificadas. Podemos dizer, com Lyons (1977), que todo processo referencial envolve um elemento dêitico, já que aponta para pistas vindas do espaço e do tempo real em que se situam os enunciadores, da memória compartilhada, do cotexto, das supostas intenções enunciativas de cada um e do contexto sócio-histórico do momento, todos colaborando, ao mesmo tempo, para que os referentes se configurem na mente dos participantes da enunciação.

Segundo Cavalcante (2008, no prelo), os processos referenciais se dividem em duas categorias: se os referentes são introduzidos no texto pela primeira vez, são chamados de introdução referencial; se já foram de algum modo evocados por pistas explícitas no cotexto, são chamados de continuidades referenciais, isto é, de anáforas.

Para visualizar melhor essa divisão, vejamos o seguinte exemplo:

- (5) A professora tenta ensinar matemática para o Joãozinho.
– Se eu lhe der quatro chocolates hoje e mais três amanhã, você vai ficar com... com... com...?
E o garoto:
– Contente! (BUCHWEITZ, de Donaldo. Coleção 50 Piadas – Matemática)

Em (5), podemos classificar as expressões “professora” e “Joãozinho” como introduções referenciais, pois não havia pistas anteriores que evocassem tais referentes no discurso. Já a palavra “garoto” é uma retomada de “Joãozinho” e, portanto, é classificada como anáfora.

Paralelamente aos casos de introdução referencial e de anáfora, existe outro fenômeno, que pode ocorrer ou independentemente desses dois, ou se sobrepondo a eles: é a chamada dêixis. Para construir o referente dessas expressões, é preciso analisá-las como que dentro de outro campo, um campo dêitico, pois elas exigem o conhecimento do lugar ou do tempo em que se encontra o enunciatador, e é esse campo que nos interessa neste artigo, em especial.

A partir de uma visão de que toda pesquisa linguística que desconsidere a interação de variados contextos (incluindo-se nisso o cotexto, a situação imediata de comunicação, o conhecimento sociocultural e o partilhamento sócio-cognitivo dos interlocutores) se torna insuficiente e insatisfatória, propomos, neste trabalho, uma visão de referenciação como atividade essencialmente

cooperativa (GRICE, 1982), em que os “coenunciadores” dispõem de diversas pistas, em parte convencionadas na própria língua, para reconhecer os diferentes espaços ou “campos dêiticos” em que se situam os objetos para os quais construirão uma representação mental de referentes.

Os referentes, tal como os significados, não podem ser entendidos como a própria realidade exterior, nem podem ser considerados fora de nossas práticas sócio-comunicativas em contextos particulares. Referentes não são, pois, as coisas em si mesmas, mas, como diz Blikstein (1983), são uma “realidade fabricada”, que idealizamos não somente com base no que as expressões referenciais significam, mas também sob a influência do que aprendemos em nossa cultura, como se esses padrões fossem “óculos sociais”.

Por tudo isso, talvez se possa dizer que a interpretação dos elementos dêiticos e/ou referenciais não é apenas uma questão de implicaturas (pragmáticas), nem de pressuposições (semânticas), e sim uma questão de representações ou de espaços mentais gerados no contexto discursivo e com objetivos específicos. Assim, a perspectiva que considera processos cognitivos na construção referencial anafórica parece estar mais perto do acerto.

4 A DÊIXIS NA DINÂMICA TEXTUAL

Como dissemos anteriormente, decidimos abordar, em nossa análise, apenas dois tipos de dêixis: a temporal e a espacial. Acreditamos que as pistas que revelam o tempo e o local da enunciação podem revelar também um caráter anafórico, o qual será detalhado nos textos a seguir.

Tentaremos ilustrar o que é dêixis no seguinte exemplo:

(6) Trimmmm... Trimmmm... Obrigada por ter ligado para o Instituto de Saúde Mental, a companhia mais certa para seus momentos de maior loucura... Se você é obsessivo-compulsivo, aperte repetidamente o número 1... Se você é codependente, peça a alguém que aperte o número 2 por você... Se você tem múltiplas personalidades, aperte 3, 4, 5 e 6... Se você é paranoico, nós sabemos quem você é, o que você faz e o que quer, espere na linha enquanto rastreamos sua chamada... Se você sofre de alucinações, aperte o 7 **nesse telefone colorido gigante** que você, e só você!, vê a sua direita... Se você é esquizofrênico, escute cuidadosamente e uma voz interior lhe indicará o número a pressionar... Se você é depressivo, não importa que número aperte, nada vai lhe tirar de sua lamentável situação... Porém, se você votou no Lula, não tem jeito! Desligue e espere até o final de 2010, aqui atendemos loucos e não imbecis... (Disponível em: <http://www.escutaisso.com.br/humor/piada/call-center-do-manicomio>. Acesso em: 2 dez.).

No exemplo (6), destacamos um caso de dêixis que comprova a necessidade do contexto para a compreensão do enunciado. Na expressão destacada “nesse telefone colorido gigante”, observa-se a intenção de apontar para o espaço em que interlocutor (no caso, o ouvinte da gravação) está, além do objeto que se encontra posicionado diante dele. A noção de espaço é reforçada no mesmo exemplo, mais adiante, na expressão “a sua direita”. O exemplo (6) é classificado, portanto, como um caso de dêixis espacial.

Um caso semelhante é analisado por Cruz (2008, p. 19) no exemplo a seguir:

(7) “Paulo é aquele **à esquerda** de João”.

Cruz (2008) afirma que, em (7), há duas orientações locativas: uma delas funciona como dêitica, quando orienta um posicionamento a partir do enunciador. A outra orientação, que não é

dêítica, e sim referencial, aponta para o lado esquerdo do corpo de João. Em (7), em vez de ambiguidade, temos um caso de indicialidade híbrida: ao mesmo tempo em que a expressão destacada dá uma orientação locativa, ela também ajuda a construir um referente dentro do contexto.

O processo híbrido também pode ser reconhecido no exemplo a seguir:

(8)
VILAREJO
Composição: Marisa Monte, Pedro Baby,
Carlinhos Brown e Arnaldo Antunes.

Há um vilarejo **ali**
Onde areja um vento bom
Na varanda, quem descansa
Vê o horizonte deitar no chão

Pra acalmar o coração
Lá o mundo tem razão
Terra de heróis, lares de mãe
Paraíso se mudou para lá.
[...]

Os termos “ali” e “lá”, em (8), podem ilustrar o comentário anterior. Ambos, além de reportar para um local (função dêítica), têm uma função discursiva importante para o texto, pois ajudam a elaborar o referente, mesmo que vagamente. Embora o interlocutor não conheça ou não consiga acessar o referente específico, de forma exata, pode acessá-lo com a ajuda dos indícios contextuais presentes no texto. Trata-se, portanto, de uma função referencial que, unida à função dêítica, sinalizam para a construção da entidade referida. Isso só é possível porque o enunciador pressupõe que o seu interlocutor, pela interação, consegue acessar os conhecimentos necessários para elaborar o sentido pretendido. A referida estratégia referencial é nomeada por Givón (1990) como acessibilidade.

Já em (9) temos um exemplo de dêixis temporal:

(9) Nunca imaginei que fosse reunir os nomes de Contardo Calligaris e Clodovil em um mesmo texto, mas a vida quis que, **no dia do enterro do costureiro transformado em apresentador e deputado**, eu atendesse ao gentil convite do colunista e psicanalista para assistir à sua estreia como dramaturgo, em “O Homem da Tarja Preta”, um monólogo interpretado pelo ator baiano Ricardo Bittencourt no qual Contardo derruba a tiros de canhão os estereótipos sobre a libido masculina (Barbara Gancia, *Folha de São Paulo*, 21/03/2009).

A dêixis de tempo funciona, segundo Fillmore (1971), à maneira de um calendário, com a missão de localizar acontecimentos em um intervalo de tempo. Em (9), a expressão em destaque – *no dia do enterro do costureiro transformado em apresentador e deputado* – tem função dêítica, uma vez que se tomou como ponto de referência o momento em que o deputado Clodovil foi enterrado. O evento foi localizado a partir de uma base temporal mutável, subjetiva, que varia conforme a localização do enunciador no tempo de formulação (não importa quão vago ele pareça ser).

Mas não é apenas a dêixis que pode ser observada nos exemplos analisados até aqui. A capacidade de representar segmentos discursivos ou até mesmo referentes, tendo por ponto de referência o momento ou o espaço da enunciação, é outra função possível dos elementos dêíticos. O papel referencial merece, pois, destaque numa análise de olhar pragmático.

É a partir dessa concepção que se pode observar, também, o motivo pelo qual as informações – ou pistas textuais – caracterizam as diversas dimensões necessárias para a construção do sentido: cognitivas, psicológicas, sociais e culturais; que estão envolvidas na ação discursiva.

Ainda no exemplo (9), a jornalista Barbara Gancia deve pressupor que o leitor do jornal Folha de São Paulo, periódico de circulação nacional, possui os conhecimentos necessários para a compreensão do sentido do episódio relatado: o enterro do Clodovil. Essa pressuposição só é possível porque o interlocutor domina as condições de produção e interage com o texto, reformulando as informações escolhidas pela jornalista e atribuindo sentido a elas.

Os casos apresentados até aqui são exemplos de deiticidade marcada pela menção da expressão, o que facilita o reconhecimento por parte do leitor. Mas há casos incomuns, embora bastante recorrentes, em que a deiticidade surge mesmo na omissão da expressão que deveria localizar o enunciador no tempo ou no espaço. É o que veremos na tirinha a seguir:

(10)



Fonte: http://www.tiagonepomuceno.com.br/tirinhas/ele_chegou.jpg

Na ocorrência (10), observamos no segundo quadrinho o verbo “cheguei”, que, em uma situação descontextualizada, poderia remeter ou a uma noção de tempo (hoje, ontem), ou de lugar (em casa, no trabalho). Na tirinha em questão, o enunciador omite os complementos possíveis por pressupor que seu interlocutor, numa coatividade, presentifica conhecimentos comuns aos interlocutores, tornando acessíveis conhecimentos necessários para o entendimento do texto. Esses casos acontecem porque há, na linguagem em uso, um processo de economia da própria língua que evita a utilização de termos considerados desnecessários pela própria situação enunciativa. Tal processo vai ao encontro dos pressupostos das Máximas Conversacionais de Grice (1981), os quais postulam que, num diálogo, as pessoas devem contribuir para que a comunicação seja eficaz, e, para isso, é necessário observar alguns princípios como a clareza, a relevância, a objetividade.

Embora não seja o foco da nossa pesquisa, é importante salientar, de forma breve, os recursos multimodais – as imagens, as marcas tipográficas – presentes na tirinha analisada. Em (10), a sequência de imagens que configuram o ato de receber alguém em casa: o toque da campainha, o abrir a porta, o anúncio de chegada remetem a uma cena habitual e, por isso, contribuem para o entendimento do que está implícito no verbo “Cheguei!!!”, no caso, “aqui”, fazendo referência ao posicionamento do enunciador. Mais uma vez, reconhecemos a grande contribuição dos estudos pragmáticos para a compreensão de fenômenos que extrapolam a superfície textual.

Dessa forma, a análise dos elementos dêiticos, em qualquer enunciado, deve ultrapassar a função de “apontar” para um referente. Mais que isso, é necessário olhar para o contexto e as intenções dos interlocutores, em que o “dizer é fazer”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção inicial desta pesquisa foi verificar os fenômenos dêiticos numa perspectiva pragmática. Para isso, fizemos uso dos conceitos clássicos de dêixis e de noções gerais dos processos referenciais.

Ao longo da análise, verificamos os casos de dêiticos temporais e espaciais que possuem um caráter duplo: localizam e retomam, ou, ainda, localizam e constroem o referente. Ressaltamos como contribuição mais significativa desta pesquisa as ocorrências estudadas em que o elemento dêitico, embora não mencionado por meio de uma expressão marcada no enunciado, é perfeitamente recuperado por um processo de cooperação em que os interlocutores recorrem ao contexto para recuperar as informações implícitas no texto.

Por não termos analisado somente aspectos puramente estruturais das expressões dêiticas, mas termos considerado todo o exercício discursivo com as suas circunstâncias de produção, numa dimensão pragmática, acreditamos ter caminhado em direção a uma maior validade das conclusões às quais chegamos, que, entretanto, podem ser consideradas provisórias. Há necessidade, então, de empreender pesquisas posteriores no sentido de ampliar a amostra. Essas novas questões e possibilidades poderão ser enfrentadas em pesquisas posteriores e, certamente, serão valiosos complementos para os resultados do nosso trabalho.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. Construction de la référence et stratégies de designation. Neuchâtel: Institute de linguistique de l'Université de Neuchâtel. *Tranel*, v. 23, p. 227-271, 1995.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- BLIKSTEIN, I. *Kaspar hause ou a fabricação da realidade*. São Paulo: Cultrix: EDUSP, 1983.
- BUCHWEITZ, D. *Coleção 50 Piadas: Matemática*. São Paulo: Ciranda Cultural, [200-?].
- CAVALCANTE, M. M. A dêixis discursiva. *Revista de Letras*, Fortaleza: UFC, 2000.
- CAVALCANTE, M. M. *Expressões indiciais e anáforas indiretas*. In: CONGRESSO E COLÓQUIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO DISCURSO, 4, 2001, Recife. Anais... Recife: UFPE, 2001. Fotocopiado.
- CAVALCANTE, M. M. A dêixis discursiva. *Revista de Letras*, Fortaleza, v.1/2, n. 22, p. 23-32, 2005.
- CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza, 2008. No prelo.
- CAVALCANTE, M. M. Processos referenciais e relações discursivas. In: JORNADA NACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, 22, Maceió, 2008. Anais... Maceió: GELNE, 2008.
- CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- CRUZ, J. D. O. *Os processos dêiticos no discurso literário*. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- DUCROT, O; TODOROV, T. *Dicionário das ciências da linguagem*. 6. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

- ESCUITA ISSO. Call center do manicômio. [2009?]. Disponível em: <<http://www.escutaisso.com.br/humor/piada/call-center-do-manicomio>>. Acesso em: 2 dez. 2009.
- FILLMORE, C. *Lectures on deixis*. California: CSLI Publications, 1971.
- GANCIA, B. Não se fazem mais machos como Clodovil. *Folha de São Paulo*, Caderno Cotidiano, São Paulo, p. 7, 21 mar. 2009.
- GIVÓN, T. *Syntax I*. New York: Academic Press, 1990.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In. DASCAL, M. *Fundamentos metodológicos da linguística: Pragmática*. Campinas: IEL: Unicamp, 1982. v. 4.
- KOCH, I. G. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *Revista Delta*, São Paulo, v. 14, 1988.
- KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LEVINSON, E. C. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v. 1.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v. 2.
- MARCUSCHI, L. A. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: FOLTRAN, M. J. (Org.). *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004.
- MONTE, M. *et al. Vilarejo*. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/marisa-monte/441705/>>. Acesso em: 29 nov. 2009.
- PARRET, H. *Enunciação e pragmática*. Campinas, SP: Unicamp, 1988.

REFERENCIAÇÃO E MULTIMODALIDADE: REVISITANDO OS PROCESSOS DE RECATEGORIZAÇÃO E ENCAPSULAMENTO

REFERENCIATION AND MULTIMODALITY: REVISITING THE RECATEGORIZATION AND ENCAPSULATION PROCESSES

Silvana Maria Calixto de Lima*

RESUMO

Na atualidade, o interesse pela abordagem dos textos multimodais tem sido crescente na área da Linguística de Texto (LT) praticada no Brasil, considerando que essa área de investigação, desde os seus primórdios, quase sempre deu primazia ao trato da linguagem verbal manifestada por meio de textos orais e escritos, configurando o que Custódio Filho (2011) chama de “verbocentrismo” praticado pela LT. Nesse contexto, apresentamos neste trabalho algumas reflexões advindas de estudos que desenvolvemos sobre a aplicação das categorias de análise da LT aos textos verbo-imagéticos, particularmente no que concerne à atividade de referenciação. Esses estudos contemplam especificamente os processos de recategorização e encapsulamento, cujos resultados preliminares vêm confirmando a validação da hipótese da existência de duas categorias as quais designamos como recategorização e encapsulamento imagéticos. Trazemos, assim, a análise de sete exemplares de textos verbo-imagéticos para descrever a configuração dessas categorias. Entendemos que nossa proposição demanda ainda uma extensão de definições já estabilizadas dos processos de recategorização e encapsulamento no âmbito da LT, tendo em vista contemplar os mais diversificados usos da linguagem.

Palavras-chave: Multimodalidade. Recategorização. Encapsulamento.

ABSTRACT

Nowadays, the interest in the approach of multimodal texts has been increased in the area of Text Linguistics (LT) practiced in the Brazil, considering that in this research area, since its beginnings, it has almost always given priority to the treatment of verbal language manifested through oral

* Professora do Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Estadual do Piauí.

and written texts, configuring what Custódio Filho (2011) calls the “verbocentrism” practiced by LT. In this context, we present some reflections from studies that we develop on the application of LT analysis categories to the verbal-imagistic texts, particularly regarding referenciation activity. These studies deal specifically with the recategorization and encapsulation processes, whose preliminary results have confirmed the validation of the hypothesis based on the existence of two categories which we call imagect recategorization and encapsulation. Therefore, we present analysis of seven copies of verbal-imagistic texts to describe the configuration of these categories. We believe that our proposition still demands an extension of definitions has already been stabilized of the recategorization and encapsulation processes in the context of LT, in order to contemplate the most diversified language uses.

keywords: *Multimodality. Recategorization. Encapsulation.*

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua trajetória, a Linguística de Texto (doravante LT) tem refinado a descrição de seu objeto de estudo em diferentes dimensões, de forma a prover uma maior compreensão de como se processa a construção dos sentidos do texto, seu objeto de estudo por excelência. Atualmente, a referida área vem investindo no trabalho com os textos multimodais, saindo da zona de conforto de investigação de textos verbais que lhe foi característica desde os seus primórdios.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões advindas da aplicação de categorias de análise da LT aos textos verbo-imagéticos. Nesse empreendimento, tratamos particularmente dos processos de recategorização e encapsulamento, apresentando distintas configurações desses processos na construção da modalidade textual investigada. Tais configurações permitem-nos conjecturar a existência de duas categorias que designamos preliminarmente como recategorização e encapsulamento imagéticos, conforme veremos no prosseguimento deste artigo.

Para o cumprimento desse objetivo, dividimos o artigo em duas seções, cujo conteúdo contempla, respectivamente, os dois processos sobre os quais propomos uma revisitação: a recategorização e o encapsulamento. Para o desenvolvimento de ambas as seções, inicialmente apresentamos os fundamentos teóricos que lhes dão sustentação, advindos da perspectiva da referenciação (MONDADA; DUBOIS, 1995) e de seus desdobramentos na classificação dos processos referenciais. De fato, nesse primeiro momento, fazemos um breve estado da arte, focalizando os pontos que convergem mais para os nossos interesses neste trabalho. Na sequência de cada uma das partes, empreendemos as reflexões que nos levam a conjecturar respectivamente as categorias da recategorização e do encapsulamento imagéticos. Essas reflexões são feitas a partir da análise de exemplares de textos verbo-imagéticos.

Por fim, tecemos considerações que dizem respeito ao todo da proposta do artigo e aos próximos passos para a sua maior consolidação, principalmente em termos da ampliação do universo investigado.

2 O PROCESSO DE RECATEGORIZAÇÃO

Apothélos e Reichler-Béguelin (1995) é o trabalho que pode ser dito como precursor dos estudos sobre a temática da recategorização no âmbito da LT. A sua relevância é inquestionável

não só por servir de lastro às pesquisas que lhe sucederam, mas também pela forma acurada como os autores procuraram descrever o mecanismo linguístico da recategorização.

Tal mecanismo, em linhas gerais, foi por eles apresentado como uma estratégia de designação que permite aos interlocutores remodelar os objetos de discurso conforme os seus propósitos comunicativos. A abordagem do fenômeno engendrada por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) fixa-se nos casos de transformações operadas pelo anafórico, daí por que o mecanismo é intitulado, nesse trabalho, como recategorização lexical. A esse respeito, argumentamos em Lima e Cavalcante (2015) que essa abordagem pioneira é de cunho mais textual-discursivo, uma vez que quase sempre seus pressupostos demandam a homologação da recategorização na superfície textual por meio de uma expressão referencial.

Não obstante a sua reconhecida importância, é natural que existam lacunas nesse estudo pioneiro que foram posteriormente discutidas em trabalhos¹ que ampliaram a descrição do fenômeno. Dentre esses trabalhos, elegemos Lima (2009) e Lima e Cavalcante (2015) para traçar uma trajetória da evolução dos estudos da recategorização que nos interessa mais de perto, exatamente por avançarem consideravelmente na abordagem do processo em termos descritivos.

Em Lima (2009), delineamos uma proposta de tratamento da recategorização numa perspectiva cognitivo-discursiva, a partir de uma interface entre a LT e a Linguística Cognitiva, considerando que a investigação das várias faces do fenômeno demandava o seu redimensionamento a partir do que fora postulado inicialmente por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995). Assim sendo, passamos a conceber a recategorização nos seguintes termos:

i) a recategorização nem sempre pode ser reconstruída diretamente no nível textual-discursivo, não se configurando apenas pela remissão ou retomada de itens lexicais; ii) em se admitindo (i), a recategorização deve, em alguns casos, ser (re)construída pela evocação de elementos radicados num nível cognitivo, mas sempre sinalizados por pistas linguísticas, para evitar-se extrapolações interpretativas; iii) em decorrência de (ii), a recategorização pode ter diferentes graus de explicitude e implicar, necessariamente, processos inferenciais (LIMA, 2009, p. 57).

Essa definição contempla as várias possibilidades de ocorrência do mecanismo da recategorização tanto em textos verbais quanto multimodais, como ilustraremos no decorrer deste artigo, muito embora tenhamos restringido nossa abordagem, no citado trabalho, aos textos verbais, como salientamos em Lima e Cavalcante (2015).

O trabalho de Custódio Filho (2011) também traz uma importante contribuição na trajetória dos estudos da recategorização. O autor propõe uma subcategoria, designada como *recategorização sem menção referencial*, para referir-se aos casos de recategorização em que, *grosso modo*, o processo não é homologado na superfície textual por expressões referenciais pontuais usadas para identificar um dado referente no texto. Nesse caso, a recategorização é engatilhada a partir de um conjunto de pistas que se espriam na constituição do texto,² incluindo as predicções. De fato, embora Custódio Filho (2011) não trate diretamente de aspectos cognitivos na proposição dessa subcategoria, é notório que ela apresenta em sua concepção, mesmo que não seja de uma forma muito explícita, elementos de ordem cognitiva que lhe dão sustentação. Isso porque entendemos

¹ À guisa de ilustração, citamos Marcuschi e Koch (2002), Cavalcante (2005), Matos (2005), Vasconcelos Silva (2007), Ciulla e Silva (2008), Lima (2009), Custódio Filho (2011) e Lima e Cavalcante (2015).

² Remetemos ao trabalho do autor para maiores detalhes sobre a concepção dessa subcategoria.

que as inferências que possibilitam a reconstrução de recategorizações desse tipo estão ancoradas no plano das estruturas e do funcionamento cognitivo, sendo sinalizadas pelas pistas linguísticas na quais se incluem as predicações.

Considerando esse contexto, propomos em Lima e Cavalcante (2015) que a referida subcategoria passasse a ser designada como *recategorização sem menção de expressão referencial*. Para nós, tal designação é melhor adequada em razão de que pode recobrir tanto os casos ilustrados por Custódio Filho (2011) quanto outros mais complexos de ocorrência do fenômeno, a saber:

1) quando o referente recategorizado não é homologado na superfície textual, mas a sua recategorização é confirmada por uma expressão referencial; 2) quando o referente é homologado na superfície textual por uma expressão referencial, mas a sua recategorização somente é construída no plano das estruturas e do funcionamento cognitivo, porém evocada por outras pistas linguísticas; 3) quando nem o referente nem a sua recategorização são homologados por expressão referencial na superfície do texto, mas ambos elementos são inferidos a partir da ancoragem em modelos cognitivos evocados pelas pistas textuais (LIMA; CAVALCANTE, 2015, p. 308).

A esses casos, acrescentamos agora uma quarta possibilidade que ratifica o pressuposto, já assumido por nós em outros trabalhos,³ de que os referentes podem ser homologados também pela imagem.⁴ Assim, entendemos que a imagem, além de introduzir um referente, tanto pode homologar a sua recategorização quanto evocar a sua reconstrução ancorada no plano cognitivo-discursivo. Desse modo, nos textos multimodais, é possível a ocorrência do processo de recategorização homologado por signos verbais, por signos não verbais ou numa relação de interdependência entre signos verbais e não verbais.

Exceto os casos em que o processo de recategorização é homologado por signos verbais por retomadas anafóricas correferenciais – e aqui não estamos nos referindo a sua ocorrência apenas em textos multimodais –, todos os demais estão recobertos pelo rótulo de *recategorização sem menção de expressão referencial*. Para tanto, consideramos que a ausência de menção de expressão referencial acontece toda a vez que um dos elementos do processo de recategorização (o referente ou a sua recategorização) deixa de ser homologado no texto por uma expressão referencial, daí a produtividade da mudança sugerida na designação primeira de Custódio Filho (2011), conforme já explicitamos.

Passemos agora à ilustração de cada um dos tipos de situações descritas do processo de recategorização aplicadas a textos verbo-imagéticos, para onde converge mais diretamente o nosso interesse neste artigo. Antes, porém, é preciso dizer que as funções discursivas do processo de recategorização também acompanham todos esses desdobramentos realizados ao longo da trajetória dos estudos dessa temática,⁵ muito embora não tenhamos espaço, neste trabalho, para aprofundar essa questão tão importante.

³ Ver, por exemplo, Lima (2016).

⁴ Como destacamos em Lima e Cavalcante (2015), essa posição já vem sendo assumida por outros pesquisadores da Linguística de Texto, a exemplo de Ramos (2007), Capistrano Júnior (2011) e de Silva (2013), só para citar alguns. Ainda mais recente, encontramos esse posicionamento em Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014).

⁵ Para um maior aprofundamento dessa temática, remetemos aos trabalhos de Matos (2005), Ciulla e Silva (2011) e Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014).

Iniciemos pelo meme 01, que tematiza o episódio das delações premiadas no interior da Operação Lava Jato.⁶

Figura 1 – Meme 01



Fonte: Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=magens+memes+opera%C3%A7%C3%A3o-carne-fraca.html&source>
Acesso em: 08 jun. 2017.

Nesse primeiro meme, identificamos duas recategorizações de referentes homologadas pela semiose imagética, as quais engatilham o teor cômico-irônico do texto. Trata-se da recategorização do referente *Sérgio Moro* como *um anjo* e do referente *Lula* como *um diabo*, numa clara alusão a existência de um embate entre o bem e o mal. Na cena do meme, ambos os referentes tentam persuadir o referente *João Vaccari* (ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores-PT e um dos presos da Operação Lava Jato), homologado imagetivamente, de ficar do lado que cada um deles representa. Os enunciados verbais por eles proferidos também contribuem para construir as recategorizações já descritas e isso fica bem marcado principalmente pelas expressões *delação premiada* e *liberdade remunerada*. Assim, mesmo as recategorizações sendo homologadas pela semiose imagética, não podemos deixar de considerar a relação de interdependência entre os modos verbal e imagético em sua constituição.

Há ainda outros elementos imbricados nessas recategorizações que servem como pistas para revelar a forma como o enunciatador do meme constrói os dois referentes recategorizados. Referimo-nos às cores branco e vermelho utilizadas, respectivamente, na caracterização de *Sérgio Moro* e *Lula*. Essas cores também sinalizam para o embate entre o bem e o mal. Ademais, a cor vermelha ainda pode ser vista como uma referência ao PT, uma vez que é essa a cor característica desse partido.

Dessa forma, fica bem marcada a posição do enunciatador com relação aos referentes recategorizados no meme: *Sérgio Moro*, que representa a justiça, é do lado do bem; *Lula*, que representa o PT, é do lado do mal. Não podemos esquecer que todas essas inferências são ancoradas também em modelos cognitivos/culturais que fazem parte da bagagem sociocognitiva dos interlocutores.

No próximo exemplo, temos outra ocorrência de recategorização imagética que engatilha a construção de sentidos do meme.

⁶ Conjunto de investigações, em andamento, realizadas pela Polícia Federal do Brasil. Iniciada em 2014, essa operação investiga crimes de corrupção ativa e passiva envolvendo membros da administração da Petrobrás, políticos dos maiores partidos do Brasil, além de empresários de grandes empresas brasileiras.

Figura 2 – Meme 02

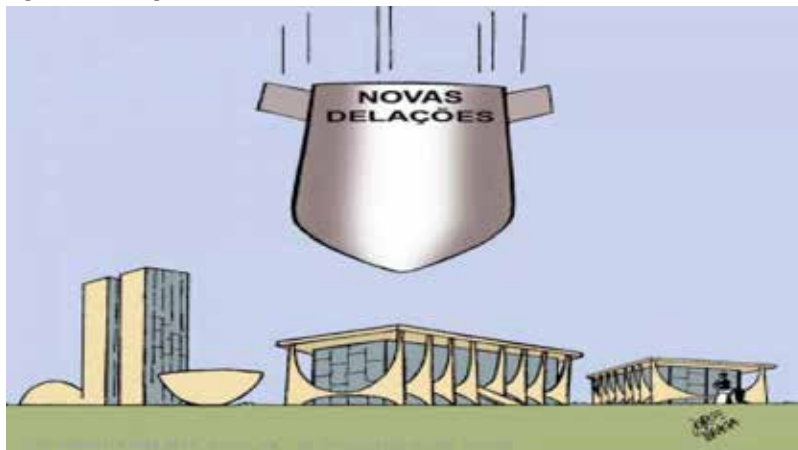


Fonte: Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=image+memes+opera%C3%A7ao-carne-fracas.html&source>>
Acesso em: 08 jun. 2017.

O meme da Figura 2 foi produzido no período da deflagração da Operação Carne Fraca.⁷ Nesse contexto, ele repercute um dos fatos investigados pela operação que diz respeito à mistura de papelão nos derivados da carne comercializada por uma das grandes indústrias do gênero no Brasil. Assim, é a recategorização imagética do referente *boi* como *uma caixa de papelão* que marca o sentido cômico-irônico do texto. Porém, existe uma clara relação de interdependência da semiose verbal na construção dessa recategorização, uma vez que, na composição do meme, os enunciados que designam as partes ou tipos da carne do boi são essenciais para que se reconstrua o referente recategorizado imageticamente. Por um processo metonímico de partes pelo todo, tal referente é sinalizado no texto, sendo possível assim a sua reconstrução.

No próximo exemplo, temos uma ocorrência mais explícita do processo de recategorização, em relação aos dois primeiros textos analisados.

Figura 3 – Charge 01



Fonte: Disponível em <<https://www.chargeonline.com.br>> Acesso em: 05 set. 2017.

⁷ Operação deflagrada pela Polícia Federal do Brasil, em março de 2017, com o objetivo de desarticular organização criminosa composta por fiscais agropecuários federais e empresários do agronegócio.

Na charge 1 (Figura 3), identificamos a recategorização imagética do referente *novas delações* como *um míssil* [preste a cair sobre o Palácio do Planalto em Brasília]. Essa charge também foi produzida no contexto dos desdobramentos da Operação Lava Jato, quando foi sinalizada a existência de novas delações que comprometiam figuras importantes ligadas ao Palácio do Planalto. Diferentemente dos dois primeiros exemplos, o referente recategorizado na charge é homologado por uma expressão referencial que aparece conjugada à própria imagem que o recategoriza, o que certamente confere a essa ocorrência de recategorização uma maior explicitude.

Outros referentes homologados imageticamente na charge, que compõem o conjunto arquitetônico dos poderes legislativo, executivo e judiciário da capital da república, também são fundamentais para a construção dos sentidos da recategorização ora descrita. Dessa forma, podemos dizer que o sentido cômico-irônico da charge, pretendido pelo enunciador, é desencadeado pela reconstrução da recategorização de que estamos tratando nesse exemplo.

Na sequência, como demonstraremos na análise dos exemplos das figuras 4 e 5, veremos como nem sempre o processo de recategorização acontece de forma tão explícita.

Figura 4 – Meme 03



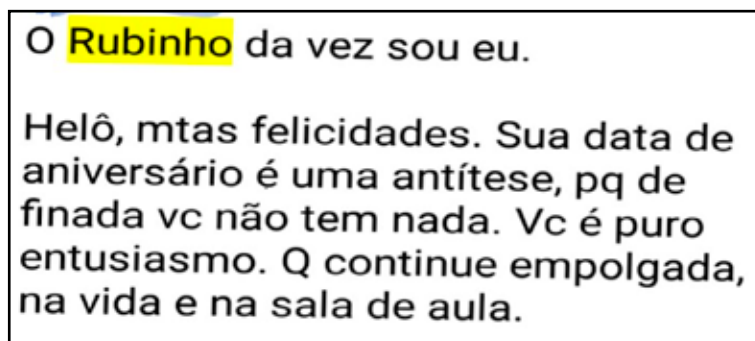
Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=memes+rubinho+atrasado&tbm=isch&imgil=wO2NAZp5nmpL_M%253A%253B7rOK1T0llxTPVM%253Bhttps%2525>
Acesso em: 07 set. 2017.

O meme da Figura 4 tematiza o referente *Rubinho Barrichello* (piloto da Fórmula 1 do Brasil), homologado pela semiose imagética. Os enunciados *Eu voto sim. Fora Collor!*, presentes na constituição do meme e empregados de forma extemporânea, são o mote para desencadear o seu efeito cômico. Isso em razão de que esse referente, considerando o seu baixo desempenho na Fórmula 1, passou a ser normalmente recategorizado como *uma pessoa lerda, atrasada*, aquela que não acompanha o tempo dos fatos.

Trazemos esse exemplo para destacar não apenas essa recategorização do referente ora apresentada, cuja reconstrução certamente demanda a evocação de conhecimentos partilhados pelos interlocutores em relação à forma como *Rubinho Barrichello* passou a ser reconhecido no anedotário popular. Além disso, as pistas verbais também são imprescindíveis nesse caso.

Importa-nos aqui chamar a atenção também para uma outra ocorrência de recategorização que dessa se deriva – se é que assim podemos dizer. Reportamo-nos a situações enunciativas em que o meme 03 (Figura 4) é postado em conversas de grupos de *whatsapp* para fazer referência a um membro que fez algum comentário ou postagem de fato com um significativo atraso, perdendo o tempo da interação.

Figura 5 – Postagem do Whatsapp 01



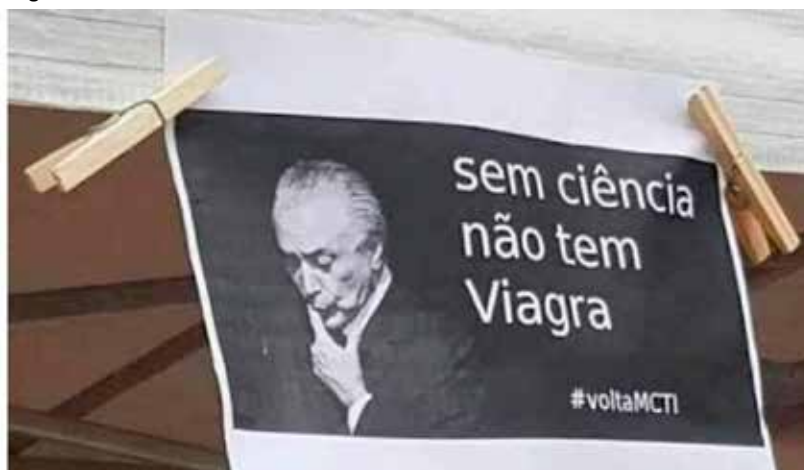
Fonte: Captura em *print screen* da página pessoal do *whatsapp* da autora.

Desse modo, quando um dos interlocutores assim o procede, entendemos que há uma recategorização do referente que caiu em falta (no caso, algum dos membros do grupo) como uma *pessoa lenta*, que só anda atrasada, ao modo como é construído o referente *Rubinho Barrichello* tematizado no meme. Nesse contexto, pode haver ocasiões em que esse mesmo referente que caiu em falta seja recategorizado, de forma mais explícita, pela expressão referencial *Rubinho*. Como exemplo, podemos citar a ocorrência da Figura 5, que diz respeito a uma interação no *whatsapp* em que um dos interlocutores não lembra de parabenizar uma colega do grupo e o faz com atraso. Interessante é que ele próprio se adianta e faz uma recategorização de si mesmo.

Esse tipo de recategorização pode ser considerado como de uma maior dependência do contexto enunciativo, pois é construída na situação imediata da interlocução. Vale ressaltar que ocorrências como essa confirmam uma modalidade de recategorização ainda pouco explorada, que pode ser homologada pela categoria do nome próprio por meio de uma expressão referencial, caso do exemplo anterior, ou ainda em conjunto com a semiose imagética, como vimos na apresentação do meme da Figura 4.

No último exemplo dessa sequência de ilustrações do processo de recategorização, trazemos outro contexto de ocorrência do fenômeno bastante interessante, como detalhamos após a apresentação da Figura 6.

Figura 6 – Cartaz 01



Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/312140/%E2%80%9Csem-ci%C3%A2ncia-n%C3%A3o-t%C3%A9-viagra>> Acesso em: 07 jul. 2017.

No exemplo da Figura 6, temos um cartaz de protesto contra o corte de verbas para a Ciência e Tecnologia realizado no atual governo do Presidente Temer no Brasil. O contingenciamento de verba na ordem de 44% foi recebido pelos pesquisadores como uma séria ameaça ao desenvolvimento da referida área.

Na composição desse cartaz, é evidente que a mescla dos modos semióticos verbal e imagético é fundamental para a construção de seus sentidos. Nessa mescla, identificamos uma ocorrência do processo de recategorização que engatilha todo o teor irônico que predomina na configuração do texto, mas também não se pode deixar de ver o seu lado cômico.

Essa recategorização não é homologada por nenhuma expressão referencial ou imagem, mas a sua reconstrução pode ser ancorada em modelos cognitivos evocados a partir de algumas pistas textuais (verbais e imagéticas), o que lhe confere um grau de explicitude bem menor em relação aos demais exemplos já analisados. Vejamos, então, como chegamos a sua identificação.

No cartaz, o referente *Presidente Michel Temer* é introduzido e homologado pela semiose imagética, para, na sequência, a partir do enunciado *Sem ciência não tem viagra*, sofrer uma remodelação que atende ao propósito do enunciador de mostrar que os cortes de verbas podem atingir, na carne, o seu próprio responsável direto, ou seja, o referente *Presidente Michel Temer*.

Assim sendo, o papel do enunciado *Sem ciência não tem viagra* não é apenas informativo, mas sim uma pista fundamental para a sugestão da recategorização do referente *Presidente Michel Temer* como *um homem impotente*, que certamente faz – ou pode vir a fazer – uso dessa medicação, dependendo, portanto, da Ciência. O modelo cognitivo de impotência masculina, evocado para a ancoragem dessa recategorização, é sinalizado tanto pela expressão *viagra*, por um processo metonímico, quanto pela própria imagem do referente de um homem idoso. Somado a isso, há a evocação também do conhecimento partilhado de que o referido referente é casado com uma mulher bem mais jovem do que ele. Todo esse conjunto de conhecimentos, que pode ser acionado a partir das pistas textuais, nos dá fundamento para a reconstrução dessa recategorização, muito embora, como já anunciamos, ela não seja homologada textualmente.

Entendemos que a menor explicitude dessa ocorrência de recategorização pode também funcionar como uma estratégia de preservação da face do enunciador, ao tempo em que o cartaz cumpre o seu propósito comunicativo de protesto.

Como vimos nas análises, temos diferentes possibilidades de configuração do processo de recategorização nos textos verbo-imagéticos. Não há dúvidas de que a hipótese da recategorização imagética se firma como válida nos exemplos apresentados.

Passemos, então, para o outro foco de nosso objetivo neste artigo.

3 O PROCESSO DE ENCAPSULAMENTO

No universo da LT, o processo referencial do encapsulamento, apesar de algumas flutuações terminológicas, é concebido basicamente como o resumo de uma porção textual homologado por uma expressão referencial anafórica, que pode ser tanto um sintagma nominal quanto um pronome, geralmente demonstrativo. Daí, portanto, o uso mais recorrente da expressão “encapsulamento anafórico” para designar tal fenômeno.

É assim que Conte ([1996] 2003), um dos trabalhos de referência sobre esse tema na literatura da área, o define:

Este termo [encapsulamento anafórico] descreve uma anáfora lexicalmente baseada, construída com um nome geral (ou um nome avaliativo, um nome

axiológico) como núcleo lexical e revela uma clara preferência por um determinante demonstrativo. [...] É um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença) (CONTE, 2003, p. 178).

A autora apresenta o exemplo (1) destacando o sintagma *Este fato* como uma expressão anafórica encapsuladora responsável pela sumarização da porção precedente do texto, ou seja, o período que introduz o enunciado.

(1) A Verdade, profunda anomalia do nosso sistema de televisão, representa o peso do poder político. *Este fato* provocou uma excessiva fragmentação da rede privada, sobretudo no Centro-Sul (CONTE, 2003, p. 178).

Porém, ela pontua que as anáforas encapsuladoras não podem ser vistas como semelhantes aos exemplos-padrão de anáfora. Isso em razão de que os seus referentes têm um estatuto ontológico diferente, ou seja, não são indivíduos, mas entidades que designam estados de coisa, eventos, processos, fatos e proposições, dentre outros, conforme se pode constatar no exemplo (1).

Com algumas outras ponderações, em Francis ([1994] 2003), já encontramos essa mesma concepção do fenômeno como um recurso coesivo, embora ela opte pela designação de *rótulo*. A referida autora afirma que a principal característica do rótulo é a exigência de realização lexical em seu cotexto, acrescentando que este pode funcionar tanto catafórica quanto anaforicamente. Assim sendo, Francis ([1994] 2003) usa os termos prospectivo e retrospectivo para designar, respectivamente, os rótulos que precedem e sucedem a sua lexicalização. A expressão italicizada no exemplo (2) ilustra uma ocorrência de rótulo retrospectivo.

(2) O sistema imunológico dos pacientes reconheceu os anticorpos do rato e os rejeitou. Isso significa que eles não permanecem no sistema por tempo suficiente para se tornarem completamente eficazes. A segunda geração de anticorpos agora em desenvolvimento é uma tentativa de contornar *este problema* através da “humanização” dos anticorpos do rato, usando uma técnica desenvolvida por [...] (FRANCIS, [1994], 2003, p. 195).

Em relação ao posicionamento das autoras, Cavalcante (2003, p. 115) opta por tomar as duas categorias sob a terminologia de *encapsulamento*. Para ela, “encapsular consiste em resumir proposições do discurso empacotando-as numa expressão referencial, que pode ser um sintagma nominal – o qual tem recebido a denominação de “rótulo” Francis (1994) –, ou pode ser um pronome, geralmente demonstrativo”. A autora, portanto, comunga com o pensamento de Koch (2002), que acopla as duas categorias quando as refere como uma das funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais.

Zavam (2007) aborda essa flutuação terminológica praticada em torno da noção de encapsulamento dizendo que não existe nenhuma diferença conceitual entre as três designações empregadas na definição do fenômeno, ou seja, *anáfora encapsuladora*, *rótulo* e *encapsulamento*. A autora considera que, nos diferentes posicionamentos apresentados, “estariamos diante de uma expressão referencial encapsuladora, ou rotuladora, atualizada lexicalmente” (ZAVAM, 2007, p. 132).

Concordamos com o argumento de Zavam (2007), porém decidimos empregar, neste trabalho, a terminologia de Cavalcante (2003). Certamente que essa nossa opção não implica nenhum questionamento às demais. Consideramos que todas elas apresentam, em sua essência, a noção do fe-

nômeno do encapsulamento como uma atividade de sumarização ou de rotulação de uma porção textual erigindo um novo objeto de discurso.

Assim sendo, por economia, mas sem deixar de ressaltar que o encapsulamento tem servido como objeto de investigação para um grande número de estudos na LT,⁸ vamos direto ao ponto que nos interessa destacar mais de perto na concepção desse processo, e que se relaciona a uma das hipóteses que defendemos neste artigo.

De fato, podemos dizer que a concepção de encapsulamento nos estudos de LT, até onde temos conhecimento, foi pensada para aplicação apenas no universo dos textos verbais. Prova disso está nos exemplos geralmente empregados na definição dessa categoria, como é o caso de (1) e (2). Não obstante, temos a convicção de que o fenômeno possa também abranger a composição de textos verbo-imagéticos, desde que assumamos o pressuposto de que a porção textual encapsulada não necessariamente precisa pertencer ao modo verbal.

Essa mesma posição já é assumida na tese de Nascimento (2014), embora o seu foco seja direcionado para outros desdobramentos dessa questão, principalmente porque a autora trabalha com a imagem em movimento.⁹ Em suas análises, ela identifica imagens que têm a função de transmitir uma noção resumitiva de partes do texto (no caso, o próprio enredo do curta metragem analisado), o que a leva também a reconhecer essas ocorrências como encapsulamentos imagéticos. Não podemos deixar de registrar a importância dos *insights* de Nascimento (2014) para a proposta que estamos aqui desenvolvendo.

Assim, com base nas evidências que apresentamos na análise de dois textos verbo-imagéticos feita na sequência, defendemos, neste trabalho, a hipótese do encapsulamento imagético na configuração dessa modalidade textual. Isso necessariamente implica pensar essa categoria em consonância com uma concepção de texto de base sociocognitiva, que dá maior abertura para uma descrição mais refinada da diversidade de configurações textuais que estão surgindo na atualidade, dentre as quais destacamos os textos verbo-imagéticos.

Vejamos, então, o primeiro texto, um cartaz produzido como peça de uma campanha socio-educativa promovida pelo Ministério da Saúde do Brasil, no ano de 2012, para prevenção da AIDS, durante o período do carnaval.

Figura 7 – Cartaz 02



Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=cartazes+campanhas+de+sa%e>> Acesso em: 07 set. 2017.

⁸ Como exemplo, citamos Vasconcelos Sá (2007) e Esteves (2017).

⁹ A autora analisa a construção de referentes num texto verbo-audiovisual, o curta metragem *Vida Maria*, de Márcio Ramos.

No cartaz da Figura 7, identificamos, nos enunciados *Isso rola muito* e *Esperar por isso não rola*, duas ocorrências da expressão referencial *isso* na função de encapsulamentos. Contudo, a porção textual sumarizada apresenta-se no modo imagético e não no modo verbal, como é típico dos exemplos usados para a configuração dessa categoria.

Melhor dizendo, o primeiro caso de encapsulamento homologado pela expressão *isso* (*Isso rola muito*) pode ser dito como a sumarização da cena imagética que evoca o *frame* de relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo. A segunda ocorrência em *Esperar por isso não rola* encapsula uma outra cena, também dentro desse mesmo *frame*, que alerta para a necessidade do uso de preservativos nas relações sexuais.

Em ambos os casos, a expressão *isso* não faz remissão a nenhum referente imagético pontual das cenas descritas. De fato, ela homologa a construção de um novo referente que encapsula uma porção textual imagética. É exatamente esse tipo de ocorrência que estamos propondo chamar de encapsulamento imagético. Passemos, então, para o segundo exemplo, que também nos auxilia no desenho dessa categoria.

Figura 8 – Cartaz 03



Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=campanha+de+tr%C3%A2nsito+2017&tbm=isch&imgil>> Acesso em: 07 set. 2017.

Na composição do cartaz da Figura 8, que faz parte de uma campanha socioeducativa de trânsito, identificamos a expressão encapsuladora (*d*)esta cena em contexto semelhante ao da expressão *isso* do exemplo anterior. Ou seja, há, nesse exemplo, mais uma ocorrência do que estamos postulando como encapsulamento imagético, uma vez que a referida expressão resume uma porção textual imagética que evoca um *frame* de acidente de trânsito.

Nessa ocorrência, temos, porém, outro elemento que precisa ser considerado. Entendemos que a porção verbal *6.121 vítimas de acidente de trânsito* também deva compor o cenário que está sendo resumido pela expressão encapsuladora *desta cena*. Aceita essa possibilidade, compreendemos que a categoria conjecturada pode envolver somente a imagem, como vimos no exemplo anterior, ou a imagem em conjunto com um enunciado verbal, conforme identificado no exemplo ora analisado.

Diferentemente da recategorização imagética, em que já avançamos mais na sua descrição, temos ciência de que precisamos ainda ampliar o universo de investigação da categoria do encapsulamento imagético. O nosso objetivo, neste trabalho, é somente dar a conhecer essa nossa

conjectura no estudo do encapsulamento aplicado aos textos verbo-imagéticos, cujas reflexões devem ser vistas ainda como embrionárias. Contudo, além do que já descrevemos, os exemplos analisados, certamente por fazerem parte do gênero cartaz publicitário de campanha socioeducativa, já evidenciam que o encapsulamento imagético parece ter uma maior força argumentativa na construção do propósito comunicativo desse gênero. Entendemos que a visualização da cena imagética encapsulada tem a função de aproximar ou impactar os interlocutores, para persuadi-los a aderir às campanhas.

De fato, precisamos agora percorrer novos caminhos na direção de uma descrição mais refinada da categoria do encapsulamento imagético. Mas entendemos que o primeiro passo já foi dado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para uma maior consolidação das reflexões feitas neste artigo, que conduzem principalmente à proposição das categorias da recategorização e do encapsulamento imagéticos, é necessário agora que trabalhem para o cumprimento de dois objetivos: i) ampliar a investigação dos contextos discursivos de realização dos fenômenos, a fim de prover uma descrição mais substancial das categorias propostas; ii) aprofundar a investigação das diferentes funções discursivas dos dois processos referenciais a partir dos gêneros textuais em que eles se manifestam.

Ademais, sabemos que este trabalho também endereça outras questões cuja discussão ainda deve ser ampliada, como é o caso da própria concepção de anáfora, que precisa ser redimensionada para dar conta também da diversidade das práticas discursivas que envolvem mais de um modo semiótico, a exemplo dos textos verbo-imagéticos que analisamos neste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BEGUELIN, M. J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER, A.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. (Eds.) *Du syntagme nominal aux objets-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores*. Neuchâtel: Institute de Linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995. p. 227-271.
- CAPISTRANO JÚNIOR, R. Ler e compreender tirinhas. In: ELIAS, Vanda Maria (Org.). *Ensino da língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 227-235.
- CAVALCANTE, M. M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 44, p. 105-118, 2003.
- CAVALCANTE, M. M. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges. Maria, BENTES, Anna Christina. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 125-149.
- CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. P. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
- CIULLA E SILVA, A. *Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos*. 2008. 201f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

- CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*, 2011. 330f. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- ESTEVES, L. B. *Funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento em artigos de opinião*. 2017. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- FRANCIS, G. *Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais*. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante, Valéria Sampaio C. de Deus e Tathiane Paiva de Miranda. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.
- KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
- LIMA, S. M. C. de. *Entre os domínios da metáfora e metonímia: um estudo de processos de recategorização*. 2009. 204f. Tese (Doutorado em Linguística). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- LIMA, S. M. C. de. *A construção de referentes em textos verbo-visuais: uma abordagem socio-cognitiva*. *Intersecções* (Jundiá), v.1, p.61 - 80, 2016.
- MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. V. *Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada*. In: ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (Orgs.). *Gramática do Português Falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 31-56.
- MATOS, J. G. *As funções discursivas das recategorizações*. 2005. 142 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. *Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référentiation*. *TRANEL (Travaux Neuchâtelois de Linguistique)*, n. 23, p. 273-302, 1995.
- NASCIMENTO, S. S. O. *A construção multimodal dos referentes em textos verbo-audiovisuais*. 2014. 144f. Tese (Doutorado em Linguística), – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- RAMOS, P. *Tiras cômicas e piadas: duas leituras, um efeito de humor*. 2007. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SILVA, F. O. *Formas e funções das introduções referenciais*. 2013. 127 f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, 2013.
- VASCONCELOS DE SÁ, J. O. *As funções cognitivo-discursivas das anáforas encapsuladoras*. 2007. 106f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2007.
- ZAVAM, A. *São axiológicas as anáforas encapsuladoras?* In: CAVALCANTE, M. M.; COSTA, M. H. A.; JAGUARIBE, V. F.; CUSTÓDIO-FILHO, V. (Org.). *Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros domínios discursivos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

RECATEGORIZAÇÃO POR NOME PRÓPRIO NOS PROCESSOS REFERENCIAIS

RECATEGORIZATION BY PROPER NAMES IN REFERENTIAL PROCESSES

Mônica Magalhães Cavalcante*, Maiara Sousa Soares**

RESUMO

Este artigo objetiva analisar o fenômeno da recategorização por nome próprio nos processos referenciais de modo a observar como este pode colaborar para a condução argumentativa do texto na apresentação e nas retomadas recategorizadoras dos referentes. O referente se define como uma entidade construída na mente dos interlocutores mediada pela negociação de sentidos. Dessa forma, a recategorização de um dado referente é compreendida como um fenômeno que incide em um processo de idas e vindas numa constante tentativa de estabilizar a referência em função de satisfazer o projeto de dizer. Para isso, o processo de apresentação e de retomada anafórica, quando realizado por nomes próprios, influencia a construção dos sentidos. A fim de demonstrar nossas reflexões a esse respeito, apresentamos a análise de duas crônicas jornalísticas descrevendo como o modo de apresentação e as sucessivas retomadas anafóricas dos referentes por nome próprio podem auxiliar na orientação argumentativa do texto. Nessas análises, comprovamos a relevância do nome próprio em determinados contextos em função de seu uso na apresentação e na retomada recategorizadora dos referentes.

Palavras-chave: Recategorização. Nome Próprio. Referenciação.

ABSTRACT

This article aims to analyze the phenomenon of recategorization by proper name in the referential processes in order to observe how it can collaborate for the argumentative conduction of the text in the presentation and in the recategorization of the referents. The referent is defined as an entity built in the minds of the interlocutors mediated by the negotiation of the meanings. In this way, the recategorization of a given referent is understood as a phenomenon that focuses on a process

* Professora Associada II da Universidade Federal do Ceará e bolsista de produtividade em pesquisa 2.

** Mestranda em Linguística da Universidade Federal do Ceará e bolsista CNPq.

of comings and goings in a constant attempt to stabilize the reference in function of satisfying the project of saying. For this, the process of presentation and anaphoric resumption, when performed by proper names, influences the construction of the meaning. In order to demonstrate our reflections in this respect, we present the analysis of two journalistic chronicles describing how the presentation mode and the successive anaphoric retakes of the referents by their proper name can help in the argumentative orientation of the text. In this analysis, we prove the relevance of the proper name in certain contexts due to its use in the presentation and in the recategorized resumption of the referents.

Keywords: *Recategorization. Proper Name. Referentiation.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo pretende analisar, à luz da concepção sociocognitiva e discursiva da referenciação, o fenômeno da recategorização, particularizando o modo de apresentação e as sucessivas retomadas anafóricas dos objetos de discurso por apelo ao nome próprio, a fim de demonstrar como o recurso aos antropônimos pode auxiliar na orientação argumentativa do texto. Essa análise possibilita descrever como determinados nomes próprios podem estar a serviço de um projeto de dizer do locutor desde o modo como os referentes são expressos no contexto até sua participação nas etapas de construção da referência, tal como foram descritas por Custódio Filho (2011).

Com base nisso, buscamos demonstrar como as retomadas recategorizadoras por nome próprio colaboram para a condução argumentativa do texto. Partimos do pressuposto defendido por Cavalcante (2017) de que “todo texto apresenta uma dimensão argumentativa”, ou seja, revela, de alguma forma, como “o locutor tenta influenciar o modo de ver e sentir do interlocutor” (AMOSSY, 2011; CAVALCANTE, 2017). Concebemos o processo de recategorização por nome próprio como uma estratégia argumentativa que visa transformar os objetos de discurso no texto em função de um ponto de vista que se quer explicitar, mas também em função de sobredeterminações discursivas e de negociações estabelecidas entre os interlocutores.

Conforme Cavalcante (2017), há diversas estratégias argumentativas que interferem na organização de um texto, como a escolha de um gênero discursivo e de uma possível sequência textual dominante; como a hierarquização dos subtópicos; como o recurso às intertextualidades, entre elas a alusão; e como a escolha de determinados processos referenciais. Acreditamos que certas construções de processos referenciais, como os que envolvem o nome próprio são mobilizadas tendo em vista o projeto de dizer do locutor e de sua tentativa de guiar o olhar do interlocutor, influenciando-o quanto a determinados pontos de vista.

Neste artigo, para evidenciar como os nomes próprios são relevantes para a recategorização dos objetos de discurso na condução argumentativa de um texto, apresentamos, com base na pesquisa de Soares (2017), a análise de duas crônicas jornalísticas do colunista José Simão, jornalista da Folha de São Paulo, publicadas no caderno *Ilustrada*.

1 O NOME PRÓPRIO COMO ESTRATÉGIA DE PROGRESSÃO REFERENCIAL

Esta pesquisa se volta para o uso de nomes próprios na apresentação e nas retomadas recategorizadoras, uma vez que consideramos este recurso linguístico relevante à progressão referencial

– um pressuposto que já se encontrava na tese pioneira de Bassetto (2015). Para isso, a autora descreveu os modos de funcionamento do nome próprio em diversos gêneros, distinguindo-os, semântico-sintaticamente, por sua *função designativa* ou por sua *função atributiva* nos diversos gêneros em situações comunicativas. A *função atributiva* de uma expressão referencial com nome próprio, segundo Bassetto, ainda se subdividiria em dois tipos: *com atributo construído discursivamente*, ou *com atributo cristalizado*.

O funcionamento do nome próprio depende do contexto de uso, como se pretende demonstrar a partir das análises realizadas na sequência, com base nos modos de funcionamento do nome próprio distribuídos no *continuum* – (a) nome próprio designativo; (b) nome próprio atributivo com características construídas discursivamente; e (c) nome próprio atributivo com características mais cristalizadas (BASSETTO, 2015, p. 102).

Apesar de aparentarem ser exclusivas, há possibilidade de essas categorias serem concomitantes, pois um nome próprio pode se apresentar, por exemplo, numa função atributiva com atributo construído discursivamente, em função das pistas do contexto, mas também com atributo cristalizado, em função das características socialmente convencionadas e já sedimentadas em dada cultura.

A *função designativa*, para Bassetto (2015), corresponde ao primeiro modo de funcionamento do nome próprio, amplamente discutida por filósofos da linguagem, como Mill (1843) e Kripke (1972), para os quais o nome próprio denotava os objetos sem lhes acrescentar quaisquer atributos. Também foi discutida por estudiosos pautados na visão da gramática tradicional, como Cegala (2004) e Cunha e Cintra (2013), para os quais o nome próprio cumpria a função de nomear os objetos.

Para tais perspectivas, a função designativa seria mais prototípica e daria um caráter mais “neutro” à expressão referencial com nome próprio, sem apontar características do referente. No exemplo a seguir, de Bassetto (2015, p. 103), podemos observar como se dá esse modo de funcionamento do nome próprio designativo:

(1)

Até agora, a mais espetacular operação da Polícia Federal atirou contra o banqueiro Daniel Dantas. Mas atingiu também o *presidente do Supremo*, Gilmar Mendes, que está levando as sobras com o levantamento de sua polêmica passagem no judiciário nacional. [...]

No exemplo (1) acima, na expressão referencial “o banqueiro Daniel Dantas”, o nome próprio “Daniel Dantas” é usado como especificador do nome núcleo “banqueiro”. A esse traço estrutural, Bassetto (2015) acrescenta que tal uso dá maior relevância à informação, pois recupera figuras públicas do meio social, já que não seria um banqueiro qualquer, mas um indivíduo presente no conhecimento compartilhado das pessoas. Ainda nesse exemplo, a expressão sublinhada “Gilmar Mendes” exerce, nesse caso, a função de aposto explicativo para a descrição definida “o presidente do Supremo”, identificando o objeto de discurso para o interlocutor e evitando possíveis ambiguidades na compreensão. Por essa razão, concordamos com Bassetto (2015, p. 105) ao afirmar que “os nomes próprios são extremamente significativos na orientação argumentativa do texto”.

O segundo modo de funcionamento do nome próprio descrito pela autora é a função atributiva com atributo construído discursivamente, que acontece quando nomes próprios “emprestam”

características a outro nome próprio, a outro referente, em função do ponto de vista construído no texto. Essa função pode ser compreendida no exemplo dado pela autora a seguir:

(2)

“Lula é a expressão de algo bem mais familiar na política brasileira e de que nunca vamos nos livrar. Ele é o ACM. É o Sarney. É o Jader Barbalho. É o Severino Cavalcanti (FEB)” (BASSETTO, 2015, p. 134, grifos da autora).

O referente “Lula” é introduzido com função designativa, e, em seguida, esse objeto de discurso passa a receber predicativos por nomes próprios configurando uma função atributiva. Para a autora, além desse traço estrutural, de estar em posição predicativa, acrescenta-se uma informação culturalmente compartilhada, a informação de que “o ACM” (Antônio Carlos Magalhães), “o Sarney”, “o Jader Barbalho” e “o Severino Cavalcanti” são todos políticos envolvidos em escândalos de corrupção, e suas imagens públicas permanecem ligadas a valores socialmente negativos, os quais passam a somar predicados ao referente “Lula”. A autora salienta que esses nomes próprios ainda exercem uma função designativa, pois é necessário que o interlocutor recupere esses conhecimentos de mundo. Cremos que a função designativa, a que se refere a autora, se deve ao fato, neste caso, de o nome próprio constituir um predicativo equipolente, isto é, um predicativo em relação de equivalência com o sujeito.

Para Bassetto (2015), nesse caso, os nomes próprios em função predicativa não participam dos processos anafóricos, mas auxiliam na construção referencial, apesar de ressaltar que podem ser usados como introdução e progressão referencial. Não seguiremos inteiramente esse tipo de descrição, por considerarmos tratar-se de uma restrição semântico-sintática, o que contraria a perspectiva de análise da Linguística Textual que adotamos. Reconhecemos, por outro lado, a pertinência da observação da autora quanto ao fato de, em (2), existirem relações metafóricas que promovem retomadas anafóricas diretas, colaborando para a progressão referencial. Essas relações metafóricas estabelecem uma correferencialidade com o referente “Lula” e, conseqüentemente, o recategorizam.

O terceiro e último modo de funcionamento do nome próprio é a função atributiva com atributo cristalizado, a qual se relaciona a nomes próprios que já são atrelados socialmente a uma espécie de estereótipo cultural construído por uma determinada comunidade. Parece-nos que esse traço de estereotipia está presente também no caso anterior e que a distinção se deve a outro aspecto: ao fato de o nome próprio ter passado, morfologicamente, a nome comum, ou seja, a epônimo. Nesses casos, o nome apresenta sentidos convencionados socialmente, ou seja, características fixas, estereotipadas, por exemplo, *judas*, com o sentido de *traidor*; *einstein*, com o sentido de *gênio*, dentre outras. Todavia, há exemplos em que o nome próprio permanece e se grafá, por isso, com maiúscula.

Dentre os exemplos analisados, recortamos um excerto do seguinte caso apresentado pela autora, no qual os usos dos nomes próprios desempenham a função atributiva com atributo cristalizado.

(3)

Após polêmica, Neymar é chamado de ‘novo Pelé’ na capa da ‘Time’.
Atacante do Santos estampa a capa da última edição da “Time”, que aponta o craque como o “próximo Pelé”. [...] (BASSETTO, 2015, p. 157).

Nesse caso, o referente “Neymar” é introduzido por um nome próprio designativo na manchete e, em seguida, esse objeto de discurso passa a receber atributos “cristalizados” pelas expressões referenciais “novo Pelé” e “o próximo Pelé”, jogador conhecido popularmente por sua excelência

no futebol. Dessa forma, os objetos de discurso se relacionam, num jogo de instauração de referentes, a partir das propriedades semânticas que um nome próprio em função atributiva pode oferecer a outro referente, como no exemplo acima, no qual as características cristalizadas, fixadas por uma convenção social e presentes no conhecimento compartilhado, do referente “Pelé”, são atribuídas ao referente “Neymar”. As descrições definidas “atacante dos santos” e “o craque” acrescem características aos nomes próprios atributivos para promover a recategorização do referente Neymar, que, de acordo com a autora, é “construído discursivamente”.

Podemos considerar, no entanto, que os dois referentes são construídos discursivamente, já que esses conhecimentos são acionados pelos contextos que emergem no texto. Além disso, essas relações entre os objetos de discurso são denominadas por Bassetto (2015) como um “jogo de instauração de referentes”. A nosso ver, essas relações entre referentes são próprias do fenômeno de recategorização e da construção de redes referenciais conforme Matos (2017).

Esses atrelamentos que se dão entre os objetos de discurso são favorecidos pelo processo de recategorização, que acontece, conforme Cavalcante e Brito (2016), num jogo de idas e vindas, o qual possibilita a interpretação das instabilidades e estabilidades dos objetos de discurso. A atribuição de características comuns a um nome próprio autoriza essas conexões entre os referentes. Assim, um referente introduzido é naturalmente recategorizado e transformado pelas diversas pistas contextuais, dentre elas, as expressões referenciais com nome próprio.

2 O ATO DE REFERIR COMO ATIVIDADE DISCURSIVA

Tomando os pressupostos de Mondada e Dubois (2003), de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), assim como de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), a referenciação é uma atividade discursiva, negociada e dinâmica, possibilitando, no texto, a construção de objetos de discurso, os quais são mediados pela negociação entre os interlocutores num jogo de instabilidades e estabilidades envolvidas nas práticas sociais de comunicação. Para Mondada e Dubois (2003, p. 20),

Essas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal, solitário face ao mundo, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo.

A intersubjetividade, desse modo, se configura pela natureza sociocognitiva e abstrata do objeto de discurso, a qual permite aos interlocutores uma coconstrução de representações particulares e públicas do mundo, considerada mais ou menos estável a partir das negociações mediadas por um “intercâmbio” entre os interlocutores. Para os autores, referentes não são como “coisas” do mundo material, por isso afirmam sustentar uma visão de referência mais representacional e construtivista.

Esses pressupostos que fundamentaram o conceito de referenciação são recapitulados por Cavalcante (2011; 2013), Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), entre outros trabalhos desenvolvidos pelas pesquisas do grupo Prottexto.¹ Para Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), o referente pode ser definido como uma representação mental de uma entidade construída no texto pelos interlocutores.

¹ Grupo de pesquisa Prottexto coordenado pela Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante.

2.1 PROCESSOS REFERENCIAIS

Desde os pressupostos sobre as definições, os tipos e as funções dos processos referenciais discutidos por Cavalcante (2011; 2013), os processos referenciais foram subdivididos da seguinte forma, como se lê em Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014): introdução referencial; anáforas, que se dividem em anáforas direta, indireta e encapsuladora; e dêixis, elementos que organizam as coordenadas de uma situação enunciativa imediata, apontando para “quem fala”, “de onde fala” e “quando fala”.

Os autores enfatizam que esses processos não visam a uma pura classificação, mas cumprem funções argumentativas no texto à medida que são mobilizados para um projeto de dizer e negociados na interação socialmente situada. A seguir, apresentamos os processos referenciais e suas funções mais salientes, para fundamentar a análise da recategorização por nomes próprios nas anáforas.

A introdução referencial, conforme Silva (2013) e Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), é concebida como a “estrela” de um objeto de discurso no texto. A apresentação desse referente que se introduz no texto pode se dar por uma expressão referencial, que é a forma mais clássica; por elementos multimodais diversos; por várias pistas que podem apenas evocar o referente; ou por um elemento dêitico. O exemplo dos autores aponta uma forma mais clássica de inaugurar um referente no texto:

(4)
PAI,

Este retrato é mais
e mais que a pedra branca,
mais que a data sempre.

E mais que um nome
que o eco
nunca mais

[...]

(Mônica Magalhães Cavalcante, poema inédito)

(CAVALCANTE, CUSTÓDIO FILHO, BRITO, 2014, p. 54)

No poema acima, o referente “Pai” foi introduzido por uma estrutura linguística manifestada na superfície textual, ou seja, por uma expressão referencial. Essa entidade instaurada no texto pode servir de âncora para as retomadas anafóricas que ocorrem ao longo do poema.

Outra possível introdução referencial descrita pelos autores pode se dar por uma expressão referencial que representa elementos das coordenadas da situação enunciativa imediata. Esse processo se denomina introdução referencial dêitica. Para exemplificar, os autores destacam um trecho da canção *Outra vez* de Roberto Carlos: “Você foi o maior dos meus casos/ De todos os abraços/ O que eu nunca esqueci”. Nesse exemplo, o objeto de discurso “Você” inaugura um referente e é um dêitico pessoal.

Acerca desses tipos de introdução referencial, Silva (2013) e, posteriormente, Esteves (2017) comprovaram a existência de uma introdução referencial encapsuladora, ou seja, o referente é inaugurado no texto e resume uma porção textual difusa a ser construída no texto prospectivamente. Tal processo referencial se distingue das anáforas por cumprir a função de instaurar o referente pela primeira vez no texto. Outro fator relevante a destacar é a função argumentativa da introdução referencial, que pode evidenciar um ponto de vista que se pode confirmar ou não ao longo do texto.

Diferentemente do processo de apresentação do referente, o processo anafórico possibilita manter e fazer progredir um referente no texto em virtude das sucessivas recategorizações. Esse processo anafórico se apresenta de três formas complexas: anáfora direta, anáfora indireta e anáfora encapsuladora.

A anáfora direta, ou correferencial, retoma um mesmo referente já estreado no texto, o que possibilita a manutenção e, conseqüentemente, a progressão de um mesmo objeto de discurso. O exemplo abaixo ilustra esse processo referencial e, ao mesmo tempo, ajuda a discutir as hipóteses formuladas por Soares (2017).

(5)



Fonte: Disponível:< <https://twitter.com/diimabr/status/762090361850302464>>

A postagem de *twitter* acima, publicada dia 6 de agosto de 2016, no perfil “Dilma Bolada”, se relaciona ao período da realização do evento das Olimpíadas de 2016, no qual os torcedores protestaram contra o presidente Michel Temer, levando faixas com a expressão “Fora Temer” para o estádio. O referente “Michel Temer” é inaugurado pela expressão referencial “O Temer”, que passa a ser retomado e recategorizado, em uma relação metafórica, pela anáfora direta “Voldemort das Olimpíadas”. Conforme Cavalcante e Brito (2016), as retomadas anafóricas promovem a recategorização do objeto de discurso e oferecem acréscimos e confirmações (CUSTÓDIO FILHO, 2011) das informações que “guiam” uma orientação argumentativa do texto.

O nome próprio “Voldemort” representa o estereótipo de um vilão da saga Harry Potter. Voldemort é tão demasiadamente temido por todos que seu nome não pode sequer ser pronunciado. Tal designação induz à construção de um ponto de vista – uma sátira à situação na qual os torcedores foram punidos por se manifestarem por cartazes, vaias e palavras de ordem, como “Fora Temer”. Dessa maneira, as anáforas correferenciais exercem uma função de manter um referente no texto e, ao mesmo tempo, fazem esse objeto de discurso progredir, auxiliando nos propósitos argumentativos do texto.

Já as anáforas indiretas, conforme Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), não retomam um mesmo referente já apresentado, ou seja, não há uma relação correferencial da anáfora indireta com objetos de discurso estreados no cotexto. Conforme os autores, apesar de parecer introduzir uma entidade nova, na verdade, esse processo referencial aciona referentes que apresentam um vínculo contextual com referentes expressos no cotexto ou com pistas contextuais de qualquer natureza. Nessas anáforas, portanto, há referentes “previsíveis”, devido às relações contextuais e anafóricas com os referentes já instaurados no texto. As associações permitem ao interlocutor inferir a entidade referida. Essas informações nas quais as anáforas indiretas se apoiam serão tratadas aqui como *âncoras*. Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 69), no exemplo abaixo, ilustram a anáfora indireta:

(6)

Atentado à maratona de Boston de 2013 foi um atentado ocorrido em 15 de abril de 2013, quando duas bombas foram detonadas na Maratona de Boston aproximadamente às 14h50 min (hora local), na Rua Boylston, perto da Praça Copley, na cidade de Boston, Estados Unidos, pouco antes da linha de chegada da prova que se desenrolava. As explosões mataram três pessoas e feriram mais de 170. Em 19 de abril, os serviços de inteligência informaram que dois suspeitos foram identificados Tamerlan Tsarnaev, de 26 anos, que foi morto durante tiroteio com policiais [...]

(Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Atentado_%C3%A0_Maratona_de_Boston_de_2013>. Acesso em: 22 jan. 2014, grifo nosso).

As expressões referenciais sublinhadas, de acordo com os autores, podem parecer indicar um novo referente, mas não é possível considerar que essas pistas instaurem novos referentes no texto, pois as expressões “explosões” e “serviços de inteligência”, acima, estabelecem uma relação anafórica com o referente “atentado”, em negrito, introduzido desde o título do texto.

Mencionamos, por fim, outro processo de introdução referencial, que se expressa por um encapsulamento, antecipando e resumindo porções textuais difusas no texto. Segundo Silva (2013) e Esteves (2017), pode ocorrer de a introdução encapsuladora indicar uma orientação avaliativa, colaborando significativamente para a condução argumentativa do texto. Os encapsulamentos também podem acontecer nas retomadas anafóricas, como, aliás, sempre foram definidos na literatura sobre o assunto. Mas nem as introduções encapsuladoras, nem as anáforas encapsuladoras interessam à nossa pesquisa, porque, a nosso ver, não se aplicam às expressões por nome próprio.

Elegemos, para este artigo, a análise, da apresentação e das retomadas recategorizadoras que se dão por expressões referenciais com nome próprio nas anáforas diretas, tendo em vista que grande parte de nossos dados incide sobre esse processo. Para tanto, é necessário explicitar a definição de recategorização pela qual nos pautamos neste artigo.

3 O FENÔMENO DA RECATEGORIZAÇÃO

Para Cavalcante e Brito (2016, p. 119), “a recategorização compõe a dinâmica natural de retomada anafórica, pela qual os referentes, ao mesmo tempo que se mantêm no texto por algum tipo de associação, também evoluem em diferentes proporções, em proveito da progressão temática”. Sendo o referente de natureza sociocognitiva e discursiva, a recategorização não poderia ser atribuída somente a formas referenciais, mas às idas e vindas na interpretação do texto, de modo que se estabilizam e se desestabilizam ao longo da reconstrução dos sentidos.

Esse movimento de manutenção e progressão referencial foi bem observado na tese de Custódio Filho (2011), que propôs duas etapas de construção da referência: *apresentação* e *mudança*. A mudança poderia transcorrer de três formas: *por acréscimo*, *por confirmação* e *por correção*. Em breves palavras, segundo Custódio Filho (2011, p. 194), a etapa de *apresentação* tem como principal função introduzir o referente novo pela primeira vez no texto, sendo uma âncora para possíveis retomadas anafóricas. Já a etapa de *mudança* “engloba todos os acréscimos feitos aos referentes, os quais possibilitam a percepção de que tais referentes modificam o estatuto de sua significação ao longo do texto” (CUSTÓDIO FILHO, 2011, p. 194).

De acordo com o autor, a mudança por acréscimo resulta nas modificações dos referentes, podendo alterar o objeto de discurso, mas sem anular os sentidos que foram construídos até o

momento; a mudança por correção também possibilita o acréscimo de informações, mas desempenha a função de alterar o referente de modo a causar uma quebra de expectativa no interlocutor; e, por último, a mudança por confirmação exacerba determinadas características do referente, colocando-as em evidência novamente e gerando uma sanção das informações.

O autor enfatiza o papel da confirmação na análise de textos longos, argumentando em favor da importância que exerce nas estratégias de progressão referencial. A proposta de Custódio Filho (2011) se volta para o processo de recategorização, que pode ser observado a partir das etapas da construção da referência dos processos referenciais à medida que as mudanças por acréscimo, por correção e por confirmação modificam e transformam o referente já apresentado.

Quanto a essas etapas de construção da referência propostas por Custódio Filho (2011), Cavalcante e Brito (2016) sugerem duas funções mais gerais dos processos de referenciação: a de apresentar o referente pela primeira vez, realizada pelas introduções referenciais; e a de retomá-lo recategorizando-o, realizada por quaisquer processos anafóricos. Assim, Cavalcante e Brito (2016) abstraem dessas etapas essas duas funções intrínsecas aos processos referenciais, ressaltando que elas são inerentes à construção de qualquer referente.

A transformação deixa no texto um resquício do referente anterior, o que é considerado pelas autoras como um jogo de figura e fundo, em que a figura é aquilo que está mais em evidência, e o fundo é o contexto esmaecido no qual a figura está inserida. Esses passos oferecem ao nosso trabalho categorias de análise e inspiraram os objetivos desse artigo. Investigamos como certas expressões referenciais com nome próprio podem oferecer acréscimos e confirmações aos objetos de discurso inaugurados no texto.

4 AS RETOMADAS RECATEGORIZADORAS POR NOME PRÓPRIO

Neste item, demonstramos, na análise de duas crônicas jornalísticas, como o processo de apresentação e retomada recategorizadora dos referentes por nome próprio auxilia, a nosso ver, na orientação argumentativa do texto, tendo em vista a tentativa constante de influenciar os modos de ver e sentir do interlocutor. As crônicas foram publicadas no caderno *Ilustrada*, da *Folha de São Paulo*, pelo jornalista José Simão, e costumam ser elaboradas a partir de comentários sobre as principais manchetes dos cadernos desse jornal, a respeito do contexto político contemporâneo.

Outro aspecto que salientamos na análise é o modo de expressão dos referentes sob a forma de amálgama. Tal estruturação morfológica, nos contextos de uso que investigamos, indiciam pontos de vista que se quer defender e confirmar ao longo do texto.

O exemplo abaixo é um trecho da crônica jornalística intitulada *Frankstemer! Nobel da Economia!*, publicada por José Simão,² colunista da *Folha de São Paulo*, dia 04 de junho de 2016. Esse texto está inserido no contexto de investigações sobre corrupção envolvendo o mandato do presidente da Câmara Eduardo Cunha, que estava sendo investigado na época.

(6)

Frankstemer! Nobel da Economia!

[...]

Rarará!

E atenção! “Piauí Herald”: “Após aumentar gastos públicos para conter a crise,

² Colunista da *Folha de São Paulo*.

Temer é indicado para o Nobel da Economia”. A Câmara aprovou aumento da crise econômica: aumentou o Judiciário, os funcionários públicos, os militares e a mesada do Michelzinho.

Rarárá!

[...]

E o Cunha, o Chicuncunha? “Destino de Cunha está nas mãos do PRB de Russomanno”. Está em boas mãos! Bom para ambos os lados!

(Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/josesimao/2016/06/1777984-frankstemer-nobel-de-economia.shtml>>. Acesso em: 06 jun. 2017).

Notamos que, no próprio título, o referente “Michel Temer” é introduzido por uma expressão referencial que já apresenta um posicionamento argumentativo. Essa tomada de posição, como afirmaram Silva (2013) e Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), pode se confirmar ou não ao longo do texto. Esse ponto de vista, a nosso ver, é estabelecido na introdução referencial “Frankstemer”, na qual há uma alusão à figura do monstro do filme. A estrutura linguística da expressão referencial é modificada no modo de expressão pela junção dos nomes próprios *Frankenstein e Temer*. Segundo Monteiro (2002), esse fenômeno é conhecido como amálgama, ou acrossemia, processo de formação de nomes personativos em que um vocábulo é estruturado pela junção de partes de dois nomes próprios, duas expressões referenciais, neste caso “Frankenstein” e “Temer”.

Assim, esse modo de expressão do referente “Michel Temer” no contexto contribui para a manifestação de um ponto de vista do locutor, o qual demonstra não simpatizar com a política realizada pelo presidente Michel Temer. No primeiro parágrafo, outras informações confirmam esse posicionamento argumentativo, como “aumentar gastos públicos”; “Temer é indicado para o Nobel de economia; “aumentar a mesada de Michelzinho”.

O segundo parágrafo trata das investigações contra o então presidente da Câmara dos deputados, Eduardo Cunha. O referente “Eduardo Cunha” é introduzido pela expressão referencial por nome próprio, “Cunha”, e, na sequência, é recategorizado pela expressão referencial “Chicuncunha”. Essa forma, que possibilita uma transformação do referente ao acrescentar certos atributos, como a comparação do referente Eduardo Cunha a uma doença viral Chicungunya, ao mesmo tempo apresenta um tom de deboche e sátira sobre a figura de Eduardo Cunha.

Outro ponto para explorar é o uso da expressão referencial “ChicunCunha”. O locutor realça o nome próprio “Cunha” com letra maiúscula fazendo alusão ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. Por meio do processo morfológico de formação por acrossemia, ou amálgama, descrito por Monteiro (2002) como processo de formação de nomes personativos, os nomes próprios “Chicungunya” e “Cunha” se aglutinam. O recurso a essa aglutinação se evidencia como uma estratégia persuasiva, pois o interlocutor é levado a entender que o referente “Eduardo Cunha” é comparado ao vírus Chicungunya. Essas pistas nos induzem a considerar que há um ponto de vista no texto expressando desaprovção à política praticada por essa figura pública, para ridicularizá-lo.

Ao fazer essa decomposição da expressão, percebemos que há uma aproximação fonológica para evocar dois objetos de discurso. Ao estabelecer uma relação entre os referentes e recategorizar o referente “Eduardo Cunha”, o texto provoca humor e sátira ao comparar a figura de Eduardo Cunha à doença viral Chicungunya. Vale salientar que o político Eduardo Cunha se destacou diante dos acontecimentos contemporâneos ligados a sua posse como presidente da Câmara, ao presidir o processo de *Impeachment* de Dilma Rousseff, e a cassação de seu mandato por quebra de decoro parlamentar.

Nessa análise, confirmamos nossa hipótese de que o nome próprio, no espaço da recategorização, compõe estratégias argumentativas no texto em virtude de seu poder de instigar o interlocutor, a partir dos conhecimentos compartilhados, a recuperar o humor e a crítica envolvidos nesse projeto de dizer.

O exemplo abaixo pertence a uma crônica jornalística de José Simão, cujo título é *Ufa! Cunha foi pras cucunhas*, e foi publicada em 16 de junho de 2016, também na Folha de São Paulo. Esse texto trata da confirmação do pedido de cassação do mandato de Eduardo Cunha pelo Conselho de Ética da Câmara.

(7)

Ufa! Cunha foi pras cucunhas!

Buamba! Buamba! Macaco Simão! Urgente! O esculhambador-geral da República! Deus ouviu nossas preces! O Cunha foi pras cucunhas.
O Cão! O Coisa Ruim! O Tião Gavião! O Chicuncunha! O Inominável! O Insepulto!

Rarará!

[...]

(Disponível: < <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/josesimao/2016/06/1782012-ufa-cunha-foi-pras-cucunhas.shtml> >. Acesso em: 06 jun. 2017).

O próprio título, ao dizer que “Cunha foi pras cucunhas”, já alude à possível saída de Eduardo da Câmara dos Deputados, pois o referente “cucunhas” é um trocadilho com o nome próprio do “Eduardo Cunha” e indica a ideia de saída e retirada de Eduardo Cunha do poder. Em seguida, na segunda linha, o ponto de vista do locutor passa a ser confirmado por informações como “Deus ouviu nossas preces” e “Cunha foi para as cucunhas”, o que comprova uma das etapas de recategorização de Custódio Filho, a de confirmação de informações sobre o referente. O referente “Eduardo Cunha” também passa a ser recategorizado pelas expressões “o Cão”, “o Coisa ruim”, “o Tião Gavião” e “ChicunCunha”.

Chamamos atenção também para a expressão referencial “Tião Gavião”, expressão referencial que recategoriza o referente no texto. Tião Gavião, famoso personagem do desenho Penélope Chamosa, era conhecido por ser um vigarista que buscava, a todo custo, formas de matar Penélope e roubar sua herança. Outro aspecto diz respeito à aparência de Tião Gavião,³ traço usado para aproximar a aparência de Eduardo Cunha à desse personagem.

Podemos perceber, nessas análises, que o nome próprio é empregado pelo locutor para criar efeitos de humor no espaço da retomada recategorizadora, assim como para expressar um ponto de vista. A escolha de um processo referencial por nome próprio para retomar um referente inaugurado no texto gera acréscimos e confirmações de informações já mencionadas no texto, colaborando para a condução argumentativa.

CONCLUSÃO

Sendo nossa intenção investigar como os nomes próprios participam das retomadas recategorizadoras, concluímos que se faz relevante observar as anáforas diretas expressas no cotexto por

³ Os apuros de Penelope Chamosa. (Disponível em: < http://www.autobahn.com.br/desenhos/penelope_charmosa.html >. Acesso em: 1 out. 2017.

nome próprio, assim como as relações metafóricas construídas no texto a partir das relações de identidade entre os referentes. Avançamos nas considerações de Bassetto (2015) por considerar os nomes próprios, nos processos referenciais, não só uma estratégia de progressão referencial, mas uma estratégia persuasiva, que, junto a outras diversas, guia a argumentação no texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.
- AQUINO, Z. G. O. de.; GONÇALVES- SEGUNDO, P. Estudos do discurso: caminhos e tendências. In: CAVALCANTE, M. M.; BRITO, M. A. O. *O caráter naturalmente recategorizador das anáforas*. São Paulo: Editora Paulistana, 2016. Disponível em: <<http://cied.fflch.usp.br/sites/cied.fflch.usp.br/files/u31/Livro-CIED-2016-final.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2017.
- BASSETTO, L. M. T. *O funcionamento de nomes próprios no processo de referenciação*. 2015. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2015.
- CAVALCANTE, M. M. Estratégias de persuasão: a contribuição da Linguística Textual para o ensino e para a pesquisa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 10., Nitéroí, 2017.
- CAVALCANTE, M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, Referenciação e Ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.
- CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação*. 329 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-52.

REFERÊNCIA OPACA, MANIPULAÇÃO DE PONTOS DE VISTA E TEXTUALIDADE

OPAQUE REFERENCE, MANIPULATION OF POINTS OF VIEW AND TEXTUALITY*

Denis Apothéloz¹

Tradução: Anaximandro Amorim², Rivaldo Capistrano Júnior³

RESUMO

Este artigo aborda o problema da opacidade referencial – originariamente descrita e discutida no quadro da lógica da filosofia da linguagem – na perspectiva da análise do discurso. Mostra-se que as expressões referenciais opacas são associadas à manipulação dos pontos de vista. Diferentes categorias de opacidade são distinguidas em função do tipo de conteúdo explorado para produzir um efeito de opacidade.

Palavras-chave: Opacidade Referencial. Referência. Pontos de Vista.

ABSTRACT

This article is focused on the problem of referential opacity – originally described and discussed in the framework of the logic of the language philosophy – in the perspective of the discourse analysis. It is shown that opaque referential expressions are associated to the manipulation of points of view. Different categories of opacity are distinguished according to the type of content exploited in order to produce an opacity effect.

Key-words: *Referential Opacity. Reference. Points of View.*

* Tradução realizada com a expressa autorização do autor de texto publicado em: Denis Apothéloz. *Référence opaque, manipulation des points de vue et textualité*. Angela Ferrari, Letizia Lala, Roska Stojmenova (a cura di). *Testualità. Fondamenti, unità, relazioni. / Textualité. Fondements, unités, relations. / Textualidad. Fundamentos, unidades, relaciones*, Franco Cesati, pp.117-132, 2015, 978-88-7667-547-8. <www.francoesatieditore.com>.

¹ Professor de Linguística da Universidade de Lorraine, Nancy, França. Membro do laboratório Atilf (Análise e Tratamento Informático da Língua Francesa) e Diretor Científico da Revista “Verbum”.

² Professor da Aliança Francesa de Vitória (ES). Graduando em Letras Português-Francês pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Membro do Grupo de Estudos em Linguística Textual (Gelt) da mesma universidade. Voluntário do Programa de Iniciação Científica da mesma instituição com a pesquisa “Referenciação, Multimodalidade e Ensino: análise do livro de FLE”, orientador Prof. Dr. Rivaldo Capistrano Jr.

³ Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

1 INTRODUÇÃO

A expressão da subjetividade, e, mais particularmente, a expressão de um ponto de vista sobre a realidade designada, ensejou um grande número de trabalhos em linguística e em narratologia francesas, especialmente com inspiração nas obras de G. Genette. Nestas duas últimas décadas, as pesquisas conduzidas por A. Rabatel no âmbito da linguística da enunciação contribuíram para despertar de novo o interesse por esse tipo de fenômeno. O problema que gostaria de retomar aqui se insere nesta problemática, ainda que sua origem disciplinar seja diferente: trata-se da questão da referência opaca. Lembremos que esta denominação se deve a W. v. O. Quine (1960). Todavia, o problema já fora descrito por G. Frege (1892) sob a denominação de denotação “indireta” ou “oblíqua”.

O fenômeno da opacidade referencial se manifesta quando o fato de comutar duas expressões correferenciais modifica o valor de verdade da proposição na qual figuram essas expressões: a proposição é verdadeira com uma das expressões, falsa com a outra. Há, assim, opacidade quando o fato de substituir uma expressão referencial por outra modifica o valor de verdade da proposição, *ainda que as duas expressões designem o mesmo referente*. Segundo Quine, o fenômeno é o índice de que a “proposição” (termo utilizado por este autor) em que aparecem essas expressões não é – ou não é puramente – referencial. Eis um dos exemplos comentados por Quine (1977, p. 207):

(1) O delegado está à procura do presidente do Conselho de Administração do hospital.

Para compreender o que Quine quer mostrar, é necessário imaginar que (1) é o enunciado da seguinte situação: a pessoa designada pela expressão *o presidente do Conselho de Administração do hospital* foi nomeado recentemente para uma outra função, a de decano, e, assim, ele não é mais presidente do Conselho de Administração. Esta nova situação é conhecida pelo enunciador de (1), mas o delegado em questão não foi informado sobre isso. Nessas circunstâncias, observa Quine, o enunciado (1) não é verdadeiro se a expressão *o presidente do Conselho de Administração do hospital* é interpretada como refletindo o ponto de vista do delegado sobre a pessoa designada por esta expressão, mas não do ponto de vista do enunciador. Não se pode, assim, no contexto das circunstâncias, substituir a expressão *o decano* pela expressão *o presidente do Conselho de Administração do hospital* sem modificar as condições de validação do enunciado. De onde, como disse Frege: “a denotação de uma proposição *nem sempre é seu valor de verdade*” (1971, p. 113, *itálico de Frege*).

Em outros termos, o conjunto dos valores referenciais de uma proposição não é a única coisa a se levar em consideração para estabelecer seu valor de verdade. Diz-se de uma expressão que ela é “opaca” quando ela só pode ser interpretada como refletindo apenas o ponto de vista de uma instância que não seja o enunciador, como na situação imaginada acima.

Note-se que a mesma expressão seria, ao revés, transparente, num contexto de conhecimento em que o enunciador soubesse que o presidente do Conselho de Administração do hospital é um certo senhor Dupont, e no qual o delegado teria confiado ao enunciador que ele procurava o Sr. Dupont, mas sem que ele soubesse que o Sr. Dupont é o presidente do Conselho de Administração do hospital. Nesta situação, a expressão *o presidente do Conselho de Administração do hospital* somente poderia refletir o ponto de vista do enunciador (e não do delegado) sobre o referente. Ela seria, assim, transparente.

Quine nota igualmente que certos contextos favorecem naturalmente o fenômeno da opacidade. Trata-se principalmente do discurso indireto e das expressões que se encontram no campo de um verbo de atitude proposicional (*ele pensa que...*, *ele gostaria de...*, *ele acha que...* etc.). No exemplo (1), é a expressão *está à procura de* que introduz a possibilidade de uma leitura opaca.⁴

De posse disso, Quine estabelece uma dupla distinção: de um lado, entre contexto (parcialmente) opaco e contexto transparente, do outro, entre expressão opaca e expressão transparente. O interesse por essa dupla distinção está ilustrado no par de exemplos seguintes, citado por várias vezes na literatura acerca do assunto:

(2) Édipo queria esposar **sua mãe**.

(3) Édipo queria esposar **Jocasta**.

A expressão *sua mãe* na formulação (2) se encontra num contexto indiscutivelmente opaco (cf. *queria*). Entretanto, levando-se em consideração o que sabemos do mito de Édipo, essa expressão só pode ser interpretada como transparente: ela reflete o ponto de vista, os conhecimentos etc., do enunciador, à exclusão do ponto de vista de Édipo. Logo, a ambiguidade está, aqui, totalmente teórica e só existe para um interpretante que não saberia nada sobre o mito de Édipo. (2) mostra bem o papel exercido pelo fenômeno do conhecimento prévio. Entretanto, a comparação de (2) e (3) mostra que a substituição das expressões *sua mãe* e *Jocasta*, neste contexto, modifica as condições de validade do enunciado.

O exemplo seguinte tem funcionamento, certamente, análogo. É fato a fuga de Blaise Compaoré, presidente do Burkina Faso, no momento em que se seguia um levante popular em seu país.

(4) [Título] A queda sem glória de Blaise Compaoré
[Olho fino] O antigo capitão paraquedista, no comando há 27 anos, exagerou na sua sede de poder (*Le Monde*, 4.11.2014).

É evidente que, a despeito da opacidade do contexto (cf. *queria*), a expressão *sede de poder* só poderia ser atribuída a B. Compaoré; ela reflete o ponto de vista do enunciador, sendo, então, transparente.

Como se pode ver, a abordagem que os professores de lógica e os filósofos da linguagem dão a este problema consiste em levar em consideração somente os *conhecimentos* ou as *informações* de que dispõem acerca do referente, de um lado o par enunciador-enunciatário, do outro lado, a instância terceira da qual é questão no enunciado, geralmente uma pessoa – em (1), o delegado. As semânticas formais abordadas na questão da opacidade são igualmente centradas na dimensão informacional das expressões analisadas e geralmente agem sobre alguns dos exemplos criados a título de demonstração. Evidentemente que nessa perspectiva tipicamente vericondicional, a questão da verdade/falsidade se torna central.

Vários linguistas abordaram a questão da opacidade – por exemplo, Heringer, (1969), Lawler (1977), Kleiber (1979 e 1981), Galmiche (1983), Fuchs (1994), Charolles (2002) –, seja para analisá-la como fenômeno suscetível de engendrar problemas interpretativos, seja para dis-

⁴ Os contextos opacos são chamados também de contextos “intencionais” (RUSSELL, 1905). Aliás, diz-se às vezes que expressões transparentes são objeto de uma interpretação *de re*, e das expressões opacas que elas são objeto de uma interpretação *de dicto*.

cutir alguns pontos problemáticos.⁵ Entretanto, é necessário estender esta questão a fim de fazer uma transposição para o campo da linguística do discurso. Evidentemente, é mister colocar o problema desta transposição em outros termos; mas, sobretudo, é necessário romper com a tradição da semântica vericondicional a fim de colocar em evidência outras dimensões além dos conhecimentos que têm os diversos protagonistas sobre o referente. Este artigo tem como objetivo, precisamente, trazer algumas observações sobre tal transposição.

2 DA LÓGICA À LINGUÍSTICA DO DISCURSO

Antes de tudo, retomemos, com um vocabulário diferente, o que nos disse a teoria clássica da referência. – Toda produção de uma expressão referencial consiste em realizar duas operações:

- (i) uma operação de designação, que apresenta principalmente algumas propriedades acionais (toda designação que supõe uma conjunção da atenção entre enunciador e enunciatário),
- (ii) uma operação de categorização lexical.⁶

Fundamentalmente, a questão da opacidade é a de determinar qual instância (i.e., qual “sujeito de consciência”) *se encarrega* da categorização. Quando esta instância só pode ser o enunciador, como em (2) e (4), a expressão é transparente. Mas, quando, por uma razão qualquer, esta instância não pode ser o enunciador, ou simplesmente quando há ambiguidade a esse respeito, a expressão é opaca. Há, então, *atribuição de incumbência da categorização a outra instância que não o enunciador* (o delegado, numa interpretação dada acima em (1)). Em ressonância à expressão de “sujeito de consciência”, pode-se dizer que há, então, “transferência de consciência”.⁷ Tomo de empréstimo de Desclés e Guentchéva (2000) o termo “mediador” para designar esta instância, o sujeito de consciência para o qual é atribuída a operação de categorização. Uma expressão opaca é, assim, uma expressão na qual há uma dissociação entre a operação de designação e a operação de categorização lexical; a primeira é encarregada pelo enunciador, a segunda é atribuída por este a um mediador. Eis o porquê de as expressões opacas serem às vezes descritas como polifônicas (e.g. Ciulla e Silva (2008)).⁸

O fenômeno da opacidade supõe, assim, que emerge uma oposição – ao menos a possibilidade de uma oposição – entre o ponto de vista do enunciador e o do mediador, relativamente à escolha da categorização lexical.⁹ Nesta perspectiva, a questão da opacidade referencial concerne menos à substituição *salva veritate* de duas expressões (como queira a tradição lógica), que à manipulação de pontos de vista sobre o referente. Uma expressão opaca aparece como um embaçador de pontos de vista.

⁵ Por exemplo: as relações entre a oposição opaca *versus* transparente e outras distinções clássicas na literatura sobre a referência, como a distinção entre interpretação atributiva *versus* interpretação referencial, ou interpretação não-específica *versus* interpretação específica.

⁶ Estas duas operações correspondem ao que Frege chamava, respectivamente, de “Bedeutung” (denotação) e “Sinn” (sentido).

⁷ Charolles (2002, p. 99) nota que este mecanismo é a origem de uma confusão, aparentemente bastante frequente, consistindo no uso dos qualificativos “opaco” de “transparente”. Alguns linguistas, de fato, qualificam às vezes de “transparentes” as expressões opacas (e reciprocamente), precisamente porque uma expressão opaca eclipsa de alguma forma o enunciador, que se torna, assim, “transparente”!

⁸ A opacidade referencial aparenta-se igualmente ao fenômeno da denominação reportada (Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, 1999)). Uma expressão opaca comporta assim um dimensão mencionial, que é, aliás, marcada, às vezes, pelas aspas. Este estatuto semiótico híbrido (em parte pelo uso, em parte, pela menção) se aproxima do que Authier-Revuz (2004) chama “modalização autonômica”.

⁹ Convém notar que o mediador não é obrigatoriamente uma 3ª pessoa. Pode ser o enunciador.

É interessante notar que, ainda que assim caracterizado, o fenômeno da opacidade não se limita às expressões referenciais. Ele pode ser comprovado em diversas expressões predicativas. Examinemos o exemplo seguinte:

(5) Lelgoualch [...] pediu simplesmente para que o operador lhe guardasse a tibia, à qual ele tencionava dar um uso **misterioso** (R. Roussel, *Impressões da África*, 1999).

Neste exemplo, o adjetivo *misterioso* se encontra no campo da expressão *à qual ele tencionava dar*, expressão que induz um contexto opaco. Por esta razão, este adjetivo é suscetível de uma leitura opaca ou de uma leitura transparente:

– No caso de uma leitura opaca, é o personagem de nome Lelgoualch, instituído em mediador, que é considerado “conceber” e então determinar o que recobre exatamente o conceito de mistério veiculado pelo adjetivo *misterioso*. O sentido de *misterioso* é então associado, nesta interpretação específica do mediador Lelgoualch.

– No caso de uma leitura transparente, é o enunciador que é responsável pelo sentido deste adjetivo, que é então puramente constativo e não mais associado a uma interpretação.

Essas duas interpretações poderiam ser glosadas respectivamente por (5a) e por (5b):

(5a) ‘a qual ele tencionava dar um uso tal que produzisse um efeito de mistério’
[leitura opaca]

(5b) ‘a qual não se sabia qual o uso que ele daria’ [leitura transparente]

Observe-se que neste exemplo o problema da opacidade se coloca em termos um pouco diferentes do exemplo (1). Não se trata, em (5), de opor uma categorização a outras categorizações (um lexema adjetival a um outro lexema adjetival), mas de opor, para uma mesma categorização, duas interpretações.¹⁰

A opacidade pode, igualmente, concernir aos verbos. A título de exemplo, mencionemos o fenômeno (ou processo) que Talmy (2000) chama de “fictive motion”,¹¹ do qual (6) é um exemplo característico:

(6) Ele subiu encostas, desceu em gargantas estreitas. Sucessivamente, dois riachos **surgiram**: ele os atravessou, molhando-se até a cintura (E. Zola, *A besta humana*, 1890).

A expressão *surgiram* descreve dois riachos não como uma presença permanente, mas como uma aparição. Esta expressão indica, assim, que é o ponto de vista do personagem que é adotado aqui, personagem-mediador se deslocando numa paisagem.¹²

Mas, a opacidade pode se alojar em mecanismos mais intimamente gramaticais, como mostra o excerto abaixo. Tem a ver com dois personagens se deslocando de uma parte à outra de um rio e procurando se encontrar:

¹⁰ Rabatel (2003, p. 57) faz a mesma análise do adjetivo *infeliz* no exemplo seguinte: *Édipo participou seus projetos aos cidadãos de Tebas: ele desposaria a infeliz Jocasta*.

¹¹ Ver também Borillo (2012), que fala de “deslocamento fictício”.

¹² Pode-se igualmente evocar, aqui, a maneira pela qual Filmore (1975, p. 51) caracterizaria um dos empregos do verbo *come*: “Motion toward a point where the speaker in through or imagination places himself”.

(7) Cada um na sua margem, e com rápidas correntes entre eles, caminhou paralelamente, suas imagens refletidas se juntando bem no centro do rio unido com um espelho. [...] Em torno deles, a mata parecia, a cada passo, espessar mais ainda suas negras profundezas, a água estreitada por bordas elevadas tinha a transparência fluida da noite. Uma ponte de madeira rústica, feita de troncos grosseiramente ajustados, uniu as duas margens e uma atrás da outra penetrava no coração da floresta (J. Gracq, No Castelo d'Argol. In Barceló & Bres 2006, p. 37).

A utilização do pretérito perfeito (*Uma ponte de madeira rústica... uniu as duas margens*), tempo do passado que designa uma situação acabada, para descrever uma situação, em essência, que indica estado, visa, manifestadamente, aqui, sugerir que não é a presença de uma ponte que sinaliza essa forma verbal, mas a súbita descoberta pelos dois protagonistas (logo, um evento). Neste exemplo, é, pois, o tempo verbal (mais exatamente o aspecto) que está opaco e que confere aos dois protagonistas o papel de mediadores, dando-nos, assim, seu ponto de vista da situação. No mesmo contexto, um pretérito imperfeito seria, ao revés, refletivo do ponto de vista da instância narrativa.

A opacidade nos parece ser mais específica que o fenômeno, bem conhecido em narratologia, chamado de “focalização interna” por Genette (1972), ainda que produzindo efeitos da mesma ordem (atribuição de pontos de vista). A focalização interna concerne a uma diversidade muito grande de fenômenos, indo das múltiplas formas do discurso indireto livre a enunciados no pretérito imperfeito que retomam o que vê um personagem etc. Com a opacidade, está-se na presença de um fenômeno localizado em um lexema, mais ainda, como em (7), em um gramema.

O presente artigo tratará apenas da opacidade no que tange às expressões referenciais (compreendendo expressões de localização temporal e espacial).

3 TIPOS DE CONTEÚDOS CONSIDERADOS

Para que o fenômeno da opacidade se manifeste, duas condições são necessárias: de um lado, o contexto em que aparece a expressão deve ser intencional, i.e., interpretável como opaco; do outro lado, o conteúdo da própria expressão deve estar apto a “revelar” a oposição de dois pontos de vista diferentes sobre o referente. Ora, nem todos os conteúdos se prestam da mesma maneira a essa clivagem. Os que se prestam melhor a isso são:

- (i) estados de conhecimento
- (ii) estados de percepção
- (iii) atitudes
- (iv) destaque enunciativo

Como veremos, esses tipos de conteúdo são combináveis.

3.1 OS ESTADOS DE CONHECIMENTO

Tratam-se de estados de conhecimento que têm referente enunciador, enunciatário e toda instância que concerne ao discurso, instância suscetível de ser eleita no estado do mediador. Tipicamente, é a forma de conteúdo que é levada em consideração nas abordagens lógicas de

opacidade, bem como nas obras de semântica formal. Os exemplos (1), (2) e (4) acima têm a ver somente com a categoria dos conteúdos.

Com o exemplo (2), viu-se um caso em que a leitura opaca está, em princípio, excluída, levando-se em consideração saberes supostamente compartilhados. Eis outro exemplo em que, desta vez, é a leitura transparente que é excluída, sem a qual o enunciado é contraditório. Esse exemplo foi forjado por Michel Pêcheux em uma argumentação na qual foi questão não a opacidade referencial, mas o papel dos pré-construídos no discurso:

(8) **Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz** nunca existiu (in: PÊCHEUX, 1975, p. 88).

Como se sabe, esse tipo de proposição relativa, que constitui um sintagma nominal, é dotado de certas propriedades pressuposicionais (LEVINSON, 1983); mais precisamente, ela comporta um pressuposto de existência. Aqui, o pressuposto é o de que “há alguém que salvou o mundo morrendo na cruz”. Ora, este pressuposto entra em contradição com a proposição afirmada pelo enunciado. A única maneira de resolver essa contradição é interpretar a expressão como opaca, assim, como visando a significar algo como “aquele de quem se diz salvar o mundo morrendo na cruz”.

Nota-se, aliás, que (8) não comporta nenhuma das características dos contextos descritos pelos estudiosos de lógica como opacos. Só a contradição incita a interpretar a relativa como opaca.

3.2 OS ESTADOS DE PERCEPÇÃO

Um outro tipo de conteúdo frequentemente associado com a opacidade é a expressão da percepção. Notemos, todavia, que o termo percepção é bastante restritivo para descrever os fatos relacionados. Com efeito, tal como veremos, a percepção aí expressa não é separável da categorização. Dito de outra maneira, ela comporta uma dimensão cognitiva. Assim, seria mais correto falar de *fenômeno*, no sentido filosófico “daquilo que se manifesta a um sujeito de consciência”. Talmy (2000) resolveu habilmente esse problema terminológico, criando, em inglês, o neologismo “ception” (hiperônimo de “perception” e “conception”).

Exemplos abundam em que esse tipo de conteúdo é explorado para produzir um efeito de opacidade. Eis aqui alguns:

(9) [...] já havia alguém sentado ali. Tiburius achou de longe que fosse uma senhora daquelas que a gente sempre encontra sentada nas representações de florestas dos modelos para desenho; na verdade, ele via uma luz muito branca no caminho que mais lhe parecia com uma trouxa de roupa. Caminhou calmamente em direção à **coisa** (A. Stifter, *O caminho da floresta*, trad. franc., 1943).

(10) Em um estado de extremo cansaço, as pupilas de Caleb se fecharam. [...] A imagem de seu irmão se desenhava em sua frente, **a forma** tocava seus lábios mas ele não ouvia nada. **A silhueta** desapareceu (E. Robinson, *A queda da casa Gemins*, 2013).

(11) [Cena de comparecimento de uma jovem a um júri]
Agora, é a vez da menina. Ela é limpa e educada; mas vê-se que o aparelho da Justiça, esses bancos, essa solenidade, a espécie de trono em que estão sentados **esses três velhos senhores estranhamente vestidos**, tudo isso a assusta (A. Gide, *Lembranças do júri*, 1914).

Os exemplos (9) e (10) têm vários pontos em comum: nos dois casos, tem a ver com o que “vê” um personagem, e essa visão é apresentada como incerta. As expressões *a coisa, a forma, a silhueta* são tipicamente opacas. Em (11), o uso que é feito do demonstrativo é característica do que Bühler (1934) chamava de a “dêixis am phantasma”, quer dizer, uma expressão produzida em ausência de seu referente (para o enunciador), mas visando a refletir o que percebe um mediador (aqui, a menina). Da mesma maneira que no exemplo (5) o adjetivo *misterioso* admitia uma leitura opaca, aqui, são os adjetivos *velhos* e *estranhamente vestidos* que concentram o fenômeno da opacidade.

A percepção pode ser evolutiva. No exemplo seguinte, o personagem chamado Frederico II vê um homem descer de uma árvore e emergir progressivamente dos galhos, desvendando uma a uma, isto é, de baixo para cima, as partes do seu corpo e de suas vestes:

(12) Frederico II estava atrás da moita desde aproximadamente uma meia-hora [...], quando o barulho pareceu ser feito por alguma coisa ou alguém, uma fera, uma serpente escorregando pelos galhos, pelo tronco; e, da bruma, como se de um buraco, começou a descer **um pé calçado com uma bota, uma calça, um casaco, um chapéu de pele, um homem!** Que descia lentamente ao longo de dois metros e cinquenta de tronco que estava visível e pôs seus pés no chão (Giono, *Um rei sem divertimento*, 1949).

3.3 AS ATITUDES

Compreende-se por “atitude” tudo aquilo que se destaca dos julgamentos de valor, do axiológico, relativamente ao que está designado. Exemplos desse tipo de conteúdo com fins de opacidade são igualmente numerosos:

(13) [Acerca do maratonista Émile Zátopek]
Concordou-se em colocar Émile no posto mais alto, decerto, de fenômeno do socialismo real. Assim, melhor que se ficasse com ele, que o poupassem e que não o enviassem muito para o exterior. Quanto mais raro ele fosse, melhor seria. Mesmo porque, seria de fato uma pena que, de um estalo, ele passasse, como alguns, para o outro lado, **o lado imundo das forças imperialistas do grande capital** (J. Echenoz, *Courir*, 2008).

(14) [Um escritor é interrogado pela polícia, logo após um crime. Ele se queixa das dificuldades de seu trabalho]
O inspetor Décosterd e seus colegas da Segurança batiam com o dedo na cabeça. Escritor! E novo mártir! Vamos deixar o **infeliz** com seu discurso (J. Chesses, *O vampiro de Ropraz*, 2007).

(15) “Canhões! Homens! Munições!”, exigiam os compatriotas sem jamais mostrar cansaço. Parecia que não dava nem para dormir, de tanto que **a pobre Bélgica e a inocente e pequena Alsácia** tinham sido arrastadas ao julgo germânico. Era uma obsessão que impedia, segundo nos confirmaram, os melhores dentre nós de respirar, de comer, de copular (L.-F Céline, *Viagem ao meio da noite*, 1932).

A expressão de opacidade através de atitudes é muito frequentemente associada ao discurso indireto, desde que seja objetivamente plausível – como o fato de a polícia chamar de *infeliz* um suspeito (ex. 14), termo que revela, praticamente, um estereótipo –, ou que ele seja atribuído com

forma de caricatura. As expressões em negrito em (13) e (15) mostram indiscutivelmente o registro de uma caricatura. O adjetivo *pobre* tal como utilizado no texto de Céline, aliás, salienta bem esse tipo de emprego, a ponto de se poder considerar que o efeito de opacidade que ele produz é praticamente lexicalizado.

É interessante notar que encontramos esse tipo de opacidade até... nas definições dos dicionários! Veja essa definição, extraída do *Nouveau Petit Robert* (2002):

(16) CRUZADO – (Séc. XII) Senhor que tomava a cruz para combater **os infiéis** (→ *cruzada*).

3.4 O DESTAQUE ENUNCIATIVO

No sentido habitual, a expressão “destaque enunciativo” designa o conjunto das seleções que são feitas sobre as expressões da pessoa, da localização temporal e da localização espacial, em relação ao *ego*, *hic et nunc* da enunciação.¹³ Há opacidade quando o destaque enunciativo se faz não com relação ao enunciador, mas, com relação ao mediador. Um caso protótipo é aquele em que o enunciador utiliza, como expressão de localização temporal no interior da narração, uma expressão dêitica quando uma expressão anafórica é esperada. É necessário, ainda, que esse dêitico possa ser atribuído a um mediador. Essa condição ocorre nos seguintes exemplos:

(17) São dez para as seis, Jean diz a si mesmo que está tarde. **Em dez minutos**, o barulho da draga cessaria. Se ainda estivesse claro, é porque a primavera já havia chegado, dessa vez (M. Duras, *Diários da guerra*, 1943 – 1949).

(18) A grelha de ferro do corredor não estava mais fechada e ele encontrou facilmente a galeria pela qual ele foi conduzido **ontem à noite** até a copa. Mas ali não havia porta alguma que poderia dar para outros cômodos; dava para ver apenas duas prateleiras velhas, iguais às que ele já tinha visto **na véspera daquela noite** à luz de velas (A. Stifter, *O homem sem posteridade*, trad. franc. 1978).

(19) [...] o concerto ainda está fazendo sucesso, milhares de pessoas ainda o cumprimentam, assegurando-lhe de que gostaram e de que às vezes ele tem um ar inglês antes quando é visto pelas boates ou pelos teatros de sombra. Mesma coisa de retorno a Nova Iorque, Carnegie Hall, nos lugares das gentes chiques da Madison Avenue que ainda lhe pedem, claro, para **nos** tocar qualquer coisa (J. Echenoz, *Ravel*, 2006).

Como no exemplo anterior, a opacidade está, aqui, sempre relacionada com o discurso indireto, como mostram os exemplos (17) (cf. *Jean diz a si mesmo que está tarde*) e (19) (*que ainda lhe pedem*). No excerto (18), é interessante observar que a mesma temporalidade está significada primeiramente por uma expressão opaca (*ontem à noite*), refletindo o ponto de vista do personagem designado por *ele*, em seguida, por uma expressão transparente (*na véspera daquela noite*). Esse uso da dêixis é objeto de alguns trabalhos (e.g. Vuillaume (1993), Reichler-Béguelin (1997)), mas sem que eles estejam sistematicamente associados ao fenômeno da opacidade.

¹³ Essa maneira de apresentar o destaque enunciativo está meio simplificada. De fato, sabe-se que existe, além da pessoa, do tempo e do espaço, igualmente uma dêixis textual e uma dêixis social (cf. LEVINSON, 1983).

O passado epistolar – que consiste em descrever com verbos do presente eventos concomitantes de recepção da carta e com verbos do passado eventos concomitantes de sua redação (exemplo: *lendo a presente carta, você deve ter pensado que eu estava de mau humor quando a escrevi...*) – não é nada mais que uma forma opaca transformando o destinatário em mediador.

O uso do determinante demonstrativo, às vezes, também participa desse jogo de destaques enunciativos. Assim, no exemplo (11) (*o aparelho da Justiça, os bancos, a solenidade, os três velhos senhores misteriosos*), os SN demonstrativos se justificam pelo fato de que o ponto de vista da menina, os bancos, a solenidade etc., estão concretamente presentes e fazem parte do meio-ambiente imediato. Aqui, a opacidade está associada a conteúdos que destacam, às vezes, a percepção e o destaque enunciativo.

4 OPACIDADE, MIMETISMO LINGUAGEIRO E OUTRAS MANIPULAÇÕES

Os exemplos analisados até aqui comportam todos eles um contexto intencional ou opaco, no sentido quiniano do termo: expressões de atitude proposicional, discurso ou pensamento indiretos, percepções indiretas. Entretanto, há casos de opacidade (mas seriam mesmo de opacidade?) que não pareceriam motivados por uma transferência de consciência sobre um mediador. Essa situação acontece quando o enunciador retoma, para designar um referente, uma expressão anteriormente atribuída a um personagem no discurso indireto. Chamaremos esse procedimento de “mimetismo languageiro”. Eis alguns exemplos:

(20) As mulheres declaravam, de porta a porta:

– Não podemos alimentar esse preguiçoso o ano todo.

Entretanto, o preguiçoso precisava comer todos os dias (G. de Maupassant, *O vagabundo*, 1884).

(21) Em maio de 1869, as pessoas de bem de Paris foram convidadas para assistir ao casamento das meninas de Coëtquidan, Angèle e Émilie, as “**periquitas**”, como eram chamadas, pois elas eram gêmeas.

[Meia página mais abaixo] As **periquitas** tinham reputação de não serem inteligentes (H. de Montherlant, *As Solteiras*, 1934).

(22) [Aula de latim]

– Extremamente interessante! Exclamou, esfregando as mãos [...]. Então, **senhores!** Um problema mais refinado. Eis aqui uma boa ocasião de mostrarem sua inteligência intelectual. Porque, se *olleare* dá *ollandus sim*, então... e aí, **senhores**, vejam só!

Os senhores se calaram, vencidos (W. Gombrowicz, *Ferdydurke*, trad. franc. 1973).

(23) [Mathilde se apressa para entrar no cômodo em que Maurice está trabalhando]

MATHILDE, *entreabrindo a porta*. – Pode-se entrar?

MAURICE, *virando-se e vendo Mathilde*. – Claro que se pode entrar.

MATHILDE. – Bom dia, Maurice! (A. Dumas, *Convite à valsa*, 1857).

A despeito de uma evidente semelhança nos casos anteriores, os quatro exemplos acima têm funcionamento bastante diferente. Nesses excertos, com efeito, a motivação da segunda expressão não é de “ceder” a operação de categorização lexical a um mediador (como se cede a palavra) e,

inevitavelmente, apagar provisoriamente o enunciador. Ao revés. Aliás, o ponto de vista do mediador já foi dado na primeira ocorrência da expressão. A função dessas expressões é mais de mimicar abertamente e de maneira lúdica uma expressão do mediador.¹⁴ Sem o antecedente que constitui a primeira denominação, não haveria nenhum efeito de atribuição. Em (21), a expressão seria, aliás, incompreensível, em razão do seu caráter metafórico. O excerto (23), com a retomada mimética de *se*, mostra que o procedimento pode se relacionar com o uso dos pronomes. Longe de distanciar o enunciador, esse mimetismo linguageiro o coloca em primeiro plano.

Outros exemplos atestam que a referência opaca nem sempre coloca o enunciador em segundo plano. Veja o excerto seguinte:

(24) [Artigo anunciando a publicação do *Jornal* de P. Drieu la Rochelle]
O *Jornal* destila desprezo pelos amigos do passado: Gide, esse “*grande impotente*”, Aragon, “*o onanista lânguido*”, Jouvenel, “*o grosseirão*”. [...] Quanto a Pétain, este não passa de um “*velho babaca*”, “*um burro completo*”. **O Cristo** não escapa às investidas (*Le Monde*, 8.5.1992).

A interpretação da expressão **o Cristo**, na última frase do excerto, supõe conhecimentos precisos com relação ao escritor Drieu la Rochelle, suas tomadas de posição durante a Ocupação etc., – cuja falta fará o leitor ver, aí, a designação de um novo referente! É totalmente claro, entretanto, que esta frase é tão somente um comentário do que ela precede, e que a expressão *o Cristo* designa, aqui, Pétain. Este exemplo nos interessa para nos deixar mais atentos ao fato de que é sempre, em definitivo, o enunciador que manipula as representações, compreendendo aquelas que ele atribui a um mediador. Drieu la Rochelle é mesmo o mediador da expressão *o Cristo*; mas, a metáfora que constitui essa expressão para designar “Pétain visto por Drieu” reflete, tanto quanto figura, o ponto de vista do enunciador e não o de Drieu. Exprime-se, então, aqui, de maneira indissociável, o ponto de vista de Drieu sobre Pétain e o do enunciador sobre esse ponto de vista!

5 CONCLUSÃO: OPACIDADE E TEXTUALIDADE

Qual é a contribuição da opacidade para a textualidade? Parece que nenhum dos dois parâmetros habitualmente evocados sobre a textualidade – a coesão e a coerência – sejam verdadeiramente interessantes pelos fatos que acabamos de examinar, ainda que as expressões referenciais opacas sejam frequentemente igualmente anafóricas – em que esses casos contribuem à coesão através da anáfora.

Vimos que uma expressão opaca funciona para o interpretante como se fosse um embaçador de ponto de vista: da mesma forma que Jakobson (1963) via nos dêiticos das expressões que “embaçam” o enunciado sobre a enunciação, as expressões opacas embaçam o ponto de vista expresso pelo enunciador sobre uma outra instância (que chamamos de “mediador”). Disso resulta para o leitor uma espécie de “janela”, dando-lhe acesso ao ponto de vista de um personagem. Teoricamente, a consequência desse funcionamento deveria ser um curto-circuito momentâneo do enunciador. Vimos, entretanto, que nem sempre é o caso. Por exemplo, quando a expressão opaca é utilizada com a intenção manifesta de mimetismo linguageiro, e na presença do seu modelo, essa expressão não é mais de todo interpretada como uma cessão de ponto de vista. Ela se torna um ponto de vista sobre um ponto de vista.

¹⁴ De maneira que existe mesmo, aqui, uma anáfora, mas essa anáfora é mais denominacional que referencial. A mesma coisa para o antecedente.

Integrar o fenômeno da opacidade na problemática da textualidade necessita introduzir nessa problemática, e geralmente mais na da interpretação, uma dimensão que os linguistas não abordam com frequência – talvez porque ela seja muito “psicológica” para eles. É ela que toca nos mecanismos de projeção e de “participação”, mais ainda de empatia, em que toda a atividade de recepção é suscetível de deslanchar. Não há dúvida que esses mecanismos representam um papel importante na recepção, qualquer que seja a natureza do discurso ou do texto relacionado. Deslanchados por uma expressão opaca, eles conferem ao texto um relevo enunciativo particular, multiplicando e diversificando as subjetividades, logo, os pontos de vista. No mais, na medida em que ela é sempre causa de ambiguidades, a opacidade contribui para complexificar as operações de interpretação. Quanto a isso, podemos supor que ela mantém um leque de atenção do interpretante, sobretudo (i) com relação às expressões que pertencem a um ou a outro dos quatro tipos de conteúdos descritos acima e (ii) com relação a todas as formulações suscetíveis de abrir um contexto intencional.

No fundo, as expressões opacas estão expostas ao mesmo tipo de leitores e de efeitos de sentido qualquer que seja a menção, palavra ou pensamento retomados. Segundo a intenção na qual elas estejam investidas, segundo a maneira em que o interpretante as relê com seu conhecimento e entendimento, elas podem ser interpretadas como representações fieis de um ponto de vista do mediador, ou como representações intencionalmente caricaturais ou irônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DENIS APOTHÉLOZ-MARIE-JOSÉ REICHLER-BÉGUELIN. *Construction de la référence et stratégies de désignation*. Travaux neuchâtelois de linguistique (TRANEL), v. 23, p. 227-271, 1995.

DENIS APOTHÉLOZ-MARIE-JOSÉ REICHLER-BÉGUELIN. *Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora*, Journal of Pragmatics., v. 31, p. 363-397, 1999.

JACQUELINE AUTHIER-REVUZ. La représentation du discours autre: un champ multiplement hétérogène. *Le Discours rapporté dans tous ses états*, a cura di JUAN MANUEL LOPEZ-MUÑOZ-SOPHIE MARNETTE-LAURENCE ROSIER, Paris, L'Harmattan, 2004. p. 35-53.

BARCELÓ-BRES, GÉRARD J. BARCELÓ-JACQUES BRES. *Les temps de l'indicatif en français*, Paris, Ophrys, 2006.

ANDRÉE BORILLO. *L'expression de déplacement fictif comme manifestation d'un discours narratif subjectif*, in *Grammaire, lexicque, référence. Mélanges offerts à Georges Kleiber pour ses quarante ans de carrière*, a cura di Louis DE SAUSSURE-ANDRÉE BORILLO-MARCEL VUILLAUME, Berne, Peter Lang, 2012, p. 45-58.

KARL BÜHLER, SPRACHTHEORIE. *Die Darstellungsfunktion der Sprache*, Stuttgart, Lucius & Lucius, 1934. Trad. franç., *Théorie du langage. La fonction représentationnelle*, Marseille, Agone, 2009.

MICHEL CHAROLLES. *La référence et les expressions référentielles en français*, Paris: Ophrys, 2002.

SILVA, A. C. *Os processos de referência e suas funções discursivas*. thèse de doctorat, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <www.atilf.fr/IMG/pdf/theses/These_CiullaESilva_Alena_2008.pdf>.

- JEAN-PIERRE DESCLÉS-ZLATKA GUENTCHEVA. *Enonciateur, locuteur, médiateur dans l'activité dialogique*, in *Les rituels du dialogue*, a cura di AURORE MONOD-BECQUELIN-PHILIPPE ERIKSON, Nanterre, Société d'Ethnologie, 2000. p. 79-112.
- CHARLES J. FILLMORE. *Santa Cruz Lectures on Deixis 1971*, Bloomington, Indiana: University Linguistics Club, 1975.
- GOTTLÖB FREGE. *Über Sinn und Bedeutung*, in «Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik», 1892, 100, pp. 25-50. Trad. franç., *Sens et dénotation*, in G. Frege, *Ecrits logiques et philosophiques*, Paris: Seuil, 1971. p. 102-126.
- CATHERINE FUCHS. *Paraphrase et énonciation*. Gap-Paris: Ophrys, 1994.
- MICHEL GALMICHE. *Les ambiguïtés référentielles ou les pièges de la référence*, Langue française, v. 57, p. 60-86, 1983.
- GÉRARD GENETTE. *Figures III*, Paris: Seuil, 1972.
- JAMES T. HERINGER, *Indefinite noun phrases and referential opacity*, in *Papers from the 5th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, a cura di ROBERT I. BINNICK-ALICE DAVISON-GEORGIA M.GREEN-JAMES L.MOR-GAN, Chicago, University of Chicago, 1969, p. 89-97.
- ROMAN JAKOBSON, *Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe*, in ROMAN JAKOBSON. *Essais de linguistique générale I*, Paris, Minit, 1963, p. 176-196.
- GEORGES KLEIBER. *A propos de l'ambiguïté référentielle Transparence/Opacité*. Travaux de linguistique et de littérature XVII (1979), 1, p. 233-250.
- GEORGES KLEIBER. *Problèmes de référence: descriptions définies et noms propres*, Metz, Centre d'Analyse Syntaxique, 1981.
- JOHN LAWLER. *Quelques problèmes de référence*, Langages, 1977, 48, pp. 100-119.
- STEPHEN C. LEVINSON. *Pragmatics*, Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- JOHN LYONS. *Semantics II*, Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- WILLARD VAN ORMAN QUINE, *Word and Object*, Cambridge, The M.I.T. Press, 1960; Trad. franç. *Le mot et la chose*, Paris, Flammarion, 1977.
- ALAIN RABATEL. *Les verbes de perception en contexte d'effacement énonciatif: du point de vue représenté aux discours représentés*. Travaux de linguistique, 2003, 46, p. 49-88.
- MARIE-JOSÉ REICHLER-BÉGUELIN. *Le repérage spatio-temporel dans le discours rapporté: remarques sur les règles et les emplois*, *Espace et temps dans les langues romanes*, a cura di KRZYSZTOF BOGACKI-TERESAGIERMAK-ZIELIŃSKA, Varsovie, Institut de Philologie romane de l'Université, 1997, p. 137-150.
- BERTRAND RUSSELL. *On denoting*, *Mind*, XIV, v. 4, p. 479-493, 1905.
- TALMY, Leonard. *Fictive motion in language and "ception"*. *Toward a Cognitive Semantics*, v. 1, n. 2, Cambridge, 2000, p. 99-175.
- MARCEL VUILLAUME. *Le repérage temporel dans les textes narratifs*. Langages, v. 112, p. 92-105, 1993.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

- 1 - As colaborações devem ser encaminhadas ao Conselho Editorial, em CD ou DVD e duas cópias impressas em papel tamanho A4, espaço duplo, digitadas em *Word for Windows*, versão recente, fonte *Times New Roman 12*, rodapés e notas bibliográficas em *Times New Roman 10*, máximo de 20 páginas para artigo e 6 páginas para resenha.
- 2 - Na primeira página, deverão constar o título do trabalho em letras maiúsculas e o nome do autor com letras maiúsculas somente nas iniciais. No rodapé, deverá ser indicada a qualificação do autor e, se for o caso, sua condição de bolsista do CNPq ou da CAPES.
- 3 - Após o título seguem-se, em itálico, resumos em português e em inglês (*abstract*), cada um contendo no máximo 150 palavras, sem parágrafo, seguidos de três palavras-chave (*keywords*), em cada língua.
- 4 - Na formatação do texto, deve-se observar:
 - o uso de itálico para palavras estrangeiras, neologismos, citações, títulos de obras e publicações, com apenas a primeira letra do título em caixa alta;
 - as notas de rodapé devem ser inseridas como tais e não no final do artigo. Os respectivos números de referência - sempre em ordem numérica crescente - devem ser subscritos no texto, sem parênteses, imediatamente após a passagem a que se referem;
 - Evitar utilizar notas de rodapés para referências bibliográficas.
- 5 - As indicações bibliográficas no corpo do texto deverão resumir-se à indicação do último sobrenome do autor seguido do ano de publicação da obra. No caso de mais de uma publicação de um autor, com a mesma data, acrescentar a esta a sequência alfabética. Ex: (Coutinho, 1998a; Coutinho, 1998b, etc.)
- 6 - As referências bibliográficas, no final do texto, deverão observar as normas da ABNT (versão mais recente).

Obs: só devem ser inseridas nas referências bibliográficas as obras efetivamente citadas no corpo do texto.
- 7 - Todos os quadros, tabelas, ilustrações (figuras) deverão ser digitadas em *Word for Windows* ou em outros programas compatíveis com o *Word*; identificadas com numeração, título ou legenda e referidas no texto pela numeração. Ex: (Tabela 1, Quadro 1, Fig. 1, etc.). Imagens e desenhos se escaneados, favor digitalizar em no mínimo 250 dpi. Fotos e imagens em geral (cameras digital ou capturadas da Internet, só com resolução acima de 2 Megas ou 1400 pixels respectivamente) para preservar a resolução e qualidade. As imagens serão publicadas em preto e branco. Não serão publicadas aquelas que vierem em cópia xerox.
- 8 - Os exemplos devem ser apresentados em espaço simples, numerados progressivamente em algarismos arábicos.
- 9 - As resenhas deverão trazer a indicação bibliográfica, o nome, a qualificação e a instituição a que pertence seu autor.

Obs: NÃO SERÃO ACEITAS COLABORAÇÕES DE ALUNOS DA GRADUAÇÃO.

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



Versão online pela
Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC
Av. da Universidade, 2932- Benfica
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
CEP.: 60020-181- Fortaleza - Ceará
imprensa.ufc@pradm.ufc.br

Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Av. da Universidade, 2683 - Campus do Benfica
CEP: 60020-181 - Fone: (85) 3366.7625 / 7611 / 7617
Fortaleza - Ceará - Brasil

